

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

VISÕES DO AGREGADO EM MACHADO DE ASSIS

Flávia Gieseler de Assis

Brasília, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

VISÕES DO AGREGADO EM MACHADO DE ASSIS

Autora: Flávia Gieseler de Assis

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre.

Brasília, dezembro 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autora: Flávia Gieseler de Assis

Orientador: Doutor João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Banca: Prof. Doutor Sebastião Rios Jr.....UFG
Prof. Doutor Roberto S.C. Moreira.....SOL/UnB

Trabalho de Pesquisa apoiado pelo CNPq.

RESUMO

Visões do agregado em Machado de Assis

Nos romances de Machado de Assis aparece com frequência a figura do agregado. Agregado era o indivíduo livre e pobre que necessitava viver às sombras de um senhor para a manutenção de sua existência. Na sociedade brasileira do século XIX, o modo de produção escravista e monocultor, tirava do homem livre praticamente todas as possibilidades de integração à produção mercantil. Sem ter como se sustentar, e vivendo em um país em que o domínio dos senhores sobrepujavam a impessoalidade das leis, o vínculo criado com estes senhores era, muitas vezes, a única forma que possuíam para garantir a sobrevivência. A sua situação frágil o privava, muitas vezes, de um existir autônomo. A proximidade e quase familiaridade com senhor, o colocava em uma situação ambígua: ao mesmo tempo tinha reconhecidos seus predicados humanos e lhe era atribuída desclassificação social. As ambigüidades da vida agregada possibilitam uma multiplicidade de ações e acomodações que são bastante exploradas por Machado de Assis em seus romances. Utilizando a obra de Machado de Assis, esse trabalho buscou explorar as possibilidades de articulação entre essas duas esferas sociais. A estrutura histórica forjou o autoritário pensamento senhorial; As doutrinas do além-mar (positivismo, realismo, naturalismo), ajudaram a validar sua crença de superioridade. Ao agregado, que não podia contar com as normas impessoais, restou a tentativa de sobreviver sem poder contestar diretamente uma ordem rigidamente hierarquizada. Imobilizado por essa hierarquia, ele encontraria na manipulação da vontade senhorial sua única alternativa de alcançar seus interesses. Se as doutrinas científicas da época – as mesmas usadas como justificativa de dominação por parte dos senhores – percebiam o indivíduo de forma animalésca e, portanto, descaracterizava o agregado como um agente social, Machado de Assis resgatava o ser moral permitindo a ele o direito ao cálculo e a perfídia. Essa era mais uma sutileza do pessimismo irônico de Machado de Assis: a capacidade de humanizar por meio da relativização. Machado de Assis não negou os indivíduos. Sua obra mostrou que a luta pelo poder, por interesses pessoais e pela autonomia perpetuam, posto que a sociedade seja rigidamente hierarquizada. Afinal, antes de ser hierárquica ela é dinâmica; seja nos romances de Machado de Assis, seja nos conflitos da vida real.

ABSTRACT

Machado de Assis and the “agregado”

In the romances from Machado de Assis the “*agregado*” appear quite often. “*Agregado*” is denomination for the free poor man who was forced to live under a Master’s protection. At the 19th century Brazilian society, the slavery and mocultural system of production take from the free poor man all the possibilities he had to get integrated to the productive system. As a consequence the free poor man could not afford his own expenses; also he was unprotected by State once that the political system was dominated by the land’s owners oligarchies. His only alternative to survive was to be linked to those powerful men. The autonomy of the “*agregado*” was null. However, he lived quite close from the Masters; close enough to share his familiar life. By on hand the “*agregado*” was considered as someone close to the master who he was liked, by the other hand he was his social status was debased. This double situation allowed the “*agregado*” to lead the live in a several different ways. He never acted directly against his masters wishes, but he tried to manipulated the situations in order to guarantee a bigger autonomy. The racist theories from that time took the humanity from these kind of people. When Machado de Assis showed the manipulation’s capacity of the “*agregado*” he allowed this character to have a soul: his not a blind animal any more, but someone who fights to keep his own identity. In spite of the existence of a strong hierarchy at the Brazilian society the society still dynamic. Machado de Assis was able to revel this situation. That happens at his romances, that is not different at the real life.

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO -----	
7	
- CAPÍTULO I – História e conceito-----	12
- CAPÍTULO II – Conciliação: Notas sobre os agregados em “ <i>A Mão e a Luva</i> ”, “ <i>Helena</i> ” e “ <i>Iaiá Garcia</i> ”-----	40
- CAPÍTULO III – Conciliação, manipulações e dissimulações: mudança de perspectiva em “ <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> ” e “ <i>Dom Casmurro</i> ”-----	63
- CAPÍTULO IV – Quincas Borba: o agregado e o arrisvista-----	88
- CONCLUSÃO -----	101
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	105

Introdução

Machado de Assis é ainda considerado um dos escritores mais proeminentes da literatura brasileira. Suas obras foram analisadas e trabalhadas não só no campo literário, mas também a sua interface com a psicologia, com a sociologia e também com a história. É uma obra de grande valor literário, mas – ou por isso mesmo – tem grande articulação com o conteúdo social. A ironia, a capacidade crítica, a construção histórica, a percepção da dinâmica social, a figura feminina, o ceticismo, o caráter lúdico, a visão política e até mesmo o pensamento psicanalítico presentes em sua obra representam alguns dos vários temas explorados pelos críticos mostrando como seus textos são ricas fontes de análise.

Machado de Assis imprimia bem o seu tempo em seus romances contos e críticas, mas sua obra, mais do que a dinâmica do século XIX, concatena um processo histórico que vem desde os tempos da colonização e até hoje tem suas conseqüências incidindo em nossa sociedade. O fascínio exercido por uma obra que, embora tenha sido escrita no século XIX, permanece tão atual se justifica, pois seu conteúdo não perdeu seu significado social. Ele apresenta um mundo repleto de vaidades, jogos de interesses, fluidez moral.

Entre tantos temas e personagens presentes em seus romances, a figura do agregado – e da agregada, naturalmente – aparece com bastante freqüência. Sua preocupação com a presença dessa personagem é marcante, sobretudo nos romances que antecederam “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. O agregado está distribuído por toda sua obra. Está em muitos contos e na maioria de seus romances. Em quatro deles - “*A mão e a luva*”, “*Helena*”, “*Iaiá Garcia*” e “*Casa velha*”¹ – os agregados não só estão presentes como também são personagens principais. É a partir de seus conflitos que a trama destes romances irão se desenrolar. Se nos romances seguintes o agregado aparece de forma

¹ Existe uma controvérsia em relação à classificação dessa obra: romance ou conto. Para John Gledson (2003), Casa Velha é o último romance do escritor. Na Obra Completa, organizada por Afrânio Coutinho (2004) ela está classificada como conto. Aqui, ela será tomada como romance, em conformidade com John Gledson.

secundária ou oblíqua, não perde sua importância. Ele se revela como uma constante. É uma mostra de que a presença do agregado não era algo nada estranho àquela sociedade.

Deve-se, portanto, frisar que a ênfase dada por Machado de Assis ao agregado pode não ser fortuita. Machado de Assis era um profundo crítico das estruturas sociais e políticas de sua época e frequentemente tematizava os objetos de sua crítica em sua obra. Além disso, o próprio Machado de Assis vivenciou a condição de agregado na sua infância. Sua família teria sido apadrinhada por D. Maria José, viúva de um senador para quem a mãe do escritor teria trabalhado (Piza, 2006).

Em que medida essa experiência foi orientadora da temática dos agregados é difícil avaliar; contudo, ela mostra que o escritor estava a par do funcionamento desse tipo de vivência. Seu posicionamento na estrutura social, somado à sua trajetória, permitiu a Machado de Assis perceber essa realidade pelos mais diversos ângulos. Talvez isso o tenha permitido relativizar em seus romances tanto o papel do agregado como o do senhor. Ou melhor, pôr-se em perspectiva. O que não significa uma visão necessariamente romanceada de seus personagens, ao contrário, o cinismo destes é bastante perceptível, sobretudo após o romance *“Memórias Póstumas de Brás Cubas”*.

Não existe, entretanto, uma linearidade na caracterização dos agregados. Em cada um dos romances eles são apresentados de formas distintas. Diferem, por isso mesmo, os conflitos que irão se desenrolar nas obras. Ao que tudo indica, Machado não gostava de repetir personagens, como deixa explícito no prólogo da terceira edição de *“Quincas Borba”*: *“e acaso repetir o mesmo seria pecado”* (QB: 642). Neste ponto não pecou Machado de Assis, pois dotou cada uma de suas personagens de um caráter único e forma própria de vivenciar situações análogas: a vida como agregado.

As várias tramas desenvolvidas por Machado de Assis permitem que o leitor vislumbre uma galeria de comportamentos de agregados, enriquecendo sua concepção; uma vez que evita uma visão monofocal. Ele não padroniza as ações. É claro que a estrutura básica da subordinação permanece a mesma, mudam-se as formas de lidar com tal estrutura.

Antes de dar prosseguimento a esse trabalho, cabe fazer uma ressalva: embora o tema principal seja o agregado, não está restrito a ele. O agregado não pode ser compreendido fora de seu contexto; por isso propõe-se pensar a estrutura como um todo. Desprezar a escravidão e os senhores – a base e o topo da hierarquia em que o agregado se insere – é perder o significado dos conflitos dos agregados. Assim, não raro se tratará do pensamento senhorial, ou mesmo se dará ao senhor maior enfoque que ao agregado. Senhores, escravos e agregados são complementares, partes de uma mesma estrutura.

* * *

O primeiro capítulo desse trabalho será dedicado à parte histórica, à conceitual, bem como à revisão bibliográfica que dá embasamento a esses elementos. Discutir-se-á, não somente o significado do agregado, mas como essa personagem está intrinsecamente vinculada com a cultura do favor – cultura marcada pela autoridade e não pela ação livre e desinteressada – e com a escravidão. Dentro dessa temática, como não poderia deixar de ser, serão enfocadas as obras de Roberto DaMatta e Sérgio Buarque de Holanda, que tão arduamente se dedicaram ao estudo da construção de uma identidade nacional.

Serão enfocados também alguns aspectos da literatura do século XIX. Levando-se em consideração as influências literárias, e mesmo científicas, que modificavam as formas e os temas tratados na literatura brasileira. E a partir disso perceber o posicionamento de Machado de Assis ante a essas influências e seu conflito com Sílvio Romero no famoso embate travado entre os dois sobre o nacionalismo literário.

Seis dos nove² romances de Machado de Assis serão utilizados para a análise das visões possíveis dos agregados dentre os quais “A mão e a Luva”, “Helena”, Iaiá Garcia”, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, “Quincas Borba” e “Dom Casmurro”. Embora, como já foi expresso, em cada um dos romances os agregados tenham comportamentos diversos, eles serão agrupados em três linhas comportamentais. A primeira abrange os romances da primeira fase do autor, em que este retrata o agregado como moralmente

² Excluindo-se “*Casa Velha*” como um romance.

íntegro, ainda que o conceito de integridade moral seja relativizado pelo autor – ambição e orgulho não impedem a existência de virtude.

Ainda assim, há um resquício ideológico do autor que, como é o caso de “Helena”, coloca o agregado como vítima de um contexto social; ou então, como ocorre em “Mão e a Luva”, como uma personagem que tem direito de colocar o desejo de ascensão social frente ao amor romântico. Em “Iaiá Garcia” há reação à arbitrariedade senhorial em que a personagem não se casa com um membro da classe dominante para não submeter-se à ela. Fora o aspecto de integridade moral dos agregados, esses romances têm em comum a prerrogativa da inviolabilidade da vontade senhorial. Os três romances irão compor o segundo capítulo com a denominação de “A conciliação: notas sobre os agregados em ‘A mão e a luva’, ‘Helena’ e ‘Iaiá Garcia’”. E por “conciliação” entender-se-à a tentativa de levar adiante os próprios desejos sem romper com a vontade senhorial. Ou seja, conciliação como uma tentativa de articular duas vontades distintas.

No terceiro capítulo, “Manipulações e dissimulações”, se discutirá os romances “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”. A tentativa de conciliação por parte dos agregados continua, mas há uma mudança de perspectiva, inclusive em relação ao foco narrativo. Machado passa a descrever as relações entre senhores e agregados do ponto de vista dos senhores que serão nesses romances narradores-personagens. Nesses romances não há inocentes. Tanto os agregados como os senhores são interesseiros que tentam mascarar o cálculo. O narrador-personagem de cada um dos romances, embora faça do texto um “documento” de defesa do seu caráter, frequentemente é desmentido por suas próprias contradições.

No quarto e último capítulo, será visto o romance “Quincas Borba”. Aqui o relativismo de Machado é mais uma vez evidenciado: a exploração só depende de quem detém o chicote na mão (Gledson, 2003). Rubião, personagem principal do livro, antes agregado, torna-se senhor após receber uma herança de Quincas Borba e, ao invés de abominar a servilidade, utiliza-a sem problemas de consciência. A dinâmica desse livro, contudo, sai um pouco da órbita do agregado. Uma nova estrutura se forma: a do “arrivista” (Sevcenko, 2003) que tem em Cristiano Palha seu principal representante. O “arrivista” é aquele que quer enriquecer a custa dos outros. O agregado fica relegado a

segundo plano para que se contraste as relações de tipo senhorial com as relações de tipo burguês.

Resta ainda falar dos romances não contemplados nesse trabalho. Como os outros romances eles também possuem agregados e agregadas, mas estes não são elementos fundamentais para o desenrolar da trama. Em “Ressurreição” já se pode encontrar críticas tanto à classe senhorial como aos agregados. Aliás, este primeiro romance de Machado de Assis descreve o agregado de forma bastante pejorativa: “*Viana era um parasita consumado, cujo estômago tinha mais capacidade que preconceitos, menos sensibilidade que disposições*” (Ressurreição; 120)³. Contudo, os comentários sobre Viana não vão muito além disso.

Em “Memorial de Aires” e “Esaú e Jacó”, Machado de Assis dá um enfoque maior para a questão política da recente transição da monarquia para a república. A abolição da escravatura está também presente, o que, por certo, permite averiguar a questão da dominação senhorial. É o que revela o pensamento de Santa Pia, em “*Memorial de Aires*”, ao libertar seus escravos: “*Quero deixar provado que julgo o ato o governo uma espoliação, por intervir num direito que só pertence ao proprietário, ao qual uso com perda minha porque quero e posso*” (Memorial de Aires; 1116). É evidente nesse trecho a concepção da inviolabilidade senhorial, uma vez que o senhor percebe que seus direitos estão acima do direito de liberdade de outras pessoas – ainda que estas não fossem consideradas como tais – e acima da vontade do Estado. Ainda assim, nenhum desses romances será contemplado por terem uma dinâmica diversa à analisada nesse trabalho: seus agregados são quase invisíveis.

Ao fim do trabalho é esperado que se compreenda a lógica de um tipo social presente na sociedade brasileira. Um tipo que, longe de estar isolado, articula-se com outros, formando uma dinâmica que orientava o funcionamento da sociedade brasileira do século XIX.

³ Todos os romances de Machado de Assis citados nesse trabalho estão em “*Machado de Assis: Obras Completas*”, 10ª reimpressão, 2004, organizada por Afrânio Coutinho. As referências mencionam daqui em diante apenas o título do romance e a página da citação.

Capítulo I

A história e o conceito

Nos quadros sociais do período escravista é possível perceber claramente dois elementos opostos: o senhor e o escravo. Cada um deles representa um extremo da hierarquia dessa sociedade. A relação de explorador e explorado entre eles é bastante evidente e incontestável. Na teoria marxista são os dois extremos, explorador e explorado, que determinarão o processo dialético (Marx&Engels, 1984). Entretanto, a tendência polarizadora e dualista da construção do pensamento pode, frequentemente, obscurecer a existência de outros elementos da dinâmica social.

Menos identificável que a figura do senhor e a do escravo é a do agregado. Este paira entre os dois extremos: não é escravo, mas não é plenamente livre. Sua posição na hierarquia social é bastante frágil. Este fato é agravado, pois, não sendo explícita, sua subordinação não é facilmente percebida. Entretanto, o agregado está fortemente submetido à vontade senhorial. O uso do favor e meios do senhor, muitas vezes, fazem identificá-lo mais como um aproveitador e parasita, que perceber a estrutura autoritária que rege essa existência.

Nesse contexto, a estrutura do favor possui um papel fundamental. Embora o nome “favor” possa dar um viés de espontaneidade e de ato livre e desinteressado, a estrutura do favor nada tem de livre. O favor é antes uma obrigação que um ato espontâneo. O homem livre e pobre no contexto brasileiro da época dependia do senhor para a manutenção de sua existência. O favor concedido pelos senhores era, frequentemente, a única forma de ele manter sua existência. Por isso mesmo, constituía em uma imposição. Da mesma forma que a retribuição a este favor, por parte do agregado, também era uma imposição; uma vez que a ingratidão e a ruptura com os vínculos poderiam comprometer sua existência.

No Dicionário Aurélio, agregado é definido como: “*criado serviçal*”, “*vive numa família como pessoa da casa*”, “*vive em fazenda e engenho prestando serviços avulsos,*

sem ser propriamente um empregado” etc. (Ferreira,1986). Na sociologia o sentido é mais profundo. O agregado é também uma consequência das estruturas históricas, sociais, culturais e de poder que se formaram no Brasil. Ele é o resultado da cultura de favor, da justiça privatizada, da negação do trabalho mecânico e da escravidão.

A estrutura do favor está presente desde os tempos da primeira implementação político-administrativa no País: as capitanias hereditárias que constituíam uma forma de administração descentralizada. Assim os poderes político, jurídico e administrativo se concentravam na mão dos donatários e não da Coroa Portuguesa. O chefe administrativo, portanto, era o chefe da família, aquele para quem a Coroa havia concedido as terras. Nesse sentido, pode-se concordar com Gilberto Freyre quanto ele argumenta que “*a família foi a unidade colonizadora no Brasil*” (Freyre, 2003; 35).

Essa estrutura se perpetuou mesmo após a chegada do governador geral à colônia que viria para tornar esse sistema de administração descentralizada em um sistema de administração centralizada restituindo à Coroa o poder sobre a Colônia. Isso, contudo, não alterou muito os tipos de relações já estabelecidas. As leis pessoais continuaram a sobrepujar as leis impessoais, mesmo porque o interesse da Coroa era antes garantir a exploração econômica da colônia do que prestar assistência e cidadania aos que aqui vieram habitar. Ou seja, a ação da Coroa não era no sentido de garantir direitos, mas de cobrar taxas, tributos, dívidas, enfim, legislar apenas no que dizia respeito aos interesses econômicos da Metrópole.

Por mais que o Estado tomasse agora para si o controle da justiça essa atuação não era muito efetiva. O brasileiro aprendeu a ver no Estado, nas leis, algo exclusivamente punitivo, e não uma forma de garantir os direitos. Nas palavras de DaMatta (1984), a lei aqui significa o “não pode” e não uma garantia para que a sociedade possa existir harmonicamente. E se o significado das leis é somente o “não pode”, se a lei não proporciona as garantias mínimas que o cidadão tem direito, a solução encontrada por eles é burlar as estruturas por meio do favor, é conseguir pela amizade, pela familiaridade, aquilo que deveria ser uma garantia.

O que deveria ser direito foi transformado em privilégio. (DaMatta, 1984). Só os que se associavam à influência do Senhor – que não deixou de ser o “dono” da justiça –

tinham acesso a esses “privilégios”. Estar vinculado a um grande proprietário era, portanto, quase uma necessidade. Não se podendo estar no topo de uma hierarquia, associar-se a ela, era uma forma de tentar garantir o *status* e os direitos, neste caso, os privilégios.

O sentido etimológico desta palavra é esclarecedor: privilégio é oriunda da palavra latina *privio-lex* ou *privilegium*, que significa lei para um particular (Alencastro, 1997). A palavra exprime bem o funcionamento dessa sociedade. A vigência do princípio da dominação pessoal é tão evidente que, como observou Maria Sílvy de Melo Franco, havendo conflito entre os homens livres, a autoridade pessoal parece competente para resolvê-lo (Franco, 1997).

Também os escravos faziam, ou procuravam fazer, uso desse sistema de associação aos senhores. A prática do compadrio podia ser significativa para obtenção de vantagens. A tendência – seja do agregado, seja do escravo – era procurar os padrinhos de seus filhos entre as pessoas de situação econômica melhor e *status*, no sentido de ser escravo ou liberto, mais elevado que o seu próprio; escolhiam, portanto, pessoas com maior capacidade de trocar favores e oferecer vantagens. Numa cultura personalista e religiosa, os pais espirituais realmente procuravam levar a sério a sua função (Slenes, 1997).

Conforme Sérgio Buarque de Holanda (2004), em relação ao tema público *versus* privado, a Família e o Estado pertencem a duas ordens distintas. Essas duas instituições deveriam, na perspectiva desse autor, ser marcadas por descontinuidade, ou até mesmo por oposição: “*só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, recrutável e responsável, ante as leis da cidade*” (Holanda: 2004, 141). Isso porque, na ordem familiar, as decisões tendem a ser particularistas. Já no Estado, o interesse do geral, do bem comum, deve prevalecer ante aos interesses privados, conforme prega o paradigma weberiano do Estado Burocrático no qual a administração deve ser impessoal, racional (disposta por regras), objetiva etc. (Weber, 2000).

O funcionário “patrimonial” – ou seja, aquele que, ao invés de estar ligado ao Estado por meios impessoais, está vinculado ao Estado por meio da estrutura de favor ou do clientelismo – não atende aos interesses objetivos do Estado; antes disso, concentra-se

em interesses próprios e particulares (Holanda, 2004). Há, portanto, uma confusão entre direitos e privilégios, permitindo a consolidação da “cultura do favor” ou do “jeitinho”. As conseqüências seriam a pouca capacidade de organização das instituições, pouca solidariedade de interesses e pouca ação racional. Tal estrutura acaba por comprometer, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (idem), a coesão social.

Soma-se a isso a escravidão. Ela foi o fator que favoreceu a implementação da cultura do favor. O regime escravocrata teria ajudado a inculcar uma ideologia de “aversão ao trabalho”. A concepção de trabalho na Colônia diferia daquela ideologia protestante que pregava ser sua função a edificação da glória divina, tendo nisso seu fim último (Weber, 2002). Antes disso, na América portuguesa, o trabalho era percebido como atividade própria dos escravos, portanto desempenhá-las era uma forma de se aproximar simbolicamente da escravidão. A afirmação de Schwarz (1991) é bastante esclarecedora nesse sentido:

“A estrutura do favor se deve, sobretudo à escravidão, pois a partir do momento que livres competem pelos mesmos trabalhos que escravos, isso gera uma depreciação simbólica do trabalho. O ‘livre’ busca, portanto, outras alternativas menos degradantes”.

A introdução dos escravos na vida dos colonos se deu de forma tão marcante que as atividades mais banais, como carregar um lenço, eram efetuadas por eles. Emanuel Araújo (1993) mostra que tal hábito era tão difundido que romper com ele poderia ser motivo de estigmatização e desprezo. Também os ofícios eram deixados para os escravos. O aprender e o executar um ofício eram tidos como atividades degradantes. Araújo mostra um relato de certo médico que:

“Há alguns anos aconselhou uma pobre viúva, que tinha dois filhos rapazes, um de 14 e outro de 16, a encaminhá-los em ofícios. A viúva ergueu-se, deixou a sala, e nunca mais falou com ele (...)”. (Araújo, 1993; 86)

Busca de riqueza rápida e desamor ao trabalho orgânico, eis a característica típica desse tipo de estrutura social (Moog, 1956). A análise de Faoro da obra de Machado de Assis também evidencia essa lógica:

“Enriquecer na obra de Machado de Assis, significa, normalmente, pôr-se ao abrigo do trabalho. Ganhar emprego suave de não fazer nada, nas serenas funções de capitalista (...) Os meios comuns para alcançar esse glorioso estado são a herança ou o casamento com herdeiro ou herdeira rica. Há, todavia, as grandes carreiras, dos homens que vieram do nada e construíram grossos cabedais, a cuja [SIC] sombra um deles cultivou a baronia. Não é o trabalho o responsável por esse salto, o trabalho de todos os dias, suado e fatigante, com a poupança de real a real. A chave da existência dourada é a especulação afortunada, o faro astuto (...).” (Faoro, 2001; 28)

Os escravos, além de fazerem o serviço doméstico, também trabalhavam para os seus donos, estes podiam inclusive vender o aluguel do trabalho de seus escravos. Vender doces, trabalhar no comércio, na horticultura, como mestre-de-obras, marceneiro, entre tantas outras atividades, eram funções desses escravos que sustentavam seus donos. A existência da escravidão, contudo, justifica-se pelo modo de produção e tipo de colonização que se desenvolveram no Brasil. A grande lavoura orientada para a exportação em larga escala necessitava, não apenas, um tipo de mão-de-obra de fácil mobilização, com um consumo interno muito pequeno.

Numa colônia de exploração, que visava o lucro antes de tudo, abastecer o mercado interno implicava em deslocar terras e tempos para uma atividade pouco rendosa. A mão-de-obra escrava é, portanto, a mais viável, uma vez que o escravo consome o mínimo para sua sobrevivência, e a classe de proprietários satisfazia-se com as importações. Dessa forma:

“A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Como observa um cronista da época, sem escravos os colonos ‘não se podem sustentar na terra’. Com efeito, para subsistir sem trabalho escravo seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para o autoconsumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas” (Furtado, 2007; 76)

A importância de se ter um escravo era enorme para manter um mínimo de prestígio social. Tal condição era tão impositiva que mesmo os ex-escravos ao adquirir sua liberdade investiam nos seus próprios escravos. Questão retratada em Machado de Assis (1988) no capítulo LXVIII de “Memórias Póstumas”, quando Brás Cubas se depara com

Prudêncio, escravo liberto de seu pai a quem Brás maltratava na infância, fazendo uso do vergalho em um escravo que ele havia adquirido após sua libertação.

Não é possível afirmar, contudo, que a degradação simbólica do trabalho fosse a causa única e exclusiva da existência da vida agregada; nem mesmo, que não houvesse trabalhos mecânicos destinados às pessoas livres. Os homens livres eram, à rigor, dispensados do sistema produtivo, uma vez que o sistema utilizado já possuía fonte externa de suprimento de trabalho: o escravo. Esse tipo de mão-de-obra possuía sobre a mão-de-obra livre a vantagem de ser facilmente imobilizada. Assim, a ociosidade do homem livre era, muitas vezes, forçada por sua falta de empregabilidade (Franco, 1997).

Maria Sylvia de Carvalho Franco observa que em alguns casos havia certa regularidade no uso da mão-de-obra livre. A eles destinavam-se as tarefas arriscadas. A preferência deste ao escravo está relacionada ao fato de a morte de um homem livre não acarretar em prejuízo algum; enquanto o escravo, por ser um patrimônio, deveria ser poupado (idem).

Também ao homem livre eram confiadas aquelas atividades que incorreriam em risco de fuga dos escravos. O fornecimento e criação do gado, os tropeiros, – homens responsáveis pela condução de animais – e os carreiros – que conduz carros de bois – são, portanto, algumas das poucas atividades que sobram a esses homens deslocados do sistema produtivo. Eles ocupam o que Maria Sylvia de Carvalho Franco chama de atividades residuais. Além dessas atividades, os homens livres eram também empregados como supervisores do trabalho dos escravos (Furtado, 2007)

Em alguns momentos o tratamento dispensado aos agregados era muito próximo ao dispensado aos escravos. É o que observa Slenes (1997) que, observando o censo de 1801, acha uma curiosa anotação sobre um fogo⁴ de um agricultor que dizia faltar na lista certa agregada que teria **fugido**.

A “fuga” de uma pessoa supostamente livre põe em evidência que essa liberdade não era real. Além disso, pode-se imaginar que a razão da “fuga” não deveria ser muito distante das razões que motivavam os escravos a fugir. A agregada talvez sofresse

⁴ Fogo é sinônimo de residência. O termo era usado para designar as habitações de escravos e, em alguns casos, de agregados.

maltratos tal qual os escravos com quem compartilhava o fogo. Não é impossível que a agregada sofresse abusos sexuais. Esta prática comum dos senhores contra as escravas era disseminada, e quando houve a substituição de mão-de-obra escrava pela mão-de-obra do imigrante livre, ela não foi imediatamente interrompida.

Várias foram as tentativas de assédio dos senhores em relação às filhas dos novos colonos. Tal fato indica que a diferenciação entre as categorias era, por vezes, tênue. Soma-se a isso o fato dos delegados terem amplos poderes para expulsar agregados e também para recrutá-los, independentemente da vontade deles, sob a alegação de que a medida era baseada na defesa pública (Slenes, 1997).

A prática dos senhores possuírem muitos agregados era útil, não somente, para uso de seus serviços esporádicos; um contingente de agregados servia também como curral eleitoral. Se possuíssem a renda mínima exigida eles poderiam, ainda que fossem analfabetos ou ex-escravos, ser eleitores de segundo grau. A existência de muitos desses agregados nas fazendas dependia desse sistema eleitoral. A fidelidade destes, era imprescindível para sua conservação na fazenda; a infidelidade implica na expulsão:

“Tudo isso foi posto em xeque em Pernambuco nas eleições para o Senado, em 1847. Nessa oportunidade, os funcionários regionais ligados ao partido da Praia, detentor do governo da província, aliciaram agregados e moradores dos engenhos para que votassem nos candidatos praieros, contra os proprietários das suas terras, candidatos conservadores na eleição de primeiro grau. Conhecida a vitória dos praieros na eleição primária, a açucarocracia do partido conservador retaliou, apressando-se em expulsar os agregados ‘traidores’” (Alencastro, 1997; 22).

Mesmo sendo a escravidão tão representativa do sistema produtivo e do quadro social do fim do século XIX, Machado de Assis não enfocou sua obra na escravidão; talvez porque, como acredita Chalhoub (2003), ele não tratava diretamente da escravidão porque sua obra era narrada na perspectiva dos senhores e proprietários e *“na segunda metade do século XIX, e mais ainda após a lei de 1871, Estácio, Brás Cubas, Bentinho e todos os demais membros dessa galeria viviam num mundo em que a visibilidade da escravidão seria inevitável, mas a ostentação de tal visibilidade seria uma gafe, um pecado, ou quem sabe sobretudo um perigo. Ao escolher a ambiência senhorial urbana da corte, Machado de Assis também adotou a aparência que suas personagens procuravam aparentar”* (Chalhoub, 2003; 57). Assim, embora os escravos continuassem nitidamente presentes na

vida econômica, sumiam na esfera das representações sociais. Sendo as histórias de Machado de Assis contadas na perspectiva das classes senhoriais, é natural que os escravos não estivessem presentes em seus discursos.

O agregado e a agregada, em cada uma das obras de Machado de Assis, têm diferentes formas, mas uma expressão comum: evidenciam a lógica de subordinação na sociedade do século XIX; o contraste de caracteres. Ele permite o vislumbre, pelo leitor, de vários tipos de mentalidades e discursos distintos. Apesar do pessimismo de sua crítica, Machado de Assis não é maniqueísta como outros autores de sua época. Contrastando sua obra com “Clara dos Anjos” de Lima Barreto, pode ver-se um pouco dessa diferença: nesse romance o anti-herói é intrinsecamente mau. Pratica a maldade pela maldade, sem procurar tirar disso nenhuma vantagem além do prazer fugaz. Embora isso possa ser considerado uma justificativa para a crueldade, as ações dessa personagem têm conseqüências sociais negativas reconhecidas pela personagem. Esta se vê forçada a abandonar a cidade em que vive por causa dessas ações. Sua atitude se aproxima mais ao naturalismo: as personagens não são orientadas por seu conteúdo moral, mas por impulsos e desejos.

Em Machado de Assis há a predominância do cálculo social. Doutor Camargo (Helena, 2004) conspira contra Helena porque tem um fim: casar a filha com Felix. E Helena representa não só um empecilho como uma pessoa a mais para dividir a herança do Conselheiro Vale. A maldade da personagem se justifica na sua vontade de ascender socialmente.

Essa estrutura diferenciada também está presente nas vítimas. Clara dos Anjos é uma vítima por excelência. É crédula e inocente, se recusando a crer na maldade do mundo, a despeito dos alertas que recebe. Helena é vítima consciente. Sua subordinação a Camargo ocorre por reconhecer o caráter melindroso de sua própria conjuntura. Ainda assim, procura manipular sua situação o tanto quanto lhe é possível.

Essas manipulações não impedem as personagens machadianas de terem valores morais e consciência, apenas demonstram como esses valores são fluidos: as personagens vagam entre interesses e consciência e justificam suas ações mediante discursos, para os outros e para si mesmos. Brás Cubas ao encontrar um pacote com cinco contos de Réis, articula para si toda uma justificativa para manter a posse do dinheiro:

“De noite, no dia seguinte, em toda aquela semana pensei o menos que pude nos cinco contos, e até confesso que os deixei muito quietinhos na gaveta da secretária. Gostava de falar de todas as coisas, menos de dinheiro, e principalmente de dinheiro achado; todavia não era um crime achar dinheiro, era uma felicidade, um bom acaso, era talvez um lance da providência. Não podia ser outra coisa. Não se perde cinco contos como se perde um lenço de tabaco. Cinco contos levam-se com trinta mil sentidos, apalpam-se a miúdo, não se lhes tiram os olhos de cima, nem as mãos nem o pensamento, e para perderem assim totalmente, numa praia, é necessário que... Crime é que não podia ser o achado; nem crime, nem desonra, nem nada que embaciasse o caráter de um homem. Era um achado, um acerto feliz, como a sorte grande, como as apostas de cavalo, como os ganhos de um jogo honesto e até direi que a minha felicidade era merecida, porque eu não me sentia mal nem indigno dos benefícios da providência.” (Memórias Póstumas; 568).

Esse relativismo é uma das soluções estéticas encontradas por Machado, uma vez que a polarização do mundo entre o bem e o mal parece artificiosa. A “maldade” não é vazia de conteúdo: envolve ganhos; e a “bondade” não é isenta de interesses. A subordinação existe, mas não é inocente: *“o fato de serem submetidos e subjugados não faz dos personagens das classes mais baixas pessoas boas, em oposição aos malvados opressores. A exploração perpassa toda a cadeia social, sequer os próprios escravos são poupados” (Rios; 1998, 173).* Coexistem, com a ordem senhorial, contra-discursos. Há, entre os subordinados da obra machadiana, consciência da incapacidade de romper com essa ordem de forma explícita. Não os impedem de manipular o discurso opressor de forma a conseguirem vantagens sem ferir a ordem em sua aparência.

Não há negação da subordinação na obra machadiana, mas Machado evidencia que essa supremacia não é absoluta. Se na perspectiva dos Senhores sua própria autoridade é inquestionável, na perspectiva do agregado essa autoridade passível de manipulações (bem sucedidas, ou não) a fim de garantir seus próprios interesses. José Dias, que desejava conhecer a Europa, faz uso de vários recursos retóricos para convencer Bentinho a estudar lá. Helena queria visitar o pai e conseguiu obter concessão de fazer passeios a cavalo. Guiomar escolheu o marido de seu interesse sem perder as garantias de sua protetora. E os exemplos podem ser multiplicados. O poder, portanto, se encontra nos dois pontos da relação. Como já asseverou Foucault (2002), as relações de poder não são unilaterais, mas estão em todos os pontos da relação. O fato de serem hierarquizadas, não impede de serem relacionais (idem). E é essa relatividade de discursos que Machado trabalha, permitindo a reflexão da dinâmica das estruturas de favor.

II

Sobre a literatura no Brasil

A literatura no Brasil constituiu-se no que se pode chamar uma literatura engajada. A necessidade de se construir uma identidade nacional, após três séculos de colonização, fez que os autores usassem a literatura como um instrumento para realização de tal fim. O surgimento do Estado-nação moderno, que se forma em contraposição aos outros Estados-nação, teria sido um elemento impulsionador para a construção das ciências humanas e aprimoramento cultural, uma vez que esses fatores permitiam uma maior consciência de “povo”, fornecendo, para tanto, as bases ideológicas necessárias para justificar a diferenciação entre povos (Sevcenko, 2003).

Frente a essa nova demanda, o Brasil, país de passado colonial, percebe na precariedade de sua literatura, a dificuldade de consolidação de sua identidade (Sodré, 2002). Tal era o quadro que Tobias Barreto alega haver no Brasil Estado, mas não Nação (Sevcenko, 2003). Mesmo o Estado era precário, uma vez que era regido pelos grupos de poder pessoais e não pela lei impessoal. Fazia-se, portanto, urgente, na opinião dos intelectuais brasileiros, o desenvolvimento da nacionalidade:

“Sem possuir propriamente uma Nação e com o Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: Construir a Nação e remodelar o Estado” (Sevcenko, 2003; 103).

A literatura poderia ser o instrumento que permitiria a construção da Nação e a reconstrução do Estado, na medida em que ela poderia educar, moralizar e criar um sentimento de unidade nacional. O problema da identidade vai além da questão da consciência; não ter identidade própria podia significar não ser independente e, mesmo a idéia de unidade nacional não se restringia apenas aos controles políticos territoriais. A literatura teria um papel a cumprir na definição do que era o Brasil e quem eram os brasileiros.

O processo de independência do país também se formulava como busca de uma identidade diversa a da metrópole da qual se queria desvencilhar. É certamente muito mais complexo manter uma nova estrutura política, econômica e social se os vínculos

simbólicos da estrutura antiga permanecem muito fortes. O desejo pelo *nacional* passava pela identificação com o Nacional.

Não se pode, contudo, esquecer que a colônia foi construída a partir de valores e costumes impostos pela metrópole e, portanto os vínculos simbólicos com esta eram demasiadamente fortes para que houvesse uma simples ruptura. Além disso, os próprios interesses da elite que aqui se estabeleceu não eram completamente diferentes desses valores metropolitanos.

A ruptura histórica da colônia com a metrópole tem, portanto, um papel fundamental na construção desse nacionalismo literário. A partir dela mudaram-se os interesses políticos e econômicos. Era exigida agora uma autonomia diante da metrópole. A autonomia simbólica não poderia ser dispensada.

Até 1808, a colônia brasileira não havia sofrido muitas alterações desde sua descoberta. Não havia bancos, universidades e mesmo uma justiça pública. O “Estado” representava aqui apenas um órgão de coleta de impostos. Permaneciam, além disso, o exclusivo colonial e a impossibilidade do desenvolvimento de manufaturas. Mas em 1808, com a chegada da família real e sua corte, fez-se necessário mudar esse quadro. Precisou-se criar uma estrutura para que a corte pudesse se estabelecer.

As mudanças e conseqüências foram muitas. Abertura dos portos, criação do Banco do Brasil, de instituições de ensino, foram algumas delas. Se antes, os colonos só podiam comprar os precários produtos da indústria portuguesa (ou quando não houvesse manufatura de determinado produto em Portugal, comprar de outro país com taxas elevadíssimas) e só produzir matérias primas para vender à metrópole a preços bem mais baixos que os do comércio deixando para esta todo o lucro da revenda, agora podia comercializar livremente com outros países.

As diferenças foram obviamente sentidas pelos produtores da Colônia. Eles adquiriram uma postura mais empresarial, embora mantivessem as mesmas formas de produção de anteriormente, baseadas no latifúndio e na escravidão; mas quando a Família Real portuguesa retorna a Portugal, quer que tudo na Colônia volte ao que era antes. Obviamente a nova elite comercial que se estabeleceu nesse período, não quer perder os

benefícios conquistados. Intensifica-se, dessa forma o movimento que vai culminar na independência em 1822 (Costa, 1999).

É nesse momento que, a necessidade de separação ideológica da metrópole e a busca por uma identidade própria, se tornará ainda mais urgente. No Brasil, cada unidade política provincial funcionava com suas leis próprias, conforme o grupo que a dominasse. A subordinação até o século XIX apenas formal e quase sempre precária se dava diretamente em relação ao Reino. As províncias eram como Estados semi-independentes. A necessidade de manter a coesão para se possuir uma unidade política forte contra as ameaças externas, gerou também a exigência de se criar uma maior unidade, e com ela, uma identidade mais forte. Era como se a autonomia e coesão do país dependessem disso.

Os indivíduos deveriam criar vínculos afetivos e identitários com aquilo que seria o território nacional; pois a existência de pessoas simbolicamente vinculadas implicava em maior coerência e capacidade de mobilização. Essa postura não se restringe à metrópole, mas em relação ao mundo europeu, abrange nações hegemônicas, pois é delas que deveria vir o reconhecimento de que aqui na América surgia um novo país com alma e características próprias.

Nesse sentido o sentimento de missão presente na literatura também faz parte de uma ordem discursiva. Ou seja, se faz em relação a um jogo de desejo e poder. Ser uma Nação não era nada além de um discurso que revelava uma “vontade de verdade” (Foucault, 1996) e a literatura servirá como um instrumento para a construção e manutenção dessa “verdade”. Contudo, entre querer ser *nacional* e alcançar essa *nacionalidade* havia uma grande distância. Se por um lado, convergir com o pensamento europeu significava dependência, por outro, estar fora dos padrões europeus era também estar fora dos limites da humanidade. Existia, portanto, uma ambivalência de sentimentos.

Ademais, os grupos letrados eram muito restritos. A maioria da população não tinha acesso ao que se produzia:

“Ainda no início desse século [século XIX] e mesmo depois, os 75 % [de analfabetos] eram a média nacional. E dos 25% que sabiam ler e escrever, quantos liam livros? Os literatos escreviam para uma pequena minoria (Carpeaux, 1977; 164).

Assim, o que se poderia chamar “povo” brasileiro, presumivelmente a encarnação mais pura da nação, detentor dos elementos que compunham aquilo que o país possuía de mais particular, no século XIX, era constituído de classes brutalmente exploradas das quais as elites queriam o mais possível se distinguir. E, aliás, tentavam distinguir-se aproximando justamente dos elementos europeus; os mesmos supostamente negados em nome de um caráter nacional.

Mesmo no último quartel do século XIX, a polêmica travada entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, a propósito da peça teatral do primeiro, “*O Jesuíta*”, de 1875, é um episódio ilustrativo dos problemas que tendiam a se desdobrar em torno da definição do que vinha a ser o Brasil e os brasileiros. Roberto Ventura (1987) chama a atenção para o fato de que na década anterior praticamente se esgotara na produção literária brasileira as representações de personagens indígenas, tão marcantes na tradição romântica brasileira, desde Gonçalves de Magalhães. O fim do tráfico e os problemas atrelados à incorporação da massa escrava à nação é que dariam a tônica de dezenas de estudos e obras literárias.

Alencar é um dos escritores que acompanham esse movimento, autor de *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara* e expoente máximo do movimento indianista. Em *O Jesuíta* faz figurar personagens negros usando um linguajar cotidiano, o que veio a causar forte irritação em Nabuco. Este vai aos jornais denunciar a contradição de Alencar, que como deputado e ministro havia feito de tudo para evitar a aprovação da Lei do “ventre livre” e tornar mais lentos os mecanismos de distensão do aparato escravista, mas como literato, insistia em traçar sobre as figuras do índio e o negro os liames da literatura e, portanto, da alma nacional. Entretanto, tais contradições não se reservavam apenas a José de Alencar. O próprio Joaquim Nabuco, um dos nomes mais ilustres do movimento abolicionista, não está imune a elas, como afirma Roberto Ventura:

“As colocações de Joaquim Nabuco não são, porém, isentas de contradição: apesar de seu engajamento pela supressão do cativo, concebe a arte enquanto expressão idealizada da sociedade branca, cosmopolita e ocidentalizada, cujo domínio político e cultural é a pré-condição para a construção de uma civilização moderna (...)”
(Ventura, 1987:49)

Nabuco utilizava enquanto exercício pedagógico e excluía de seu projeto de nação os traços culturais marcadamente negros ou indígenas. O autor tendia a ver esses segmentos como que aprisionados pela animalidade ou impedidos de alcançar a civilização, tal o tratamento subumano que a sociedade branca havia lhes reservado ao longo dos séculos.

Vê-se que, na produção das elites letradas no Brasil do século XIX e início do século XX, vigorava uma estranha dialética de aproximação e afastamento. Percebe-se isso principalmente em relação às regras da linguagem utilizadas nos textos literários: “*a norma era um dos elementos chave do sistema de exclusão estabelecido pela elite dominante da República Velha, e um de seus instrumentos de dominação mais eficazes (...)*” (Candido, 2006). Lima Barreto, por exemplo, sofreu severas críticas e grande incompreensão por fugir duma literatura mais em sintonia com a norma culta, como fica evidente na crítica feita a ele que o acusava de se fazer valer por um estilo exagerado e negligente em suas obras (Marins, 2004).

A necessidade de uma identidade que fosse própria da Nação não mudava, por si só, uma mentalidade que foi construída à moda européia. Assim, mesmo os primeiros movimentos literários retratam esse persistente conflito entre o universal, Europa, e o particular, Brasil. Esse conflito se evidencia freqüentemente na incoerência entre as intenções e os resultados do trabalho do escritor. Se por um lado, tem-se o intuito de mostrar o que é nosso e reafirmar a nossa identidade e tentar livrar-se das marcas deixadas pelo colonizador, por outro o “outro” impregnado faz essas caracterizações parecerem esdrúxulas. Aspectos diferentes de uma realidade exigem uma forma diferente de abordá-las, não acontecia isso na nossa literatura: forma e conteúdo eram díspares (Schwarz, 1991).

A despeito desse elemento comum, o conflito entre o nacional e o europeu, não existe necessariamente uma homogeneidade entre os movimentos literários brasileiros. A preocupação entre universal e particular aparece de formas diversas em cada um deles; a disparidade entre forma e conteúdo, contudo, permanece como uma constante; afinal a necessidade de ter legitimidade, ser igual e diferente, era permanente. Tanto árcades como românticos tentaram lidar com esse conflito. Ambos estavam empenhados na construção de uma literatura para, com isso, provar que os brasileiros eram tão capazes quanto os

européus. Para Antonio Candido (2006), seu insucesso, contudo, está no fato de não perceberem que o particular, Colônia, estava impregnado do dito universal, Europa, justamente porque suas bases foram construídas a partir dela.

Segundo Antonio Candido (2006) a literatura brasileira foi um tipo de transplante, um ramo do arbusto da literatura portuguesa que, por sua vez, é derivada da literatura européia. Nossa literatura tem uma origem européia e essa derivação não se deu por mera cópia, a língua, as formas e valores, foram violentamente impostos. Impor as formas européias foi uma maneira eficiente de se manter a dominação. E a literatura, na forma que chegou aqui, funcionou como um instrumento do colonizador, elemento disseminador dos valores europeus.

No Romantismo o sentimento de missão aparece de forma intensificada. Os árcades mostraram a dupla fidelidade Brasil-Europa (Candido; 2006); os autores românticos, ainda que mal sucedidos, tentaram negar a influência européia. Diversamente ao Arcadismo, os românticos se concentraram obsessivamente no particular, talvez por isso, percebiam-se criadores da literatura no Brasil. Eles relativizaram a importância da tradição para a formação de um sistema literário; ou seja, queriam negar o que vinha de fora, mas a noção do que era literatura era dada por sua formação nos quadros da cultura do Velho Mundo.

Houve, entre os românticos, a tentativa de um diálogo interno com a oralidade e com as tradições indígenas, por exemplo; mas, continuaram desejosos de alcançar esse molde “universal”, ou simplesmente europeu, que procuravam negar. O conflito era evidente. Aqui iriam se estabelecer as formas de uma Europa que tinha uma estrutura social, completamente diversa à estrutura da ex-colônia. As formas dessa estrutura não se adequavam à realidade e a vivência tropical (Cândido; 2006). Nas palavras de Schwarz, são estruturas “fora de lugar”.

Nesse sentido, o que os Românticos tentam estruturar enquanto particular é na verdade uma transfiguração dos elementos europeus para os elementos nacionais. As fórmulas, contudo, continuavam as mesmas. O Romântico tenta retratar o índio, a natureza, o regional, mas descaracteriza esses elementos dando a eles o mesmo formato que o seu paralelo europeu. Ele busca o real, mas esse acaba por ser comprometido pelo lírico. Os

conflitos dos romances românticos eram, freqüentemente, artificiais; uma vez que a estrutura rígida da sociedade brasileira não propiciava a multiplicidade de dúvidas e opções morais que estavam presentes nas obras desse período, como já bem observou Antonio Candido (2006).

O nativismo e o nacionalismo no Brasil serviram de guia para a prática da literatura. Escrever sobre coisas locais – lugares, cenas, costumes – não foi um impulso espontâneo, mas uma resolução patriótica de fazê-lo. O projeto nacionalista, a despeito de todas as contradições, foi um projeto de pesquisa e descoberta do país. Dar atenção ao meio e ao espaço social, mesmo que de forma deslocada, revela uma tomada de consciência da realidade brasileira. Ou ao menos uma tentativa de se criar essa identidade. Segundo Ventura:

“O nacionalismo literário do século XIX comporta, de forma paradoxal, um componente etnocêntrico, em que pese as suas reivindicações de autonomia ou independência: trata-se de uma diferenciação no interior de modelos europeus, adaptados e transformados, em termos literários ou historiográficos, tais como o naturalismo de Zola ou a teoria climática de Montesquieu, Buffon e Buckle. A ideologia civilizatória, implícita nas formas de “consciência nacional” surgidas na América Latina no século XIX, mantém-se na relação eurocêntrica estabelecida com o meio local e etnocêntrica com as formas populares de cultura. Ao mesmo tempo, é a incorporação dessa ideologia civilizatória a pré-condição para a emergência, nas sociedades e culturas pós-coloniais, de formas discursivas de origem européia, como a literatura, o ensaísmo e a historiografia, capazes de propor a diferenciação em relação aos padrões e modelos metropolitanos.”
(Ventura, 1987; 36)

A exigência desse movimento era de que se expusesse sempre o real. Ainda que houvesse uma falta de densidade artística, era praticamente uma obrigação do literato brasileiro retratar a realidade do Brasil; fosse pelo regionalismo, pelo indianismo ou pela discussão sobre as questões políticas. Estas, evidentemente, se exerceram, pelo menos até o abolicionismo, majoritariamente em torno de temas pouco capazes de ferir o orgulho de classe dos grupos dominantes; tais como a autonomia provincial, a legitimidade do poder moderador, a questão eleitoral, a participação na guerra contra o Paraguai.

A literatura servia também para garantir uma visão amena do atraso. Uma ilusão compensatória. E o grande problema dessa tentativa de construção da identidade

nacional por meio da literatura, esteve justamente na falta de paralelismo entre estrutura social e estrutura literária. A importação do pensamento europeu, implicava no transplante de algo que historicamente havia se constituído em países dotados de complexas redes culturais e econômicas, para um país que tão timidamente tentava romper as amarras e monopólios que as “antigas” relações coloniais haviam sedimentado. As formas literárias acabavam por estar “muito adiantadas” em relação às estruturas históricas aqui existentes. A questão não era somente o fato de se criar uma situação esquisita, em que conflitos morais parecessem a tão poucos realmente adequados ou legítimos, mas também pela ilusão de que resolvida a questão identitária, as outras questões se resolveriam automaticamente (Candido; 1998).

Essa situação não muda com o Naturalismo, movimento que aliás, teve curta duração no país (Sodré; 2004). O movimento romântico tenta tratar de um realismo com uma inspiração histórica – diversamente às epopéias, o romance romântico brasileiro não é tratado em um tempo mítico, mas é bem localizado: tem um tempo e um lugar definidos. O “milagre”, que esse tipo de romance exige, está dentro das possibilidades do cotidiano. O Naturalismo, por sua vez, busca inspiração nas ciências naturais. Mudam-se, para isso, as categorias: o que antes era natureza transforma-se em “meio geográfico”, empírico e analisável; o que antes era o índio, será substituído pelo conceito de raça; permanece, porém, o impasse de se chegar aos padrões europeus.

A solução sempre recaía sobre o tema a ser abordado. Falar sobre um desses aspectos da realidade brasileira era uma obrigação; Ainda assim, não se podia dizer tudo. Como já demonstrou Foucault, o discurso e a fala estão circundados de tabus. Lima Barreto, por exemplo, foi alvo de severas críticas por tratar da mestiçagem de forma aberta, indo de encontro com a tentativa de ser como os europeus, ao mesmo tempo em que rompia com a norma culta da escrita. A elite se queria européia – uma nova Europa exótica – e escrever algo que não amenizasse a mestiçagem era também um problema.

Silvio Romero ao que tudo indica foi o introdutor do tema sobre mestiçagem nas discussões sobre a formação cultural do país. Além das influências do meio e das correntes de pensamento estrangeiras a literatura brasileira devia muito de seus traços ao que o autor definia como fatores etnológicos, ou seja, à influência que a raça européia, indígena e africana tiveram sobre o organismo social nascente. As discussões sobre o

impacto do ambiente americano sobre a constituição física e espiritual dos estrangeiros era quase ponto comum entre os chamados membros da Escola do Recife. Araripe Jr., entretanto, era um dos que enfatizavam principalmente a ação do clima como determinante das formas de expressão culturais.

Araripe Jr. retomava a tradição de estudos iluministas sobre o tema presentes em Montesquieu, Buffon e Cornelius de Pauw. Estes autores produziram uma peculiar hierarquia entre os climas em que os ares temperados da Europa aparecem como os mais propícios ao desenvolvimento e equilíbrio da civilização. Climas tórridos como os da África e América e frios como os do extremo norte da Europa e parte da Ásia tendiam a influir sobre a fisiologia favorecendo, como exemplos acerca do primeiro caso, a concupiscência, a apatia e a servilidade.

Romero discordava de Araripe Jr. afirmando que o clima pouco havia feito mudar europeus e africanos presentes no Brasil, pois estes eram portadores de caracteres inerentes à sua constituição étnica, traços irrevogáveis (Ventura, 1991). Segundo o autor, os fatores naturais são sim determinantes da diferenciação nacional, mas apenas na medida em que o cruzamento das raças presentes no território brasileiro fizesse surgir um novo homem (Romero, 1901).

O legítimo brasileiro e a verdadeira literatura nacional só surgiram pela ação do mestiço. Segundo Ventura, “*Romero localiza a formação da nacionalidade literária nesse vínculo entre mestiçagem e poesia popular. Tendo como origem o canto dos mestiços no trabalho, a literatura brasileira se afirmaria, a partir de Gregório de Matos, pela crescente autonomia diante das culturas portuguesa, africana e indígena (...)*” (Ventura, 1991; 48) Simultaneamente, prevaleceu no autor – adepto, em larga medida, do evolucionismo – a clara idéia de que entre as diversas raças que povoavam o planeta, a germânica européia era a expressão mais acabada e propícia à civilização.

Quanto aos lusitanos que povoaram o Brasil, apesar do fator etnológico superior destes, não passariam de homens doces e alegres, pouco dados à reflexão e ao empreendimento. Unindo-se os lusitanos aos povos indígenas, o resultado seria uma herança genética no mínimo indesejável; a o espírito pouco empreendedor e pouco

reflexivo do português seria acrescido da índole dos indígenas brasileiros, que possuiriam propensões naturais à promiscuidade e superstição.

Todas essas questões, levantadas por Romero, ganham sentido particular quando se é remetido à contenda travada entre o mestiço Machado de Assis e o próprio Sílvio Romero, no fim do século XIX. Contenda que em quase todo o seu transcorrer dependeu unilateralmente dos ataques desferidos por Romero contra seu silencioso adversário. Respondendo a críticas feitas por Machado de Assis ao trabalho da nova geração, em 1879 na Revista Brasileira, Romero escreve *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira* (1897). Neste texto, o sergipano de Lagarto submete a obra machadiana e o tipo humano do escritor a um dos mais violentos escrutínios que já se viu e deixa implícita a intenção comparativa, por meio da qual tentou demonstrar a superioridade de Tobias Barreto. Roberto Ventura observa:

“Sílvio Romero abordou Machado segundo um critério nacionalista, de base etnográfica, como representante da ‘sub-raça brasileira cruzada’ que revelaria, junto com suas personagens, a psicologia mestiça do povo. Seu estilo é criticado pela ausência de colorido e de força imaginativa, pela falta de paisagem e natureza, pela escassez das descrições. Afirma que o escritor, como mestiço, teria pouca facilidade no manejo do vocabulário e da frase, o que seria ‘a fotografia exata de seu espírito, de sua índole psicológica indecisa’ (Romero, 1897: 81-82) (...)” (Ventura, 1991:100)

Tais observações se fizeram sentir em algumas outras análises sobre a obra de Machado de Assis, é claro subtraídos os julgamentos raciais. Diversos autores do período modernista, tal como Mário de Andrade, percebiam Machado de Assis como um autor pouco representativo das tradições brasileiras, e algo desconectado da sociedade em que viveu. Tais impressões se deveram ao fato de que em um contexto fortemente marcado pela preocupação com a questão nacional e racial, o autor, além de se recusar a uma atividade intelectual missionária, tendeu a reservar as mais cortantes ironias às polêmicas de sua época.

Entre querer ser como os europeus e assumir que essa é uma tentativa de cópia, encarando as implicações disso, há um grande trajeto a ser cursado. Vai contra o

discurso de independência e autonomia que se tentou assumir, e torna frágil e relativa à “necessidade fundante” de se ter uma identidade. Daí toda a crítica à Machado de Assis por este não tratar de temas locais. Crítica que não ficou em Sílvio Romero apenas, mas chegou até mesmo ao Movimento Modernista.

Mesmo Mário de Andrade, em “*Aspectos da literatura brasileira*”, alegava que Machado de Assis não teria profetizado e combatido nada nem ultrapassado limite algum. Ao invés disso, teria vivido moral e espiritualmente escanchado numa forma burguesa de vida típica dos funcionários públicos, de viver garantido. Não teria, portanto, vivenciado as mazelas a que a maioria do povo brasileiro estava submetida. Como Mário de Andrade, também Gilberto Freyre acreditava que Machado não representava uma nova conquista ao paladar, uma vez por não apresentar os temas locais (Marins, 2004).

Não obstante essas opiniões, hoje a obra de Machado de Assis é uma das mais utilizadas para se compreender a realidade brasileira do final do século XIX. Machado de Assis, diversamente aos outros autores até sua época, não nega a grande influência do universal no particular. Daí muito da incompreensão da sua “nacionalidade”. Ele retrata o local, mas não um local exotizado, e sim os conflitos de aparências de uma sociedade que se tenta européia. E o autor fez isso lançando mão de uma fina capacidade irônica.

José Veríssimo, no início do século XX, em um pequeno ensaio em que buscava apresentar a obra de Machado de Assis ao público português, deixou uma caracterização bastante apropriada sobre este autor:

“Porque a sátira é a íntima feição do gênio e da obra do Sr. Machado de Assis. Como porém não é propositada, intencional, mas derivada naturalmente da sua concepção da vida, amarga com a de um pessimista de condição e temperamento, mas retida na sua expansão, por um meticuloso escrúpulo de discreção e medida, sai-lhe a sua sátira mitigada, ainda disfarçada na intenção e na forma, recôndita, se bem aparente aos que o leiam com a atenção que merece (...)” (Veríssimo, 1977;104)

Para Machado, nosso particular não estava no que a natureza ou as culturas que existiam aqui anteriormente puderam trazer, esses elementos foram adestrados e solapados. Como já verificou Bomfim (2005), o colonizador na América Latina, aniquilou

a capacidade produtiva do colonizado; desprezou o conhecimento nativo, impondo violentamente suas formas, tanto produtivas como simbólicas, mesmo não sendo essas formas tão adaptadas como as nativas. O que se construiu aqui não foi derivativo das formas aqui existentes, mas das formas impostas. O nosso particular estaria, na realidade, em nossa estrutura histórica; em como as relações e conflitos entre metrópole e colônia se articulavam; em como a nação foi construída e, em que condições os valores foram introduzidos e assimilados.

Ele frisava como essas estruturas simbólicas podem ser contraditórias dentro de uma situação social e política totalmente diversa a dos países onde esse simbólico se inspira. Machado de Assis percebe essas contradições e brinca com elas. Sua ironia é justamente uma forma de desmascará-las. Ele fazia mais do que se fixar em elementos locais; explicitava o Brasil em sua dinâmica, mostrando os jogos de interesses, acima daqueles ideais espirituais do romantismo.

Suas personagens femininas são bem significativas nesse sentido. Não são mais as mocinhas que põem tudo a perder em nome do ideal amoroso, mas mulheres que calculam o peso social de suas ações. O sofrimento amoroso é o sofrimento social. Elas vivem para a sociedade, para conservar as aparências. Vivem do cálculo e ambição. Um bom exemplo é Marcela de Memórias Póstumas de Brás Cubas a quem o autor atribui o amor ao interesse por jóias e objetos de grande valor “...*Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos réis; nada menos*” (Memórias Póstumas, 536).

A ironia rompe também com a monstrificação que um personagem interesseiro receberia no Romantismo. Ele transforma, o que no Romantismo seria um “vilão”, em um personagem casual. Ou seja, o cálculo é algo típico da sociedade e não uma corrupção do social; é antes normal que patológico. É certo, que esses interesses não representam somente as personagens femininas, mas essas ficam ressaltadas se comparadas à submissão aos valores sociais e ingenuidade que as heroínas Românticas possuem. O cálculo e jogos de interesses estão em todo o universo social.

Machado de Assis utiliza personagens calculistas sem que isso represente necessariamente um decréscimo de caráter das personagens; é o caso do Conselheiro Aires, em Esaú e Jacó:

“Posto que viúvo, Aires não foi propriamente casado. Não amava o casamento. Casou por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino” (Esaú e Jacó; 965).

Na concepção romântica, casar por necessidade seria provavelmente considerado um desvio de caráter que comprometeria toda a construção do personagem. Aires ao contrário é um personagem estimado. Funciona como um mediador dentro da trama. Ele é duplamente diplomata: diplomata enquanto profissão e diplomata das questões da própria trama. Em momento nenhum desempenha papel de vilão ou anti-herói, mas antes de amenizador das situações existentes. Seu caráter é bem representado na seguinte descrição *“Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia”* (idem).

Como já identificou Marins (2004), *“a estruturação do enredo romântico seria o confronto entre o indivíduo e sociedade na busca da realização do desejo amoroso”*, e sobre a ascensão social, nesse período *“(...) o indivíduo que a buscasse através do casamento seria um indivíduo de caráter deformado”* (Marins, 2004). Machado mostra uma perspectiva diversa, em que a conveniência social pode tomar um aspecto muito mais relevante; é o caso do romance *“A Mão e a Luva”*, em que a personagem, Guiomar, escolhe como marido aquele que mais serve aos seus objetivos de ascensão social; Isso não implica para a personagem em um decréscimo moral, graças às intervenções do narrador. Este, ao invés de condenar a personagem calculista, ridiculariza todo o tempo o comportamento da personagem romântica da estória, Estevão; descrito sempre como alguém de comportamento e sentimentalismo exagerados.

A escolha pelo prestígio e os jogos de interesse dos personagens machadianos não estão restritos a esfera do casamento. Estão também presentes em outros níveis do quadro social brasileiro. A política é também alvo da crítica de Machado de Assis. Em relação ao comportamento político brasileiro, a obra de Machado de Assis é bastante reveladora. A cultura do favor, a volubilidade política aparecem recorrentemente:

“Batista, o pai da donzela, era homem de quarenta e tantos anos, advogado do cível, ex-presidente de província e membro do Partido Conservador. A ida à fazenda tivera por objeto exatamente uma conferência política para fins eleitorais,

mas tão estéril que ele tardou de lá sem, ao menos, um ramo de esperança. Apesar de ter amigos no governo, não alcançara nada, nem deputação nem presidência. Interrompera a carreira desde que foi exonerado daquele cargo 'a pedido', disse o decreto, mas as queixas do exonerado fariam crer outra cousa. De fato, perdera as eleições, e atribuía a esse desastre político a demissão do cargo.

— Não sei o que é que ele queria que eu fizesse mais, dizia Batista falando do ministro. Cerquei igrejas; nenhum amigo pediu polícia que eu não mandasse; processei talvez umas vinte pessoas. Outras foram para a cadeia sem processo. Havia de enforçar gente? Ainda assim houve duas mortes no Ribeirão das Moças.” (Esaú e Jacó; 983)

Embora o personagem não tenha sido bem sucedido, fica evidente nesse parágrafo que a posse, ou falta dela, de um cargo era realizada por critérios pessoais; pela política oligárquica e não pela impessoalidade típica de uma ordem legal burocrático. Eram as relações estabelecidas que iam determinar o futuro político. Num capítulo posterior mostra mais uma vez a falta de vínculo com os ideais políticos, a filiação se dava pelo poder e não pelos ideais:

“Se há muito riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da situação, como nos Génesis. Venhamos ao evangelista que serve de título ao capítulo. Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar. Não é mister dizer que o abatimento de Batista foi enorme.

—Justamente agora que eu tinha esperanças, disse ele à mulher.

—De quê?

—Ora de quê! de uma presidência. Não disse nada, porque podiam falhar, mas é quase certo que não. Tive duas conferências, não com ministros, mas com pessoa influente que sabia, e era negócio de esperar um mês ou dous...

(...)

—Mas, Batista, você o que é que espera mais dos conservadores?

Batista parou com um ar digno e respondeu com simplicidade:

—Espero que subam.

—Que subam? Espera oito ou dez anos, o fim do século, não é? E nessa ocasião você sabe se será aproveitado? Quem se lembrará de você?

—Posso fundar um jornal.

—Deixe-se de jornais. E se morrer?

—Morro no meu posto de honra.

D. Cláudia olhou fixa para ele. Os seus olhos miúdos enterravam-se pelos dele abaixo, como duas verrugas pacientes. Súbito, levantando as mãos abertas:

—Batista, você nunca foi conservador!

O marido empalideceu e recuou, como se ouvira a própria ingratidão de um partido. Nunca fora conservador? Mas que era ele então, que podia ser neste mundo? Que é que lhe dava a estima dos seus chefes? Não lhe faltava mais nada...

D. Cláudia não atendeu a explicações, repetiu-lhe as palavras, e acrescentou:

—Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha.” (Esaú e Jacó; 1003))

Esse trecho retrata bastante bem uma sociedade em que a estrutura discursiva serve de maneira explícita à manipulação das estruturas de interesses. Em que, por um lado, se adota o liberalismo e por outro permanece o brutal sistema de exploração de mão-de-obra. Uma sociedade em que o trabalho não é reconhecidamente a fonte de riquezas, mas sim atividade de escravos. O caráter e as contradições dessa sociedade ficam bem mais evidentes quando mesmo um ex-escravo adquire para si um escravo, ignorando os horrores da escravidão vividos por ele mesmo:

“Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: - “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

- Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

- Meu senhor! gemia o outro.

- Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio - o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo, e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

- E, sim, nhonhô.

- Fez-te alguma coisa?

- É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (Memórias Póstumas, 581-2).

Outro aspecto de nossa realidade social que pode observar-se na obra desse autor é a pretensão de fidalguia entre os membros da sociedade. Aqueles adquiriam riquezas em terras brasileiras e se intitulavam barões, condes e marqueses. Aqui nobreza era um título que se podia adquirir por artifícios: o desejo de ascensão social só se completando com um título. Assim, o pai de Brás-Cubas cria toda uma genealogia fictícia para se elevar socialmente:

“O fundador de minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós -- dos avós que a minha família sempre confessou - porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-

rei conde da Cunha.

Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto do Damião, que o dito apelido fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou arrebatando trezentas cubas ao mouros. Meu pai era homem de imaginação; escapou à tanoaria nas asas de um calembour. Era um bom caráter, meu pai, varão digno e leal como poucos. Tinha, é verdade, uns fumos de pacholice; mas quem não é um pouco pachola nesse mundo? Releva notar que ele não recorreu à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo, o capitão-mor Brás Cubas, que fundou a vila de São Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Brás. Opôs-se-lhe, porém, a família do capitão-mor, e foi então que ele imaginou as trezentas cubas mouriscas”. (Memórias Póstumas; 515)

Apesar de retratar tão bem, e tão criticamente aspectos da realidade brasileira, recebeu Machado a alcunha de pessoa que não se preocupa com a causa nacional. O próprio Machado escreve um artigo em relação à essa crítica. Machado rebate dizendo que os autores celebrados como introdutores do nacionalismo literário “*quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira*” (Machado de Assis, *Instinto de Nacionalidade*, OC vol. 2; 803). E continua sua argumentação mostrando que o local, ou nacional nos termos em que ele próprio pensava, está além do localismo:

“(…) devo acrescentar que nesse ponto manifesta-se muitas vezes uma opinião que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito o cabedal da nossa literatura” (idem; 803).

Cabe aqui apontar a distinção usada neste texto entre o “local” e o “localismo”, que parece ser diversa ao termo empregado por Machado. O local se refere ao que Machado de Assis chama de Nacional, aos elementos que, mesmo não se retendo a aspectos regionais, são próprios da cultura brasileira por serem vivenciados num contexto histórico particular. Por “localismo” Machado de Assis entende como “assunto local”; são os temas referentes às características que só existem aqui, por sua natureza, e não por sua construção histórica.

Para Machado, é sobretudo a linguagem que irá revelar na obra literária os elementos da nacionalidade, pois pela forma narrativa reconhece-se uma estrutura de valores que foi construída socialmente. Cabe lembrar que a arte é um fato social. O "Eu" se diz por meio da sociedade, não está além, está sempre dentro dela, por mais abstrato que

ele seja. Como já observou Norbert Elias (1994), indivíduo e sociedade são interdependentes. A percepção do artista enquanto gênio, desconectado de seu contexto, é o que se pode chamar de uma *perspectiva individualista da arte*. Ela coloca o indivíduo enquanto princípio básico, como uma entidade em si, autônoma. Contudo, o indivíduo está condicionado a algo que o transcende: se de um lado se tem a autonomia, do outro existem as relações de pertencimento.

A obra literária não está fora dessa interface entre as formas individuais de internalizar e re-externalizar valores sociais. E é nesse sentido que o autor não precisa se reter aos localismos para ser local, sua narrativa estará sempre impregnada de um universo que está além dele:

“ (...) e perguntarei mais se o Hamlet, o Otelo, o Júlio César, a Julieta e Romeu têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês (...) O que se deve exigir de um escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos tanto no tempo como no espaço” (Instinto de Nacionalidade, 803-4).

A conclusão de Machado é que para ser brasileiro não é necessário falar do Brasil, e o grande problema da nossa literatura estaria em uma crítica frágil e superficial que para tentar mostrar algo de diferente cai em artificialismos.

III

Sobre as fases de Machado de Assis

Os romances de Machado de Assis têm reconhecidamente duas fases: a juventude e a maturidade. Por muito tempo se classificou a primeira fase de romântica e a segunda de realista. No entanto ele não se enquadra em nenhuma das duas, ao contrário, em sua fase romântica Machado de Assis trabalha uma crítica ao romantismo e na realista uma crítica ao realismo. Capeaux (1977) expressa bem essa dificuldade:

“Não classificarei como ‘realista anti-romântico’ o romancista e contista Machado de Assis, ironista sutil e perscrutador fundamente [sic] pessimista das almas, em que se descobriram elementos de Swift, Maupassant, e Thomas Mann. É um ‘inclassificável’ fora das tendências de sua época, embora seus personagens e ambientes sejam brasileiros e da época. Já foi muito traduzido. Sua ‘intemporalidade’ será, um dia, problema difícil para os teóricos da crítica literária” (Carpeaux, 1977; 159).

Pensar em Machado de Assis estabelecendo uma relação direta entre o período em que foram escritas suas obras e o tipo de literatura produzida por ele é, sem dúvida, uma atividade pouco profícua. O período de Machado é menos importante para classificá-lo que para perceber o tipo de diálogo que ele estabelece com o seu tempo. No mais ele permanece um “inclassificável”; todavia, como foi dito, sua obra pode ser classificada com relação a ela mesma entre a fase da juventude e a da maturidade.

A primeira fase, relativa ao período da juventude de Machado de Assis, é composta por quatro romances: “Ressurreição”, “A Mão e a Luva”, “Helena” e “Iaiá Garcia”. A sutileza do autor dificultou, freqüentemente, que se percebesse o distanciamento do romantismo na primeira fase. Suas tramas pareciam ir de acordo com os modelos: finais felizes ou finais dramáticos, heroínas apaixonadas, morte por amor – ou supostamente por amor.

Certamente a influência romântica ainda estava muito presente, mas em todas essas obras encontram-se elementos de ruptura com o romantismo. Ainda que algumas dessas obras tenham um desfecho romântico, a ironia machadiana desmascara o conteúdo real das motivações.

A segunda fase era composta pelos outros seis: “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, “Quincas Borba”, “Dom Casmurro”, “Esaú e Jacó”, “Memorial de Aires” e “Casa Velha”. Desta vez, o distanciamento do realismo está bem evidenciado. A crítica ao determinismo e ao positivismo era bem mais explícita, a ironia, mais cáustica.

Outra diferenciação entre as fases, relevante para esse trabalho, é que na primeira as conclusões sobre o caráter das personagens, sobre as valorações e a moral, são oferecidas pelo autor. Já na segunda fase, elas são indagadas ao leitor. A segunda fase se propõe a deixar o leitor desconfiado e, desse modo, tomar ele mesmo suas conclusões.

Independentemente da fase, Machado de Assis é um autor mais atento às lógicas sociais que às possibilidades dramáticas. Enquanto os autores até então pareciam enquadrar um drama num quadro social, Machado de Assis preocupava-se sobretudo com os tipos sociais que poderiam provocar ou não um drama.

1Capítulo II

Conciliação

Notas sobre os agregados em “*A Mão e a Luva*”, “*Helena*” e “*Iaiá Garcia*”

Os três primeiros romances da primeira fase de Machado de Assis possuem agregadas como personagens principais. É por meio delas que se desenvolve a trama e o conflito de cada obra. Em comum as três personagens – Guiomar, de “*Mão e a Luva*”, Estela de “*Iaiá Garcia*” e Helena de “*Helena*” – têm uma situação de dependência em relação a uma senhora rica. É válido lembrar que a senhora que exerce um papel senhorial não é uma matriarca. O seu poder está na transferência do domínio do antigo senhor. Ela é apenas uma herdeira da autoridade de uma sociedade eminentemente patriarcal: é o poder do senhor que age por meio dessas figuras.

As agregadas são cientes da sua condição de dependência e da fragilidade de sua posição. A contestação dessa ordem pelas agregadas é, portanto, bastante oblíqua, uma vez que uma reação mais aberta poderia implicar numa perda do apoio senhorial. Numa sociedade em que a lei é pessoal, isso representaria um perigo à manutenção da própria existência.

Elas estão inseridas em um quadro em que “*só os fortes poderão dizer tudo o que pensam, até o limite do cinismo precisando os fracos recalcar seus sentimentos e intenções (...)*” (Bosi, 2006: 123). O cinismo, não é propriamente característica desta fase; na segunda fase abunda muito mais cinismo e hipocrisia. Isso, entretanto, não significa que os senhores, os fortes, não tenha uma concepção de que seu poder é ilimitado; é a sua vontade que prevalece, ou deve prevalecer, sobre todas as outras.

Machado de Assis utiliza seus romances enquanto laboratórios de reações possíveis, ou melhor, por meio dos romances, ele articula diversas possibilidades de reação ao domínio senhorial. Mas como foi dito: essas “reações” são conciliatórias. Não existe um

intuito direto ou revolucionário de dismantelar a estrutura, mas, antes disso, sobreviver a ela.

As reações estão, nesse sentido, no campo das manipulações. As agregadas machadianas têm a capacidade de compreender o pensamento senhorial, de se pôr em perspectiva, e usar esse pensamento em seu favor. O maniqueísmo não é total: existe gratidão por parte dos agregados. O carinho por parte dos senhores também é real. Mas nada é extremado na obra de Machado de Assis, em ambas as esferas o afeto e gratidão são moderados com os jogos de interesses. Se as estruturas são rígidas, cada um se adequa a elas com os recursos de que dispõe.

I

Guiomar em “A Mão e a Luva”: manipulação da conformidade

Lúcia Miguel Pereira (1988), em seu estudo bibliográfico afirma que os quatro livros da primeira fase de Machado de Assis “*giram em torno do mesmo eixo: a mudança de classe*” (Pereira, 1988;156). Ou seja, um indivíduo, na frágil situação de agregado, consegue romper a rígida imobilidade senhorial e atingir seus interesses. Esse é certamente o tema de “A Mão e a Luva”.

Numa sociedade em que o poder está na posse da terra e na tradição, não é o trabalho árduo o meio de conquistar a riqueza, mas a proteção de quem a possui. Este foi o caso de Guiomar: órfã, afilhada de uma baronesa rica e viúva, jogou com o amor filial dedicado a essa senhora para atingir seus interesses, mas a total submissão às vontades da baronesa seria um dos requisitos para garantir sua herança no futuro.

A trama do livro se desenvolve em torno dos pretendentes de Guiomar, que disputam sua mão. O primeiro deles é a personagem romântica da estória, Estevão. A ele Machado de Assis vai dirigir sua crítica ao Romantismo. O segundo, Jorge, possui a preferência da madrinha por ser seu sobrinho: uma cultura personalista prima pelos vínculos de parentesco; no entanto, ele desagradava Guiomar por seu caráter indolente. O

terceiro deles é Luís Alves, jovem ambicioso, foi o escolhido por Guiomar, uma vez que a ambição de um e de outro eram compatíveis.

Entretanto, a escolha de Guiomar não era livre: como uma boa agregada deveria escolher aquele que mais apetecesse à sua madrinha, de forma a garantir seu favor, e talvez, sua herança. O grande dilema da agregada era cumprir com o desejo da madrinha, sem atingir sua liberdade de escolha. A solução para o problema não poderia estar na rebelião, mas na obediência. Deixar explícita a sua vontade, mas sem impô-la foi a fórmula encontrada para convencer a baronesa. A estratégia conciliatória é a alternativa do agregado:

“Ao fraco e pobre, afinal, assistiria o direito de despistar o forte e o rico, porque precisava sobreviver. A ambição do pobre deixará de ser reprovável em razão daquele mesmo direito de ascender a posições que os ricos desfrutam desde o nascimento. Quanto à ingratidão, posto que negra aos olhos românticos e idealistas, poderá significar o exercício de uma afirmação pessoal, que é o avesso do que estava constrangido o dependente, o agregado” (Bosi, 2006: 123-4)

Aceitar a prerrogativa do direito a arbitrariedade é também angariar o reconhecimento daquele que é arbitrário. De modo que, quando Guiomar diz, *“eu sacrifico minha felicidade para te obedecer, madrinha”*, ela dá a entender à madrinha que é a opção desta que importa; simultaneamente, sugere que ela pode também optar por dar a Guiomar a liberdade de escolha; isto não impediria a felicidade de uma agregada fiel e, ao mesmo tempo, sua autoridade não estaria posta em jogo.

Para Schwarz (2000), *“A Mão e a Luva é um passatempo ligeiro e indulgente”*(Idem; 95), e embora este autor perceba os mecanismos de manipulação de Guiomar ele acredita que esse romance não passaria de uma defesa ao paternalismo da época e a crítica a essa instituição só viria nos romances posteriores - na segunda fase. Sua alegação está baseada no fato de Guiomar não contestar a estrutura senhorial, não ser uma revolucionária, não lutar contra o modelo imposto. Assim *“A Mão e a Luva”* expressaria *“um conformismo inteligente, que busca dar coerência e mais apuro à expressão dos interesses de nossas classes dominantes”*(105). O romance não passaria de um elogio ao

paternalismo, “*uma versão modernizada do paternalismo (...) que se quer progressista e sem preconceitos*” (p.108). Nesse ponto Schwarz perde a sutileza machadiana. Não existe liberdade e nem conformismo.

O que aparentemente é uma abertura à liberdade da agregada, e uma abdicação da vontade senhorial, não passa de uma possibilidade de dispor dessa arbitrariedade sempre que isso não represente uma ameaça ao seu poder. Quanto o suposto conformismo de Guiomar é uma forma tanto de possibilidade de manipulação da vontade da madrinha, quando uma conseqüência da impossibilidade de lutar contra a estrutura senhorial. Se a atitude de Guiomar fosse diversa à submissão total a vontade da madrinha, esta provavelmente não daria a concessão do casamento com Luís Alves. A resistência implicaria na perda da esperada herança.

Machado de Assis é consciente da impossibilidade de liberdade na estrutura senhorial, mas explora as liberdades possíveis. A própria crítica ao Romantismo desempenha esse papel. Tirar o agregado do Romantismo é dar-lhe voz. O agregado passa ter direito à ambição. No período Romântico esta era uma prerrogativa exclusiva dos senhores. A fidelidade ao senhor, o cumprimento a certas normas morais, nada mais representam que submissão. Ela anula as vontades individuais dos subalternos. É o subalterno visto exclusivamente pela perspectiva do senhor, seus desejos, enquanto pessoas que querem reconhecimento social, são apagados.

Guiomar satiriza o romantismo, sem por isso ser condenada pelo narrador - que também satiriza o comportamento romântico de Estevão. Ele é descrito antes de tudo como um fraco, incapaz de se impor em sociedade. A pureza do seu amor é descrita como um devaneio literário. Ele não tem a rigidez de caráter para conquistar seus desejos. Representa, portanto, a apatia a que os personagens do Romantismo estão submetidos. Mesmo suas soluções dramáticas são fictícias. Fala em morte, caso não seja correspondido, mas nunca age nesse sentido. Ele sim, representa o conformista da obra. O romantismo, na perspectiva machadiana, é sinônimo de sujeição e conformidade. A conformidade, contrariamente ao que diz Schwarz, não está em Guiomar, mas sim uma simulação de conformidade.

Em Machado de Assis são os anseios sociais e a vontade de transição entre classes sejam também legítimos. Porque os agregados deveriam se contentar com a sua condição de fragilidade social? Guiomar quer ascender, mas nem por isso perde o seu caráter afetuoso, sua moral rígida e sua gravidade. Enquanto Estevão, que idealiza o amor, revela-se totalmente inapto para sobreviver ao tipo rígido de estrutura. As ações de Guiomar representam mais do que atributos morais negativos ou positivos, mas é uma questão de adaptação. A moralidade passa a ser um valor secundário quando o que está em jogo é a manutenção da existência.

O desfecho feliz da obra pode ter uma aparência romântica, mas ele também exerce uma função importante nesse contexto: ele não pune Guiomar pelos seus anseios sociais. Se o final fosse desfavorável à Guiomar, a interpretação do livro poderia ser outra: sua ambição levou à sua ruína. Como é o caso dos romances picarescos (Cândido, 1998). Os heróis picarescos são de origem humilde e freqüentemente foram abandonados. O “choque áspero com a realidade” (p.22) os leva a armar estratégias para subir socialmente. Inclui-se entre as suas estratégias a mentira, a dissimulação, o roubo. Como Guiomar, os pícaros manipulam por meio da amabilidade, usada como um instrumento para atingir seus objetivos, dentre eles a ascensão social. Como os pícaros Guiomar manipula, diversamente aos pícaros seus sentimentos não são necessariamente falsos e seus interesses não representam sempre um conflito com seus sentimentos.

Negar o “final feliz” em “A Mão e a Luva”, seria talvez incorrer no risco de moralizar a obra. De negar, mais uma vez, o direito do desejo de ascensão. Romperia com a intenção de Machado de Assis de dar direito à ambição. Além de perder o enfoque de sua crítica: as estruturas sociais e não os indivíduos que somente cuidam para sobreviver a elas.

II

Helena: conformidade e ambigüidade

Diversamente à Guiomar, Helena não tinha a mesma preocupação com o cálculo social. Sua fidelidade filial estava acima do desejo de ascender socialmente. Apesar disso, ela percebia muito mais claramente sua situação enquanto agregada e tinha uma forte consciência sobre as relações de dependência e sobre o cativo. Guiomar, não contestava as estruturas sociais dominantes, antes disso, queria fazer parte dela. Helena, por sua vez, foi inserida nesse contexto de dependência à revelia e, embora não contestasse sua situação, ela possuía uma visão bastante crítica desse tipo de existência. Sua visão era crítica, porém contida; ou seja, não era uma contestação revolucionária, mas sutil e submissa.

É conveniente ressaltar que a submissão pode se dar de duas formas: pragmática e ideológica. Uma pessoa que age com obediência, não necessariamente tem um pensamento subserviente. Helena, como foi dito, compreendia e questionava a ordem em que estava inserida, mas agia no sentido de não causar rupturas com essa ordem, pois, sabendo que não poderia superá-la, permanecer submissa era uma forma de garantir sua existência.

Helena, diversamente às outras agregadas, ganha sua posição dentro da família do conselheiro Vale subitamente, por ocasião da morte deste. Em seu testamento, o Conselheiro Vale a assume como sua filha legítima de um caso extraconjugal. A leitura do testamento causa um grande impacto na família do conselheiro – seu filho, Estácio, e sua irmã, D. Úrsula. Contudo, as reações dessas duas personagens são opostas uma da outra sobre a decisão expressa no testamento. Enquanto Estácio se vê disposto a aceitar o documento sem ressalvas, D. Úrsula se sente afrontada com a decisão arbitrária do irmão.

Ainda que opostas, cada uma dessas reações expressa, ao seu modo, conformidade com o pensamento senhorial vigente. Estácio aceita imediatamente porque internalizou a incontestabilidade da vontade senhorial. Chalhoub (2003:19) argumenta que logo no princípio do livro, com a leitura do testamento, já se revela “*o significado social mais*

decisivo a um determinado ideário de dominação de classe: a vontade do chefe de família, do senhor-proprietário, é inviolável, e é essa vontade que dá sentido e organiza as relações sociais que a circulam”. A vontade do pai e a lei seriam coisas indistintas:

“Ele percebera a má vontade com que a tia recebera a noticiado reconhecimento de Helena, e não podia negar a si mesmo que semelhante fato criava para a família uma nova situação. Contudo, qualquer que ela fosse, uma vez que seu pai assim o ordenava, levado por sentimentos de equidade ou impulsos da natureza, ele a aceitava tal qual, sem pesar nem reserva.” (Helena; 278).

Embora o testamento fosse um instrumento jurídico que legitimava a situação de Helena, parece que seu efeito legal é o que menos importa como orientação sobre o parecer de Estácio, ou mesmo de D. Úrsula, sobre a nova situação da família. O cumprimento das decisões não remete à legalidade das ações, mas à vontade do morto que se impõe.

“– Aconteceu o que eu previa, um erro, disse ele [Doutor Camargo]. Não houve lacuna, mas excesso. O reconhecimento dessa filha é um excesso de ternura, muito bonito, mas pouco prático. Um legado era suficiente; nada mais. A estrita justiça...

– A estrita justiça é a vontade de meu pai, redarguiu Estácio.” (idem).

A estrutura patriarcal é construída de forma tão intensa que, mesmo após sua morte, o senhor continua a “interferir” nas relações estabelecidas após a sua morte. Gilberto Freyre (2003:40), já revelava que o patriarcalismo era tão forte que “*abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível a vida dos filhos, netos, bisnetos*”. Em nenhum dos três romances abordados nesse capítulo os senhores estão vivos. Ainda assim a presença do domínio dos senhores já mortos é marcante. O poder senhorial é prolongado para os membros de sua família, é um poder remanescente. Não é, contudo, possível falar em uma transferência de poder, uma vez isso implicaria em certa autonomia da vontade do familiar vivo que o assumiu. Esta vontade, todavia, está subordinada às determinações do morto que mantém sua superioridade hierárquica, bem como, sua influência.

Poder-se-ia pensar na contrariedade de D. Úrsula como uma forma de usurpação desse poder. Mas, ainda que contrafeita, D. Úrsula acata as vontades expressas no testamento. A indisposição de D. Úrsula permanece submetida aos desejos do conselheiro

Vale, como pode ser observado na alegação: “*bem sei que agora não há outro remédio mais que aceitar esse menina e obedecer às determinações solenes de meu irmão*” (Helena; 2004: 281). Além disso, sua oposição não significa uma ruptura com as determinações patriarcais. Antes, representa um apego a elas. Aquela filha ilegítima representava, em sua lógica, uma ruptura com as estruturas familiares.

A origem desconhecida de Helena é uma das causas desse desconforto e uma preocupação constante de Dona Úrsula:

“ – *Conheceu a mãe dela? Perguntou a irmã do conselheiro.*
– *Conheci.*
– *Que espécie de mulher era?*
– *Fascinante.*
– *Não é isso; pergunto-lhe se era mulher de ordem inferior, ou...*” (Helena; 281).

Ser filha de uma “mulher de ordem inferior” significa ser de origem inferior. Isso poderia implicar, para D. Úrsula, em uma desqualificação de sua ordem familiar. O conselheiro Vale e sua esposa eram membros de “*elevado lugar na sociedade*” (Helena; 273). Era importante para D. Úrsula que a nova familiar não degradasse o *status* da família.

Ao ser incorporada à família, Helena assume uma condição ambígua. Ela possui, simultaneamente, características de agregada – sua origem é ignorada e, uma vez que é intrusa, não está alheia as estruturas de favor – e *status* familiar. Esse *status* em nenhum momento modifica sua condição de subordinação. Helena reconhece a fragilidade de sua situação e amiúde tenta agradar àqueles de quem se tornara dependente.

A ambigüidade de Helena também reside em sua dupla filiação. Como é revelado ao final do livro, Helena não era de fato filha legítima do conselheiro Vale. Este a adotou quando a mãe da menina, sua amante, disse que o pai verdadeiro tinha morrido. Portanto, a relação filial entre ela e o conselheiro se dá no campo afetivo e não no biológico. Contudo, o pai verdadeiro de Helena não havia morrido, mas abandonado pela mãe de Helena. Quando ela descobre que seu pai está vivo, se vê dividida entre o amor devido ao pai adotivo e ao devido ao pai verdadeiro. Ela se sente obrigada a ambos: um é seu progenitor, o outro a favoreceu com seu afeto, educação e dinheiro.

Uma vez que dois vínculos de paternidade contraditórios são criados, o conflito é inevitável. Ainda assim, o texto indica que a obrigação com o conselheiro Vale era mais forte que a devida ao seu progenitor. O motivo é evidente: o primeiro é um representante da classe senhorial, – o vínculo é duplo: soma-se ao vínculo filial o vínculo patriarcal – enquanto o segundo é uma figura marginalizada.

O conflito se agrava pelo fato de Helena e Estácio estarem apaixonados. A descoberta por Estácio de que Helena não era realmente filha do conselheiro Vale, permitiria, em tese, a união entre os dois; uma vez que ela não era de fato sua irmã. No entanto, a concretização disso teria graves conseqüências sociais. O próprio fato de aceitar continuar a conviver com a família do conselheiro Vale como se o segredo da paternidade não tivesse sido descoberto, provocava em Helena grande aversão. É o que se pode averiguar com a afirmação do padre Melchior:

“A posição que esses acontecimentos a deixaram, repugna-lhe mais que tudo. Prefere a miséria a vergonha, e a idéia de que interiormente não a absolvemos, é o verme que lhe fica no coração” (Helena; 383)

A dignidade é o contraponto dos agregados a sua situação delicada. Tanto em “*Helena*” como em obras subseqüentes a manutenção da dignidade é uma busca constante. Em Helena o conflito é tão forte que – não tendo como voltar a viver com o pai, uma vez que esse tinha ido embora, e não podendo conviver com a vergonha de sua situação – Helena morre. A morte pode ser interpretada como simples manifestação de uma tristeza profunda. Mas, como já observou Freud (1978), a morte é a forma máxima de eliminação de um conflito. É esse o principal sentido que pode ser apreendido da morte de Helena.

Muito embora Helena tivesse objetivos e razões bem menos ambiciosos e calculistas que os de Guiomar, ela também procurava manipular as situações em seu favor. Seus desejos são conseguidos por meio de subterfúgios. Para conseguir visitar o pai biológico ela arquiteta toda uma história para aprender a montar cavalo – coisa que ela já sabia fazer. Conseguir permissão para montar a cavalo seria o primeiro passo para conseguir ir com Vicente – escravo da família – visitar o casebre em que seu pai teria se instalado para ficar próximo a ela.

Vicente, contrariamente aos outros escravos, se aproxima de Helena assim que chega à propriedade do conselheiro Vale. Machado narra essa aproximação como desinteressada:

“(...) Vicente, cria da casa e particularmente estimado do conselheiro. Talvez essa última circunstância o ligou desde logo à filha do seu senhor. Despida de interesse, porque a esperança de liberdade, se a podia haver, era precária e remota, a afeição de Vicente não era menos viva e sincera; faltando-lhe os gozos próprios do afeto, - a familiaridade e o contato, - condenado a viver da contemplação e da memória, a não beijar sequer a mão que o abençoava, limitado e distanciado dos costumes, pelo respeito e pelos instintos, Vicente foi, não obstante, um fiel servidor de Helena, seu advogado convicto nos julgamentos da senzala.” (Helena; 286)

Conforme Chalhoub (2003: 51), Vicente representa praticamente tudo o que Machado de Assis escreve sobre a instituição da escravidão. A parte que se refere a Vicente é pequena, mas ainda assim, tem conteúdo bastante significativo, pois *“a necessidade de mencionar a esperança da alforria – ou até de justificar sua possível ausência – num contexto em que se procurava enfatizar a dedicação do escravo é bastante reveladora: como já abordei com detalhe em outro texto, um dos aspectos centrais da política da escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar consistia em prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras cada escravo sabia que, excluídas fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com o seu senhor particular”*. Nesse sentido, a aparente integração dos escravos com o senhor. Não é por aquiescência que os demais escravos se pautassem nos sentimentos de dona Úrsula em relação à Helena. Relações pouco conflituosas com os senhores, nesse contexto, poderiam significar nada menos que esperança de se obter alforria.

A partir disso, Chalhoub argumenta que existe, entre relação escravista e a relação de dependência, um ponto de convergência: o pressuposto da inviolabilidade senhorial. Ambos estão submetidos a essa forma autoritária de poder, e ainda que pareçam pacíficos a ela essa passividade só ocorre pela impossibilidade de insurreição. Faoro (2001:355) chega a ser exagerado nessa aproximação agregado-escravo afirmando que os dependentes teriam *“a mesma sorte do escravo, sem as garantias deste, para cujo sustento*

vela o senhor”, e ainda, *“a liberdade lhes serve apenas de estorvo, de nenhum modo, ideológica ou politicamente, valorizada socialmente”*. Mas é certo que se a sorte do agregado fosse a mesma do escravo, este não desejaria tanto a sua alforria e aquele não buscaria de forma tão permanente o distanciamento simbólico com a escravidão.

A negação do trabalho é justamente uma tentativa de se diferenciar. Ser escravo implica, não somente estar sujeito a castigos corporais e condições precárias de subsistência, mas em uma forte degradação simbólica. O escravo é uma mercadoria e, em outras palavras, inumano. E como em um ciclo vicioso a desumanização é uma forma de justificar a atitude exploratória. Se a religião, por um lado, condenava o tratamento cruel em relação aos outros seres humanos, por outro lado, ela legitimava a escravidão ao aproximar o escravo do animal uma vez que ela propagava uma perspectiva antropocêntrica do mundo em que o animal e a natureza teriam sido criados por Deus para servir aos interesses dos homens (Thomas, 1988). Esse antropocentrismo tem conseqüências dentro das próprias hierarquias sociais, pois, uma vez que um ser humano, por ter cultura, valores, e mesmo, tipo físico diversos aos aceitos pela doutrina cristã, seriam considerados como sub-humanos ou semi-animais (idem).

E esses padrões se impunham às colônias portuguesas mesmo antes da descoberta do Brasil. O projeto português de colonização e exploração dos povos – da Ásia, da África e da América – estava respaldado no apoio da igreja que legitimava a subjugação em nome da cristianização do mundo:

“Antes mesmo do achamento do Brasil, O Vaticano estabelece as normas básicas de ação colonizadora, ao regulamentar, com os olhos ainda postos na África, as novas cruzadas que não se lançavam contra os hereges adoradores de outro Deus, mas contra pagãos e inocentes. É o que se lê na bula Romanus Pontifex, de 8 de janeiro de 1454, do papa Nicolau V:

“Não sem alegria chegou ao nosso conhecimento que nosso dileto filho infante d. Henrique, incendiado na fé no ardor e zelo da salvação das almas, se esforça por fazer conhecer e venerar em todo o orbe o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não só os sarracenos, inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos foram trazidos ao reino, o que esperamos que progrida até a conversão do povo ou ao menos de muito mais. Por isso

nós, tudo pensando com devida ponderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras coisas, de invadir, conquistar e subjulgar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes (...)"(Ribeiro, 2006:35)⁵

Sendo esses povos subjugados, reduzidos a uma condição de sub-humanidade, não se pode negar que haja uma diferença substancial entre o agregado e o escravo. O escravo é o ponto mais baixo da hierarquia em uma sociedade em que a base do funcionamento da ordem social é a hierarquia (Faoro, 2001:368). Mas o ponto de proximidade – ambos estão submetidos à inviolabilidade da vontade senhorial – entre esses dois grupos sociais se mantém.

Em relação a esse ponto de proximidade é que Helena conduz uma discussão com Estácio sobre o cativo focando seu argumento na escravidão, mas referindo-se à sua própria situação de agregada. Enquanto passeiam a cavalo, Estácio introduz um diálogo sobre as vantagens da riqueza:

"(...)Uma vez aconteceu que iam falando sobre as desvantagens da riqueza.

– Valem muito os bens da fortuna, dizia Estácio; eles dão a maior riqueza da Terra, que é a independência absoluta. Nunca experimentei a necessidade; mas imagino que o pior que há nela não é a privação de alguns apetites ou desejos, de sua natureza transitórios, mas sim essa escravidão moral que submeto o homem a outros homens(...)"("(...) A riqueza compra até o tempo, que é o mais precioso e fugidio bem que nos coube. Vê aquele preto que ali está? Para fazer o mesmo trajeto que nós terá que gastar, mais de uma hora ou quase."

Um primeiro ponto a ser observado é que, a riqueza, contrariamente à argumentação de Estácio, não dá liberdade absoluta. Esta é determinada pelo ponto ocupado na hierarquia senhorial. Helena, como se sabe, era herdeira do conselheiro Vale e nem por isso era independente. Não podia sequer passear a cavalo sozinha. Devia sempre satisfações a Estácio a ponto de este crer ter o direito de controlar os próprios pensamentos da moça.

⁵ Não há grifo no original.

O diálogo continua:

“O preto de quem Estácio falava estava sentado no capim, descascando uma laranja, enquanto a primeira das mulas que conduzia, olhava filosoficamente para ele. O preto não atendia aos dois cavaleiros que se aproximavam. Ia esburgando a fruta e deitando os pedaços de casca ao focinho do animal, que fazia apenas um movimento de cabeça, com que parecia alegrá-lo infinitamente. Era homem de cerca de quarenta anos; ao parecer, escravo. As roupas eram rafadas; o chapéu que lhe cobria a cabeça tinha já uma cor inverossímil. No entanto, o rosto exprimia a plenitude da satisfação; em todo caso a serenidade do espírito.” (Helena; 296).

O tempo é uma categoria muito presente na obra de Machado. É bastante comum aparecer máximas sobre ele em toda sua obra. Assim em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* escreve: “*não importa ao tempo o minuto que passa, mas o minuto que vem*” (MP; 522), e também, “*nós matamos o tempo, mas o tempo nos enterra*” (MP; 617); em *Esaú e Jacó* o narrador conclui: “*esse desejo de capturar o tempo é uma necessidade da alma e dos queixos; mas ao tempo dá Deus ‘habeas corpus’*” (Esaú e Jacó; 978); em *Iaiá Garcia*: “*O tempo, esse químico invisível, que dissolve, compõe, extrai e transforma todas as substâncias morais*” (IG, 399) Em comum essas máximas têm a prerrogativa de inexorabilidade do tempo. Para Estácio poupar caminho é poupar tempo, mas Helena compreende a questão do tempo de forma mais profunda: não se trata, na verdade de tempo poupado que traz a sensação “render mais”, mas é a forma como se apropria do tempo que faz a diferença. Enquanto livre e senhor, Estácio não é capaz de compreender a satisfação do provável escravo em usufruir aquele momento de liberdade. Helena tenta mostrar o ponto de vista do não-livre a Estácio:

“ - Tem razão diz Helena: aquele homem gastará muito mais do que nós em caminhar. Mas não é isso uma simples questão de ponto de vista? A rigor, o tempo corre do mesmo modo, quer o desperdicemos, quer o economizemos. O essencial não é fazer muita coisa no menor prazo; é fazer muita coisa aprazível ou útil. Para aquele preto o mais aprazível é, talvez, esse mesmo caminhar à pé, que lhe alongará a jornada, e que fará esquecer o cativo, se é cativo. É uma hora de pura liberdade.” (Helena; 297).

A precisão da observação de Helena a esse respeito não parece ser compreendida por Estácio, uma vez que este não consegue se por em perspectiva percebendo somente o

ponto de vista senhorial. Ele atribui à fala da irmã a um mero jogo de palavras para vencer a discussão:

“Estácio soltou uma risada.

- Você devia ter nascido...

- Homem?

- Homem e advogado. Sabe defender com habilidade as causas mais melindrosas. Nem estou longe de crer que o próprio cativo lhe parecerá uma bem-aventurança, se eu disser que é o pior estado do homem.” (idem).

É conveniente lembrar que o fato do preto ser escravo é uma simples suposição. Não é sobre a condição dele que Helena argumenta, ele é usado como um artifício para que Helena fale sobre sua própria condição. Em seguida ela brinca com a idéia de que, como se estivesse na posição senhorial, o mundo girasse em torno das suas vontades, sendo ela a senhora e Moema, sua égua, a cativa. Seu diálogo é uma forma de ironizar a forma de pensar de Estácio:

“ – Sim? retorquiu Helena sorrindo; estou quase a fazer-lhe a vontade. Não faço; prefiro admirar a cabeça de Moema. Veja, veja como se vai faceirando. Esta não maldiz o cativo; pelo contrário, parece que lhe dá glória. Pudera! Se não a tivéssemos cativa, receberia ela o gosto de me sustentar e conduzir? Mas não é só faceirice, é também impaciência” (idem).

A passagem seguinte é bastante curiosa se for comparada com uma outra passagem de “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”:

*“ (...) vai aqui um homem muito mau e medroso, que é ao mesmo tempo **meu irmão e meu inimigo.**”⁶ (idem)*

⁶ Não há grifo no original.

No capítulo VII de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, intitulado “O delírio”, Brás Cubas tem um diálogo com a “Natureza”. Esta representa o ser que dá e retira a vida, cruel e todo poderoso. A fala da Natureza coincide com o atributo dado por Helena a Estácio:

“ – *Chama-me Natureza ou Pandora; sou tua mãe e tua inimiga (...)*” (2003:521)

Em ambas as situações as figuras parecem como parente e inimigo, ou provedor e inimigo. Não é impossível que a reincidência da frase tenha sido proposital. Machado, como se sabe, era um escritor muito atento ao contexto histórico e à sua própria obra (Gledson, 2003). Contudo, não há como saber em que medida a semelhança foi proposital. O que não tira o valor da convergência dessa adjetivação em comum. A frase não é explicada em “Helena”, mas em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, quando “Pandora” é indagada sobre o porquê do uso deste nome, ela responde:

“ – *Porque levo na minha bolsa os bens e os males, e o maior de todos, a esperança, consolação dos homens. Tremes?*

– *Sim; o teu olhar fascina-me.*

– *Creio; eu não sou somente a vida; sou também a morte, e tu estás prestes a devolver-me o que te emprestei. Grande lascivo, espera-te a voluptuosidade do nada.”(idem)*

Pandora não é somente uma grande provedora: ela encerra em si o bem e o mal. O ser humano é passivo em relação às decisões por ela tomada, está submetido a ela. Tanto o aspecto “mãe”, como o “inimiga” podem se manifestar. É a ela que cabe o arbítrio. A posição de Estácio tem forma análoga a da Pandora sobre o poder exercido por Helena. Helena está submetida às suas vontades e depende de sua arbitrariedade. Assim como Pandora ele pode ser “irmão” ou “inimigo”.

III

Iaiá Garcia

O romance “*Iaiá Garcia*” insere um novo movimento sobre a perspectiva da vida dos agregados. Ele enfoca o esforço de Estela pela superação e negação desse estilo de vida. É uma luta bem diversa da existente em “*A Mão e a Luva*”, uma vez que neste

romance Guiomar tenta superar sua situação usando da própria estrutura do favor. Ela percebe o domínio exercido sobre si como um possível aliado e não como a origem da sua condição desvantajosa. Enquanto em “*A Mão e a Luva*” existe o cálculo, em “*Iaiá Garcia*” existe o orgulho.

Diversamente à Guiomar, Estela crê que somente a recusa do favor e o extermínio da dívida podem trazer a total liberdade. Na perspectiva desta personagem a condição degradante não é a pobreza, mas a dependência. E durante todo o romance ela tenta superar essa condição, ainda que para isso tivesse que desistir de seus desejos e sentimentos amorosos.

Ao apaixonar-se por Jorge, preferiu negar seus sentimentos a permanecer eternamente na condição de favor. É o que está expresso em seu discurso feito à Iaiá Garcia para demonstrar a impossibilidade de seu amor por Jorge:

“Havia entre nós um fosso largo, muito largo, disse Estela. Eu era humilde e obscura, ele distinto e considerado; diferença que podia desaparecer, se a natureza me houvesse dado outro coração. Medi toda distância que nos separava e tratei simplesmente de evitá-lo. (...) Casamento, entre nós, era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque eu o consideraria uma espécie de favor. Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho. Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, superior a mim? Era preciso me dar outra índole. (...) Um dia teu pai mostrou-me essa carta e referiu-me a paixão encoberta que aí se conta, podes imaginar se ouvi tranqüila. Mas fora desse acontecimento que outro podia perturbar minha alma? Não vi nenhuma porta abrir-se-me por obséquio, nenhuma mão apertou a minha por simples condescendência. Não conheci a polidez humilhante, nem a afabilidade sem calor. Meu nome não serviu à natural curiosidade dos amigos de meu marido. Quem é ela? De onde veio? Ninguém me perguntou de onde eu vinha, não é verdade? Perguntaste-me quem era eu? Não; amaste-me como tinhas amado tua mãe, e eu amei-te como se foras minha filha. E para isso bastou-me abrir os braços; não foi preciso descer ou subir” (Iaiá Garcia, p. 504).

A carta mencionada na passagem refere-se à paixão de Jorge por Estela, paixão que o teria levado à Guerra do Paraguai. A enteada de Estela presenciou a leitura da carta, por Luís Garcia para Estela, e percebeu a inquietação da madrasta. Esse evento seria a origem de um conflito entre as duas mulheres. Ao narrá-lo Estela tenta a conciliação com Iaiá Garcia e, ao mesmo tempo, quer mostrar que a submissão ao favor e a dúvida sobre sua origem social é algo muito pior que abdicar da paixão e do romanesco.

Partindo desse pressuposto, o próprio sentimento de Estela em relação a Jorge lhe causava aversão:

“Estela amava-o [Jorge]. No instante em que descobriu esse sentimento em si mesma, pareceu-lhe que o futuro lhe rasgava largo e luminoso; mas foi só nesse instante. Tão depressa descobriu o sentimento, como o tratou de o estrangular e dissimular, – trancá-lo ao menos no mais escuso do coração, como se fora uma vergonha ou um pecado.

‘Nunca!’ jurou ela a si mesma.

(...) é lícito afirmar que recusara porque aos seus olhos seria um favor, e sua taça de gratidão já estava cheia.”(Iaiá Garcia; 410-11)

Perceber a relação entre desiguais “como se fora uma vergonha ou um pecado” é uma forma expressiva de negar o romanesco e se colocar de acordo as normas proibitivas da sociedade.

É sempre válido lembrar que este romance ainda está dentro do plano da conciliação. As ações de Estela para recusar o favor são feitas de forma sutil. Em nenhum momento ela parece tentar afrontar Valéria, ao contrário, as ações de Estela parecem estar sempre de acordo com os interesses da Senhora, ainda que Estela sinta muitas vezes que seu orgulho e liberdade estão sendo afrontados pelas tentativas de Valéria de impor sua conduta senhorial.

É o que ocorre em relação ao dote oferecido à Estela pela viúva. Valéria teria usado o dote como uma forma de reparar Estela pelo amor não consumado e, ao mesmo tempo, para tentar casá-la, afastando-a totalmente da possibilidade de vir a se unir com seu filho. Mas apesar deste dote ser uma forma de manutenção de interesses, ele é concedido como

um ato de generosidade; um benefício em retribuição ao afeto que a viúva sentiria por Estela. Esta, contudo, recebe o dote como uma afronta:

“Não alegrou nada [a notícia do dote]. Nunca lhe pesara tanto a fatalidade da posição. Depois do episódio da Tijuca, parecia aquele favor uma espécie de perdas e danos que a mãe de Jorge liberalmente lhe pagava, uma água virtuosa que lavaria os lábios dos beijo que ela forcejava por extinguir, como lady Macbeth a sua mancha de sangue. (...) a ação da viúva, por mais espontânea que fosse, tinha aos olhos da moça a conseqüência de fazer decorrer o benefício da mesma origem da afronta. Estela não distinguia entre os benefícios da mãe e do filho. Era tudo a mesma bolsa e dali que lhe vinha o dote.” (Iaiá Garcia; 425).

O “episódio da Tijuca” ao qual o texto se refere, trata-se de um dia no qual, achando-se só com Estela, Jorge a beijou à força. A afronta de Jorge era de se supor, naquele momento, com o direito de beijar Estela, ou seja, de impor seu desejo a despeito da vontade da agregada. A indiferença de Estela ante a Jorge antes de ser obrigada a beijá-lo, o deixou bastante irritado por parecer um menosprezo à sua vontade. Seu pensamento revela a postura imperativa da personagem: “ (...) a tranqüilidade feria-lhe o amor próprio (...) Quem era ela para o afrontar assim? (I.G. 411). Que se pode traduzir por : teria uma agregada direito de resistir à sua vontade? É particularmente essa imposição de vontade que representa para Estela a afronta de Jorge. O suposto amor de Jorge era um amor hierarquizado; era o seu desejo que deveria prevalecer.

As ações impositivas não são somente as de Jorge. Estela atribui o benefício do dote dado por Valéria à “*mesma origem da afronta*” de Jorge, não apenas porque o dinheiro viria “*da mesma bolsa*”, mas também por Valéria estar tomando, em certa medida, o mesmo tipo de atitude: a imposição da sua vontade. Que, no caso, seria casar Estela conforme a sua conveniência. Difere o objeto, mas não a lógica. Como foi dito, oferecer o dote à Estela poderia ser uma forma de casá-la mais rapidamente impedindo o perigo de ela vir a unir-se a seu filho mais tarde. O dote permitiria, dessa forma, a manutenção da integridade da ordem social da família.

Nessa lógica, benefício e afronta se misturam, pois ambos significam a mesma imposição: **é por meio do benefício que se concretiza o direito de dominar**. Afinal, na cultura do favor, o elo da dominação está no benefício, uma vez que é por meio dele que se cria a dívida e, por conseguinte, a obrigação.

O casamento entre Estela e Luís Garcia se concretiza conforme a conveniência de Valéria. Da mesma forma que Estela cede ao desejo de Valéria casá-la, Luís Garcia cede ao casamento, embora a princípio Luís Garcia seja avesso a ele, como se pode perceber em sua declaração: “*Não tenho vocação para o casamento, disse ele depois de uma pausa; minha verdadeira vocação é o celibato*” (IG 429). Declaração insuficiente para desfazer a convicção de Valéria de que sua vontade não prevaleceria: “*Quando teimo em alguma coisa é difícil que não vença (...)*” (IG 429) e, sem esperar assentimento de Luís Garcia, acrescenta como se sua resolução já estivesse certa: “*Ande ver sua noiva*” (IG 430).

Tanto Estela como Luís Garcia queriam fugir à estrutura do favor. Ainda assim, o casamento entre ambos ocorre em conformidade com essa estrutura. Mas se por um lado, este casamento possui um aspecto de obediência à ordem social, por outro ele também representa uma luta social. Machado de Assis utiliza o casamento por conformidade à ordem social para deixar evidente a distância social e, dessa forma, permitir que as estruturas sejam discutidas.

Se Estela se une a Jorge, a estrutura do favor não estaria rompida, pois ela estaria atendendo à um desejo senhorial, o de Jorge. Casando-se com Luís Garcia a influência senhorial seria reduzida e ela poderia manter o seu orgulho. Assim, nega o amor em favor da autonomia, que lhe é um bem de maior valor moral. A valorização da razão em detrimento do amor tem, dessa forma, um caráter bem distinto dessa valorização em “A Mão e a Luva”. É a moral e não o lucro que orienta esse pensamento racional.

O senhor Antunes, pai de Estela, é a personagem que representa a perfeita conformidade com a estrutura do favor. Ele via na aliança entre Estela e Luís Garcia o fim de suas esperanças de ascensão: “*O casamento foi aprovado pelo Sr. Antunes, com a mesma alma com que um réu sancionaria a própria execução*” (p.432). Na lógica de Antunes, coerente com a do favor, a ascensão só é possível por esse meio e nunca pelo trabalho. Mas a inércia e a submissão dessa personagem não permitiriam que ela alterasse as decisões tomadas fossem senhorias ou da filha, pois como coloca o narrador o Sr. Antunes “não nascera para resistir”. Assim, seus planos são desfeitos pelo rígido orgulho da filha. Fica bem explícito o caráter do Sr. Antunes na passagem:

“O Sr. Antunes entrava já nas conseqüências lógicas e naturais de uma longa dependência; preferia o favor ao trabalho, e os anos contribuíram para esse amor da inércia e do benefício gratuito. A maior ambição que o animou, se a fortuna a houvera realizado, dar-lh- ia todos os meios de viver tranqüilo. Agora tinha encanecido, e o corpo, embora lesto, começava a suspirar pela inação.” (p.462).

A índole subalterna do Sr. Antunes faz que seu desejo de ascensão seja bem maior que sua vontade de superação da estrutura favor. E por isso o Sr. Antunes é uma personagem que se coloca contra o movimento geral dos agregados do livro. Sua descrição no início do livro retrata a consolidação de seu caráter agregado:

“O defunto marido de Valéria, no tempo em que advogava, tinha um escrevente, que, mais ainda do que escrevente, era um homem de confiança. Chamava-se o Sr. Antunes. Foram serviços de certa ordem que os ligaram mais intimamente. A fortuna troca às vezes os cálculos da natureza; uma e outra iam de acordo na pessoa daquele homem, nado [sic] e criado para as funções subalternas. Familiar com todas as formas de adulação, o Sr. Antunes ia do elogio hiperbólico até o silêncio oportuno. Tornou-se dentro de pouco, não só um escrevente laborioso e pontual, mas também, e sobretudo, um fac totum do desembargador, seu braço direito, desde os recados eleitorais até às compras domésticas, vasta escala o que entrava o papel de confidente das empresas amorosas. Assim que, nunca fez mingua a proteção do desembargador. Viu-lhe crescer o ordenado, multiplicarem-se-lhe as gratificações; foi-lhe admitido a comer algumas vezes em casa, nos dias comuns, quando não havia visitas de cerimônia. Nas ocasiões mais solenes era ele o primeiro que se esquivava. Ao cabo de três anos de convivência tinha consolidado sua situação” (I.G; 407).

Observe-se que a fidelidade e os serviços pontuais não são um empecilho para a existência de hierarquização entre senhor e agregado. As trocas de proteção por “serviços”, trocas de confidências são insuficientes para tirar o estigma da inferioridade social que o agregado carrega consigo. Ele embora tivesse uma forte aproximação da intimidade da família de Valéria, chegando mesmo a ser admitido às refeições da casa, não podia permanecer se houvessem “visitas de cerimônia”, afinal, não seria apropriado misturar a elas uma pessoa de ordem menor. Não trata-se, portanto, de trocas entre iguais.

Também a Luís Garcia os laços senhoriais representam um incômodo. Percebe-se, desde o início do livro que Luís Garcia, como Estela, se orienta por um ideal de tentativa de esgotar os vínculos senhoriais. Não somente para si, como também para sua filha, Iaiá Garcia. Quando Iaiá lhe disse que gostaria de ser mestra de piano ele, a despeito de crer que o desejo fosse apenas um sonho de criança, ficou contente com a idéia, pois “*que poderia ele desejar , senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de*

viver sem favor? (...) Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade". A idéia de "profissão honesta" não é mais percebida como algo degradante. O trabalho ressurgiu como algo purificador.

Luís Garcia alcança, por meio do trabalho, uma condição estável de vida. Isso diverge da maioria das personagens machadianas que, em geral, enriquecem por meio de herança: *Luís Garcia tinha agora melhor posição. Obteve uma promoção de emprego, mediante isso, e alguns trabalhos extraordinários que lhe eram confiados, pôde ficar inteiramente coberto das intempéries da vida*"(IG; 429). Aqui, o trabalho é resgatado enquanto um elemento libertador: por meio dele se conquistará a superação da vida agregada.

Ainda assim permanecem vestígios do trabalho como algo vinculado ao sofrimento, pelo menos em relação ao trabalho escravo representado nesse livro por Raimundo. Este foi escravo do pai de Luís Garcia e ao ser por ele herdado ganhou sua carta de alforria, mas não perdeu totalmente sua condição de escravo. Continuou servindo Luís Garcia, aparentemente sem ordenado, como fizera outrora:

"(...) Ao chegar a casa, já o preto Raimundo havia lhe preparado a mesa (...) Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte, apesar dos seus largos dias, um tipo africano, submisso e dedicado. Era escravo e livre. Quando Luís Garcia o herdou de seu pai, – deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o no colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu que era um modo de o expelir da casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo (...)"(IG; 394).

A narrativa parece, em um primeiro momento, tentar amenizar a idéia de perpetuação da escravidão de Raimundo. Entre a amizade de Luís Garcia e Raimundo mesclam-se pequenas denúncias de que a condição servil não foi eliminada a despeito da carta de alforria. Este gesto "generoso" serve de máscara para a impossibilidade de Raimundo passar de escravo para trabalhador livre.

Cinquenta anos é já uma idade avançada, ainda mais após uma vida na escravidão. Onde ele poderia viver, após tantos anos? *"Vendo-se livre, pareceu que era um modo de o expelir da casa"*(IG, 394), ou seja, a liberdade nesse momento significava o abandono aos anos de servidão. Era privá-lo da sua moradia uma das poucas coisas que teria lhe restado

após ter seus vínculos culturais destruído pela escravidão, Raimundo teria apenas “*memórias desmaiadas da tribo em que nasceu*”(IG, 395), todo o resto de sua vida teria sido estruturada na lógica da servilidade. Soma-se a isso o fato de em 1866, quando a alforria foi assinada, os senhores ainda podiam revogar a alforria concedida por motivo de ingratidão, fato que só seria modificado após a lei de 1871 (Chalhoub, 1990).

Não é possível determinar, contudo, o quanto de cálculo tinha na encenação de tentar rasgar a carta de alforria. Ele “*arrepende-se a tempo*” de que? E porque o ato de rasgar a carta de alforria seria um atrevimento? Uma pessoa livre teria o direito de negar a própria liberdade? Nesse caso o atrevimento está em negar a autoridade de quem a concedeu o que indica que ela não foi inteiramente rompida: Raimundo continua “escravo e livre”. Livre nominalmente, mas escravo na prática.

Ainda que o narrador insista no afeto e na amizade entre Luís Garcia e Raimundo, a condição de escravo não é extinta. Isso fica evidente quando o narrador deixa escapar, anos após a concessão da alforria e já terminada a Guerra do Paraguai, que “*(...) a alma de Estela mergulharia também na vaga e pérfida escuridão do futuro se a rude voz do escravo não a viesse acordar*” (IG, 446).⁷ Porque o autor chamaria Raimundo de escravo se ele era forro há muitos anos? Como foi dito o caráter de escravo não se perdeu a respeito da alforria.

Também a relação do que o trabalho representa para um escravo não se perdeu. Como se depreende do trecho em que ele e Iaiá jogavam:

“ – Raimundo, dizia esta, você gosta de santo de comer?
Raimundo empertigava o corpo, abria um riso, e dando aos quadris e ao tronco o movimento de suas danças africanas, respondia cantarolando:
– Bonito santo! Santo gostoso!
– E santo de trabalhar?
Raimundo, que já esperava o reverso, estacava subitamente, punha a cabeça entre as mãos, e afastava-se murmurando com terror:
– Eh... eh... não fala nesse santo, Iaiá! não fala nesse santo!
– E santo de comer?
– E santo de trabalhar?”(IG; 396).

O “santo” que representa o trabalho inspira terror e rejeição, opondo-se ao do alimento, que representa o prazer.

⁷ Não há grifo no original.

Já Iaiá Garcia não guarda o estigma do agregado, uma vez que a relativa autonomia conquistada por seu pai permitiu que ela não tivesse essa vivência. Por isso seu casamento com Jorge não gera um conflito moral na moça, ainda que ela não esteja contra o movimento geral dos agregados do livro de recusa ao favor.

1 Capítulo III

Conciliação, manipulações e dissimulações

Mudança de perspectiva em “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”⁸

A partir de 1879, com o romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, Machado de Assis inaugurava uma nova fase em seus escritos. Com uma escrita mais ágil, um humor sarcástico e uma crítica mais severa, teria dado uma grande reviravolta no estilo de seus romances. Muitos biógrafos e críticos têm considerado os romances anteriores a essa fase como obras menores e, a partir desse período, nasceria o Machado de Assis crítico e maduro (Schwarz, 2000).

A ruptura é perceptível, mas as causas são controversas. Muitas são as especulações sobre a origem da mudança. Ela é freqüentemente atribuída à piora de suas doenças, que o teria obrigado a se retirar para Nova Friburgo, à sua desilusão com a sociedade (Piza, 2006) e ainda, pela concretização da sua ascensão social.

Sobre a primeira fase de Machado de Assis, Schwarz (2000) alega que “*são livros deliberada e desagradavelmente conformistas (...) Machado se filiava à estreiteza apologética da Reação Européia, de fundo católico, e insistia na santidade das famílias e na dignidade da pessoa” (idem, p.83). Schwarz crê, portanto, que os personagens de Machado de Assis são apáticos em relação às imposições sociais a que são submetidos e que essas obras estariam repletas de “*injustiça e impasse, e nenhuma brisa de revolta social*” (idem, p.85).*

Igualar falta de revolta social com conformismo pode ser uma percepção um pouco exagerada. A falta de contestação direta desses agregados se dá principalmente pela

⁸ As citações das obras aparecerão abreviadas nos próximos capítulos; como segue:

MP – Memórias Póstumas de Brás Cubas

DC – Dom Casmurro

QB – Quincas Borba

consciência da sua incapacidade de alterar a ordem em que estão inseridos: uma revolta social poderia significar sua aniquilação.

A tentativa de se ajustar ao sistema não implica em anuência, mas em sobrevivência. O conformismo é antes uma necessidade, que uma falta de revolta. Como observou Maria Sylvia de Carvalho Franco, em relação aos indivíduos presos à estrutura de favor:

“(...) a dominação transforma aquele que a sofre em uma criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo” (Franco: 1997, 95).

E nesse sentido não existe ingenuidade no comportamento dos agregados da primeira fase machadiana. O que existe é uma fragilidade resultante de seu caráter prescindível em um sistema que já possui uma força externa de trabalho – a escravidão.

Identificar a ruptura da segunda com a primeira fase, como quer Schwarz, pela desilusão do autor com o conservantismo paternalista é irreal. Este já é contestado por Machado desde o primeiro romance (Chalhoub, 1990). Embora o próprio Machado de Assis tenha declarado no prólogo da terceira edição de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” que haveria “*na alma desse livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero (...)*” (Memórias Póstumas; 512), a aspereza, no entanto, é com a humanidade como um todo: senhores, agregados e, até mesmo, escravos. Se antes o agregado era vítima, agora não há vítimas. Ser explorador ou explorado é apenas uma questão de oportunidade. Todos agem pela manutenção de seus interesses: o ego é o centro que rege todas as condutas.

O mais prudente, contudo, é pensar, não em uma ruptura brusca, mas em um amadurecimento contínuo como prega Afrânio Coutinho:

“(...) deve-se afastar, no exame do problema, a idéia de mudança repentina. Não há ruptura brusca entre as duas fases. É mais justo afirmar que uma pressupõe a outra, e por ela foi preparada. Há, antes, continuidade. E, se existe diferença, não há oposição, mas sim desabrochamento, amadurecimento. Isto sim: maturação. O desenvolvimento de Machado de Assis é um longo processo de maturação, ao longo do qual vai acumulando experiência e fixando vivências, que gerarão o seu credo espiritual e estético e a sua concepção técnica. Nada disso resultou de uma modificação súbita nem por geração espontânea no espírito do

escritor, mas de transformação lenta em zonas profundas e obscuras, na intimidade das fontes vitais.” (Coutinho, 2004; 26)

Afinal, muitos dos elementos presentes nos romances dessa fase já apareciam nos romances anteriores. Entre eles o “*gosto pelo psicológico e a propensão à análise de costumes*” (idem, 26).

A segunda fase, o relativismo pessimista do autor é posto em evidência. Não mais o narrador se coloca do lado do agregado. O tradicional maniqueísmo existente entre explorador – mau, e explorado – bom, dá lugar a um mundo em que todos são algozes potenciais. Nem mesmo o leitor se salva: acusações são direcionadas a ele, ou, como no caso de “Dom Casmurro”, cabe a ele a responsabilidade do julgamento dos caracteres. Cabe ao leitor refletir sobre as provocações que o texto suscita (Rios, 1998). Direcionando tal tarefa ao leitor, o narrador se isenta da culpa de um julgamento errado. Machado de Assis mostra um mundo governado pelos “narizes” e não pelas virtudes, num mundo em que o egoísmo é a base da subordinação:

“(…) há duas forças capitais: O amor que multiplica as espécies, e o nariz, que a subordina ao indivíduo.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas; 565)

A mudança de perspectiva, portanto, incide diretamente na forma como Machado de Assis constrói as relações sociais entre suas personagens e nas relações entre senhor e agregado, senhor e escravo. Na primeira fase agregados e escravos eram vítimas das circunstâncias e possuíam justificativas morais para seus atos. Eram romances que focavam principalmente a visão e os conflitos dos agregados. A segunda fase tem seu enfoque na classe dominante; mas longe de permitir uma justificativa moral para ela, busca mostrar suas contradições. E o agregado, ainda que continue vítima da classe dominante, é retratado mais em relação aos seus interesses do que às justificativas morais.

I

Memórias Póstumas de Brás Cubas

A primeira mudança significativa entre esse romance e os anteriores é a forma narrativa. Troca-se o narrador onisciente pelo narrador-personagem (Rios, 1998). Essa forma narrativa permite que se façam duas observações: como o narrador-personagem manipula o discurso a seu favor e, como se constrói seu pensamento. No romance em questão o segundo aspecto é mais preponderante, pois, sendo ele um defunto autor ele não teria razões para manipular o seu discurso, uma vez que o permite narrar sem as dissimulações exigidas pelas conveniências sociais, como observou Sebastião Rios:

“(...) a perspectiva do defunto autor ‘desafrontado da brevidade do século’ permite a explicitação, sem lamento nem júbilo, de comportamentos antes protegidos pela aparência, revelando, por trás da fachada dos atos nobres e altruístas, a obediência a interesses inominados, a dissimulação e a duplicidade que regem essas ações.” (Rios, 1998:45).

Nesta fase, também o foco narrativo é alterado: não está mais no agregado, mas no senhor. Se na primeira fase, as concepções de mundo dos senhores eram denunciadas, agora elas são reveladas por eles mesmos.

Como foi visto, é Helena que procura mostrar o pensamento autoritário de Estácio. Ela denuncia de forma oblíqua como a concepção de mundo dessa personagem e de todas as coisas que ocorrem são produtos da sua vontade. E é pela satisfação de seus desejos que tudo existe. Helena satiriza a posição do irmão quando assume o papel de “senhor” em relação à égua Moema: *“Se não a tivéssemos cativa, receberia ela o gosto de me sustentar e conduzir?”*(OC: Helena, 297). Em *“Iaiá Garcia”*, Estela percebe na tentativa de Jorge impor seus desejos românticos a ela como uma agressão, enquanto Jorge crê que negá-lo é uma afronta. Novamente, a perspectiva senhorial de que sua vontade é inviolável está presente. Dominar os outros era sinal de poder, em uma sociedade em que o princípio fundamental era o da autoridade (Moog, 1956).

Em *“Memórias Póstumas”* essa perspectiva não desaparece. Brás se coloca frequentemente como centro de tudo o que ocorre. De diverso aos romances anteriores, há o fato de muitas dessas manias de grandeza e atos egoístas serem confessados pelo defunto autor. Tantas outras podem ser percebidas de forma indireta, em sua estrutura de pensamento. Estrutura muito semelhante as presentes nos romances anteriores: crença no

poder senhorial como algo inviolável e a tendência de ver o mundo somente por sua perspectiva.

Uma evidência disso é a freqüente tentativa de Brás justificar a existência das pessoas que estão ao redor dele. Em várias situações, Brás pensa que Deus teria colocado certas pessoas no mundo com o fim de servi-lo. Dois casos evidenciam essa tentativa: o do almocreve e o de D. Plácida. Após salvar a vida de Brás detendo o jumento que este montava, Brás pensa em bonificá-lo com três moedas de ouro. Mas, na medida em que a emoção causada pelo evento vai passando, Brás vai diminuindo o valor a ser dado. Entregou ao cabo um cruzado de prata, arrependendo-se por não ter dado uns vinténs de cobre que achara mais tarde no bolso. Brás justifica para si mesmo o baixo valor da gratificação:

*“(...) enfim, ele não levou em mira nenhuma recompensa ou virtude, cedeu a um impulso natural, ao temperamento, aos hábitos do ofício; acresce que a circunstância de estar, não mais adiante nem mais atrás, mas justamente no ponto do desastre, parecia constituir **simples instrumento da providência**; e de um ou de outro modo, o **mérito era positivamente nenhum.**”⁹(OC, 2004:543)*

Pensar no almocreve como um “*simples instrumento da providência*”, reforça a idéia de que os senhores viam sua existência e vontade como algo inquestionável, quase um direito divino. Como se Deus tivesse colocado os outros para servi-los. Brás tem pensamentos semelhantes em relação à D. Plácida. Num primeiro momento, quando essa narra sua vida de necessidades e trabalhos, ele não consegue entender o significado da sua existência:

“(...) É de crer que D. Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse poderia dizer aos autores dos seus dias: – Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacristão e a sacristã naturalmente responderiam. – chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para o outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada (...)”. (op. cit, 586)

Mais tarde ele conclui que ela teria vindo ao mundo para servir a seus amores. E novamente ele se coloca como centro das coisas e pessoas que o rodeiam:

⁹ Não há grifo no original.

“(...) Outra vez perguntei, a mim mesmo, como no capítulo LXXV, se era para isso que o sacristão da Sé e a doceira trouxeram D. Plácida à luz, num momento de simpatia específica. Mas adverti que, se não fosse D. Plácida, talvez os meus amores com Virgília tivessem sido interrompidos, ou imediatamente quebrados, em plena efervescência; tal foi, portanto a utilidade da vida de D. Plácida(...)”(op. cit;631)

A crença de que seu poder e superioridade são reconhecidos pelos seus escravos e servos é também bastante presente. Um alienista observa em um criado de Brás, o qual limpava um tapete com a janela escancarada, uma mania de grandeza. Para o alienista, o fato de o criado escancarar a janela e mostrar todo o luxo e riqueza que a casa de Brás possuía, era prova de que ele, criado, teria a ilusão de ser possuidor de todas aquelas coisas e isso o permitiria ter um momento de felicidade. Brás não refutou essa hipótese num primeiro momento, mas a explicação de Quincas Borba para o mesmo fato lhe pareceu bem mais adequada, a ponto de Brás abraçá-lo efusivamente e dizer que Quincas era grandioso, sublime e profundo:

“(...)O que o teu criado tem é um sentimento nobre e perfeitamente regido pelas leis do Humanitismo: é o orgulho de servilidade. A intenção dele é mostrar que não é um criado qualquer.(...) E concluiu que era tudo a expressão daquele sentimento delicado e nobre, – prova cabal de que muitas vezes o homem, ainda a engraxar as botas, é sublime” (op. cit. 637)

O contentamento de Brás com a teoria é decorrente de ela se adequar mais aos seus valores senhoriais. Mais uma vez a existência das pessoas é explicada para servir a seus interesses: servir a Brás, um ser superior, é algo sublime. Talvez o criado só precisasse da janela para limpar o tapete e cumprir com seu trabalho.

Quando os eventos ocorrem em seu desfavor, entretanto, Brás percebe a vida como desprovida de sentido lógico. Assim, se a existência de D. Plácida e do almocreve, são justificadas por servi-lo, a morte de Sinhá Loló é tida como ilógica. Sinhá Loló viria a ser esposa de Brás permitindo a ele a concretização de um ideal da sociedade patriarcal de possuir uma família nuclear e filhos – que permitiriam ao autor dar continuidade à espécie e a sua família.

Apesar de Brás considerar a origem de Nhã-loló inferior, a preocupação por ainda não ter família – filhos – aos quarentas anos o preocupa. Quando Nhã-loló morre, Brás sente-se boicotado em seus planos. A razão existência *versus* inexistência perde o sentido. A epidemia – que no discurso naturalista serve às espécies, pois, conforme Quincas Borba,

ela permitiria a sobrevivência do maior número – para Brás é cega e desprovida de razão: “doeu-me um pouco a cegueira daquela epidemia que, matando à direita e à esquerda, levou também uma jovem dama que tinha de ser minha mulher; **não cheguei a compreender a necessidade da epidemia**¹⁰, menos ainda daquela morte” (op. cit, 621). Se na maioria das vezes, Brás acata a filosofia de Quincas Borba, quando essa filosofia o atinge ele a julga insensata.

Nessa lógica da “*utilidade relativa*”, o pensamento expresso pelo Naturalismo e pelo Realismo – movimentos literários em voga na época – servem muito bem como justificativa ao discurso senhorial. Quando Machado de Assis critica e ironiza esses movimentos também questiona o autoritarismo que está por trás deles. A crença de que degeneração do outro tem causas genéticas e morais, e não sociais; e permite que se justifique a dominação. A partir do momento em que se hierarquizam os seres, permite-se que os direitos sejam distribuídos de formas desiguais.

É certo que esta não é uma lógica exclusiva ao Naturalismo. Este só deu um viés cientificista para uma lógica que já estava presente no discurso da Igreja Católica já na idade média: “*As criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e serviço do homem*’ disse um bispo do tempo de Jaime” (Thomas, 1988:23). É dessa lógica que se utiliza Brás para pensar os outros. E sobre Eugênia conclui: “*Não sei se tua existência era muito necessária ao século*”(OC;2004:556).

Eugênia, ou “*a flor da moita*” foi supostamente resultado de amores espúrios entre sua mãe e o Doutor Vilaça. O pensamento naturalista está bastante presente na concepção de Brás quando pensava na moça. É o que se percebe quando ele descreve o episódio em que arrebatou seu primeiro beijo:

*“(…)Se tu soubesses que idéias me vagavam pela mente naquela ocasião! Tu trêmula de comoção, com os braços nos meus ombros, a contemplar em mim o teu bem-vindo esposo, e eu com os olhos de 1914, na moita, no Vilaça, e a suspeitar que **não podias mentir ao teu sangue, à tua origem.**”¹¹ (MP; 554)*

¹⁰ Não há grifo no original.

¹¹ Não há grifo no original.

Eugênia nasceu coxa. Tal imagem provocava grande aversão a Brás. Ainda que ele a achasse bela, causava-lhe “terror” a idéia “*de vir a amar deveras e desposá-la*”(op. cit 555), afinal, ela não passava de uma “*aleijadinha*”(idem). Aliás, tal situação era para ele um paradoxo, não podia compreender esta suposta contradição da natureza, expressa no texto: “*Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Porque bonita se coxa? Porque coxa se bonita?*” (MP; 553)

A despeito de toda pretensão de racionalidade que existia em Brás Cubas, ele mesmo se mostrava supersticioso (Chalhoub, 2000). Num primeiro momento, se julga racional e superior desdenhando da credulidade de D. Eusébia quando esta se apavora com a presença de uma borboleta preta:

“(...) Apertei-lhes a mão e saí, a rir comigo da superstição das duas mulheres, um rir filosófico, desinteressado, superior.”¹² (MP; 552)

A superstição mostraria a inferioridade intrínseca de Eusébia e sua filha Eugênia, mas ele contradiz sua suposta racionalidade ao mostrar a mesma credulidade da qual se ria. Quando uma borboleta, também preta, entra em seu quarto, ele se aborrece profundamente com presença dela e termina por matá-la. Ao refletir sobre o destino da borboleta tem o seguinte pensamento: “por que diabo não era ela azul?” Ou seja, possuindo a cor preta um significado maligno, a mudança dessa cor para a cor azul removeria todo o elemento diabólico do inseto.

No entanto, Brás insiste em pensar nas pessoas pela lógica da superioridade das raças, como fazia o Naturalismo. O pensamento naturalista de Brás estaria, conforme Chalhoub (2003), no fato de que para ele:

“A negritude da borboleta e o defeito congênito da garota [referência ao fato de Eugênia ser coxa] eram características naturais, não atributos sociais. Portanto, ao que parece, Brás escolheu-as para humilhar e extinguir devido à suposta inferioridade natural ou biológica delas, o que as tornava incapazes de enfrentar as lutas necessárias da vida. A passagem final do narrador ao ‘enxotar’ Eugênia – ‘essa outra borboleta preta’ – funde alegações de superioridade biológica, de gênero e de classe(...)” (Chalhoub, 2003;113).

¹² Não há grifo no original.

Machado de Assis acreditava que os movimentos Realista e Naturalista resultavam em um vazio estético capaz comprometer toda uma obra. Na análise por ele feita a “*O Primo Basílio*” de Eça de Queirós deixa muito clara a sua posição em relação a essa escola. Para ele a personagem de Eça de Queiroz não possui densidade moral, sem paixões e sem emoções, incapacitando a possibilidade do leitor ser empático a ela. Para Machado de Assis o que permite a existência da ação é o caráter humano e não a fatuidade de elementos inertes e desprovidos de qualquer moralidade. No Realismo existiria ao contrário disso uma tendência do acessório dominar o humano (Machado de Assis, *Obras Completas vol.2, Eça de Queiroz: O Primo Basílio*; 2003).

Brás também tenta descrever Marcela dentro dessa concepção Realista-Naturalista quando afirma que ela “*não possuía a inocência rústica e mal chegava a conhecer a moral do código*”(MP; 533). Ao retirar dela a capacidade de compreender os códigos morais, ele retira, de certo modo, sua humanidade. Seu agir interesseiro seria antes um impulso animalesco. Mas fica evidente durante sua narração que os atos de Marcela são calculados: não são impulsionados pela sensação física, mas por sua ambição. Ela está longe de ser uma matéria inerte ou uma personagem inane. Seu impulso é puramente social e ela tem plena consciência dos efeitos de suas atuações.

Naturalismo no discurso, *status* na prática. O social nunca é esquecido a despeito dos desejos supostamente naturais. Bosi (2006) vê nisso o fato de “*o mesmo desejo ‘natural’, enfrenta o desafio das normas sociais. Daí a necessidade da máscara, do negaceio, da hipocrisia e, às vezes, da mentira*” (idem; 123). No caso de Marcela, o próprio desejo tem origem social. E Brás mesmo o admite quando afirma que “*Marcela me amou durante quinze meses e onze contos de réis*” (MP; 536).

A preocupação com a visibilidade e o prestígio social é uma constante em todo o romance. Brás passou a vida buscando conquistar um alto cargo de Estado. Desejava ser ministro, não o foi. A narrativa começa com o desejo de criar um emplastro milagroso – uma panacéia bem aos moldes do espírito da época. Este, em conformidade com o racionalismo e positivismo, fazia crer que a ciência poderia curar todos os males. Machado faz do emplastro uma paródia aos tantos medicamentos que surgiam prometendo curar os mais diversos males (Rios, 1998). Mas além da paródia o emplastro representa o desejo final de notoriedade e reconhecimento, uma vez que ele não alcançou isso na vida pública.

É certo que, se concluído o emplastro, ele seria tão fraudulento quanto todos os outros emplastos que prometiam a cura para todos os males, afinal, que conhecia Brás sobre farmácia, química ou qualquer outra ciência afim para poder criar um “*medicamento sublime, um emplastro anti-hipocondríaco, destinado a aliviar nossa melancólica humanidade*”(MP; 515)? Se a idéia fixa sobre o emplastro foi a causa da sua morte como alega o narrador-personagem, o foi provavelmente menos por se ocupar “*em preparar e apurar*” (MP; 518) sua invenção, do que o pensamento de “*amor da gloria*”(MP; 515) que tal medicamento poderia lhe oferecer:

“Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: Emplastro Brás Cubas. Para que negá-lo?”(Idem).

A vida de Brás na universidade é também uma mostra que os títulos importam mais que o conteúdo. O grau de bacharel é conquistado, mas Brás confessa que não dominava a ciência que o titulava. Mas, ainda que tenha sido um estudante superficial e medíocre como ele mesmo alega, isso não o impediu de se sentir orgulhoso do título que recebera. Afinal, o importante para a manutenção do *status* era conhecer umas fórmulas que provassem o eruditismo e mais nada. Vianna Moog aponta que este gosto pelo eruditismo, pela cultura ornamental impregnaria todos os centros de instrução do país. O alegórico possuía função por ajudar a inserir os indivíduos no meio social mais elevado, a ciência aplicada, entretanto, “*estava por demais ligada à idéia de trabalho e, portanto, aos vexames da escravatura e da desclassificação social*” (Moog, 1956; 290).

Além dos títulos, a manutenção das relações com pessoas de um círculo social elevado era uma das grandes preocupações de Brás – e de seu pai. Tudo isso pode ser justificado pelo desejo de manter a posição de prestígio por eles ocupada. Afinal, como observou Faoro (2001), estava “*longe da concepção Machadiana da sociedade o imobilismo, a estratificação rígida*”(Faoro, 2001; 20) e, apesar de esta ser uma sociedade não rígida, ela seria “*respeitosa da hierarquia*”(idem). Ser senhor ou servo, não era uma questão de **nascer no topo** da pirâmide, mas de **estar no topo**. A contínua preocupação em se mostrar importante e ilustre, era uma forma de garantir essa soberania.

A preocupação faz ainda mais sentido ao se pensar sobre a origem da família de Brás: a tanoaria. Ela foi a fonte de riqueza da família Cubas. Foi o fundador da família, Damião Cubas, a origem da família, mas Brás diz a série de seus avós começa verdadeiramente em Luís Cubas. O motivo é simples: enquanto aquele foi trabalhador, este “*estudou em Coimbra, primou no Estado e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha*” (MP; 515). A tanoaria não era uma profissão considerada fidalga pelas pessoas da época, uma vez que ela remete ao trabalho mecânico e este, por sua vez, à escravidão – a base da pirâmide. A passagem por Coimbra, a vida política e as amizades entre pessoas de nível social superior, estas sim poderiam garantir o *status*. No mais, inventava-se uma origem nobre para o nome da família e tudo estava resolvido.

O pai de Brás reproduz essa fórmula – a tríade Coimbra, política e amizades – sempre que tem oportunidade. Ele sempre fazia Brás repetir a todos – “*não havia pessoa estranha diante de quem me não obrigassem a recitá-los*” (MP; 526) – os nomes dos padrinhos: Excelentíssimo Senhor Coronel Paul Vaz Lobo César de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos e Excelentíssima Senhora D. Maria Luísa de Macedo Resende e Sousa Rodrigues de Matos, representantes de antigas famílias do Norte e que “*honravam deveras os sangue que lhe corria nas veias*” (idem).

É evidente que a insistência para que Brás repetisse frequentemente o nome completo de seus padrinhos, com todas as adjetivações cabidas, não era por causa da graça com que o menino falava, como supôs o narrador personagem, mas pelo efeito que esses nomes importantes deveriam ter. Tudo era motivo para se angariar publicidade e afastar o pavor que o anonimato representava. A queda de Napoleão é transformada em festa de comemoração oferecida às pessoas tidas como ilustres:

“Não se contentou minha família em ter um quinhão anônimo no regozijo público; entendeu oportuno e indispensável celebrar a destituição do imperador com um jantar, e tal jantar que o ruído das aclamações chegasse aos ouvidos de Sua Alteza, ou quando menos, de seus ministros.” (MP; 529)

Da mesma forma, um carta de pêsames recebida de uns do Regentes, por ocasião da morte da mãe de Brás, possivelmente, teria sido lida a muitas pessoas, como teria reparado o próprio Brás:

“(...) nenhum de nós aludiu ao motivo da minha reclusão [que seria a tristeza pela morte da morte da mãe do narrador]. Uma só vez falamos nisso, de passagem, quando meu pai fez recair a conversa na regência: foi então que aludiu à carta de pêsames que um dos Regentes lhe mandara. Trazia a carta consigo, já bastante amarrotada, talvez por havê-la lido a muitas outras pessoas. Creio haver dito que era de um dos regentes. Leu-ma duas vezes.”(MP; 548)

Brás também reproduz preocupação do pai em relação as suas amizades. O reconhecimento e a amizade só ocorrem se a posição social é igual ou superior. As imagens de Quincas Borba no imaginário do autor exemplificam bem isso. Brás conhece Quincas Borba ainda na infância. Era um companheiro de escola gracioso, inventivo, travesso, asseado, enfeitado, de atitudes magnificentes. Os adjetivos do primeiro momento, em que Quincas posava de rei, contrastam grandemente com a impressão do reencontro: maltrapilho, magro, pálido, mendigo. Quincas, nessas condições, inspirava em Brás aversão e desconforto principalmente ao compará-lo à imagem antiga.

O tratamento dado a Quincas nessa ocasião difere muito ao deferido a um outro colega de infância, então ministro, minutos antes desse encontro. Se ao ministro o tratamento deferido é afetuoso, ao Quincas resume-se a um recuo cheio de espanto. Mais tarde Brás recebe uma carta de Quincas Borba. Este teria deixado de ser mendigo. É o bastante para Brás recebê-lo e restituir a amizade, afinal, *“a abastança devolvera-lhe a primitiva dignidade”* (MP; 599).

A vaidade e o desejo de reconhecimento são prioritários; estão inclusive acima do amor. Embora Brás dramatize uma paixão intensa por Marcela, tudo parece não passar de discurso vazio. Obrigado pelo pai a ser separado de Marcela, pensa em se jogar do navio que ia a caminho da Europa. Rapidamente, abandona o projeto e prefere dormir *“(...) que é um modo interino de morrer”* e confessa em seguida, após ter passado uma tempestade: *“Eu, que meditava ter com a morte, não ousei fitá-la quando ela veio ter comigo”* (MP; 540). Para esquecer o amor de Marcela, bastou Brás ouvir o marujo predizer-lhe um grande futuro:

“Um grande futuro! Enquanto esta palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma idéia expelia outra, a ambição desmontava Marcela. Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político, ou até bispo, – bispo que fosse, – uma grande reputação, uma posição superior” (op. cit 542).

Faoro observa que a ornamentação, a fraseologia, é o quanto basta em uma sociedade de aparências em que a existência é garantida pela posse (Faoro, 2001). Em torno da propriedade privada que os membros da elite se sustentaram e por isso todo o movimento de manutenção da posse e do *status*. Quando Virgília escolhe Lobo Neves como seu futuro marido, em detrimento de Brás, é provavelmente por sua posição social. Ela já havia flertado com Brás e este observara que Lobo Neves não era mais esbelto, mais elegante, mais lido ou simpático que ele – evidente que tal observação poderia ser resultado de puro despeito do narrador-personagem – e, ainda assim, Brás foi preterido por ele. O diálogo entre ela e Lobo Neves não esconde a ambição da personagem:

*“(...) Virgília perguntou a Lobo Neves, a sorrir, quando ele seria ministro.
– Pela minha vontade, já; pelas dos outros daqui a um ano.
Virgília replicou:
– Promete que algum dia me fará baronesa?
– Marquesa, porque serei marquês.
(...) Virgília comparou a águia e o pavão, e elegeu a águia, deixando o pavão com seu espanto, o seu despeito, e três ou quatro beijos que lhe dera” (MO; 561).*

A necessidade de reconhecimento público ofusca até mesmo a tristeza pela perda de um ente querido. É o caso de Damasceno, pai de Sinhá Loló. Por ocasião da morte desta, ele teria enviado convites a oitenta pessoas, das quais apenas doze compareceram. Tal situação provoca nele profundo ressentimento. Ao argumento de Cotrim que teriam vindo apenas as pessoas que realmente se importam com ele e que as demais viriam por mera formalidade, ele responde de forma sucinta: *“mas viessem”* (MP; 622). O desamparo sentido por Damasceno, não era oriundo da falta de afeto numa hora difícil, mas, antes disso, pela falta de reconhecimento social.

Cabe lembrar que manter a visibilidade social e a posse é fundamental para perpetuar-se no topo da pirâmide. A sociedade brasileira da época poderia ter uma hierarquia muito rígida, mas não o era a estratificação. Consequentemente, não se estava livre de mobilidade (Faoro, 2001). Perder a posse e a visibilidade era algo possível, a despeito da visão da superioridade senhorial.

A ornamentação continua na esfera política. A preocupação política, sempre presente na obra, não se dá em relação a ciência em si, mas trata-se de uma questão de ocupação de cargos e posicionamento social. Quando o pai de Brás oferece a ele um mandato argumentando existir “*vinte e tantas razões*” para que aceitasse a política. Certamente, nenhuma das razões contém preocupação com a causa nacional ou com o destino político do país. Quando elas são explicitadas, aparecem como forma de se obter reconhecimento e mérito. Dentre elas está o desejo de ilustrar ainda mais o nome Cubas e manter-se longe da obscuridade:

“Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens. Não estragues as vantagens da tua posição, os teus meios...” (MP; 550).

Ademais, a prática política é tratada de forma frívola. O comportamento descrito entre os membros da Câmara dos Deputados é de total despreocupação em relação às questões discutidas. A dispersão dos deputados parece confirmar a Câmara como um ornamento:

“(...) Era deputado e vi a gravura turca, recostado na minha cadeira, entre um colega que contava uma anedota, e outro, que tirava a lápis, nas costas de uma sobre casaca, o perfil do orador” (MP; 622).

A idéia de frivolidade dos assuntos discutidos na Câmara dos Deputados está também na proposta de Brás de “*diminuir a barretina da guarda nacional*”. Embora admitisse que a questão não fosse de vasto alcance, com este tema ele teria demonstrado que “*não era indigno das cogitações de um homem de Estado*” e cita “*Filopêmen, que ordenou a substituição dos broquéis de suas tropas, que eram pequenos, por outros maiores e bem assim as lanças, que eram demasiado leves; fato que a história não achou que desmentisse suas páginas*” (MP; 626).

Com um jogo de palavras, ele compara a substituição dos broqueis e das lanças de Filopêmen, feita por fins táticos e visando aprimorar a capacidade bélica de um exército melhorando, por conseguinte, sua efetividade, com uma substituição que teria fins

puramente estéticos e, conforme ele, higiênicos. A gravidade sobre o problema, apontada por Brás, a respeito do tamanho da barretina estava no fato dela ser deselegante. E aparentemente, o único desconforto causado por esse discurso entre os colegas da Câmara, foi ver nele um discurso de oposição.

Machado de Assis freqüentou em sua juventude seções da Câmara dos Deputados (Machado de Assis, Velho Senado; 2004). Os relatos de Brás sobre a instituição, estão em conformidade com as impressões que o autor tinha da casa, como se percebe na crônica de 1º de novembro de 1861:

“O que a de política?(...)O silêncio é a resposta. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba, nada a modifica. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe a porta.

“(...) O que há de vir a de vir, dizem muitos ministros, que, além de acharem o sistema cômodo, por amor da indolência própria, querem por culpa dos maus acontecimentos nas costas da entidade invisível e misteriosa, a que atribuem tudo.

“(...) É um ministério-modelo; vive do expediente e do aviso; pouco se lhe dá do conteúdo do ofício, contanto que se tenha observado na concepção dele as fórmulas tabelioas; dorme à noite com paz na consciência, uma vez que de manhã tenha assinado o ponto na secretaria.

Diziam estes: ‘É um Ministério mediocre’; mas, por Deus, por isso mesmo é que é sublime! Em nosso país a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão” (Velho Senado, 2004; 55-6).

A crônica relata ainda o assunto em pauta no dia: financiar uma exposição em Londres ou mandar uma comissão para estudos na França, impedindo que os “belos espíritos” que ainda não foram à Paris “morram abafados pela nossa atmosfera brasileira. Ora, a economia”. A crônica confirma o quadro pintado no romance: descaso com os problemas sociais, inércia, vaidades; e reintera a visão de Machado de Assis sobre a prática política no Brasil:

“A política aparece na maioria das respostas como um teatro de costumes, em que os signos de cortesia devem ser recíprocos. Tudo, em última instância, vem a dar com o cuidado individual com o interesse próprio: o boticário deseja que seu freguês se abstenha de comprar na botica da esquina, pois seria favorecer o concorrente; o deputado não votará contra o governo na questão servil, contentando-se com meias medidas, ainda que declare ser pela abolição imediata; enfim, nenhum parlamentar fará um obséquio a quem não seja seu amigo ou eleitor...” (Bosi, 2006: 97).

Essa visão mostra a prática política como uma extensão daquelas práticas personalistas que afastam o Estado do domínio público e o remetem ao domínio privado.

Pouco importa aos políticos as ideologias supostamente defendidas por eles; são os vínculos por eles estabelecidos que determinarão suas ações. Nesse quadro, legislar de forma impessoal, é fazer um obséquio a quem não está preso pelos vínculos do favor.

Retornando ao agregado, como foi dito no início do capítulo, ele não mais aparece como uma simples vítima do sistema. O que não significa dizer que ele não sofra com esta condição social de natureza instável e precária. Afinal, a ajuda esperada do rico de quem depende “*nem sempre vem*” (Franco:1997, 107). É o que observa Maria Sylvia de Carvalho Franco ao constatar que os senhores não hesitavam em desfazer seus vínculos quando era necessário expandir seus negócios. Abandonavam assim aqueles que lhe prestaram favor.

D. Plácida se torna agregada por falta de opção. Sendo muito pobre, velha e sem parentes a quem recorrer, foi acolhida pela família de Virgília. Permaneceu lá costurando até o casamento de Virgília. O caso extraconjugal desta com Brás teria permitido D. Plácida a escapar da mendicância nas ruas. Este caso revela a falta de “vigor” moral da personagem. Ela que aparentemente acreditava na pureza do casamento e na necessidade de observância das virtudes, aceita ser a guardiã do caso amoroso espúrio.

Brás observa uma resistência de D. Plácida a princípio – “*creio que chorava: a princípio: tinha nojo de si mesma*”(MP, 583) – situação que muda rapidamente. O efeito de cinco contos de réis dados por Brás a ela é significativo o suficiente para mudar de forma definitiva a situação:

“D. Plácida agradeceu com lágrimas nos olhos, e nunca mais deixou de rezar por mim, todas as noites diante de uma imagem da Virgem, que tinha no quarto. Foi assim que lhe acabou o nojo” (idem).

O interesse e a segurança seriam, portanto capaz de dissipar todo o nojo do ato imoral. A necessidade é mais importante que a moralidade. Tanto, que o anúncio da mudança de Virgília e do marido para uma província do Norte, onde este teria sido nomeado presidente, teria deixado D. Plácida muito aflita. O fim da situação, que inicialmente era moralmente incômoda, poderia significar a perda do sustento e moradia

conquistados. A preocupação de D. Plácida passa a ser manter o romance que lhe garantia a sobrevivência cômoda:

“Nada esquecia a nossa confidente e caseira; nada, nem a mentira, porque a um e outro referia a suspiros e saudades que não presenciara” (MP; 606).

Existe na obra uma vitimização relativa, ou seja, os indivíduos são vítimas enquanto permanecem em posição social desfavorável. Sua estrutura de pensamento, entretanto, não demonstra nenhuma consciência política, ou de classe. Talvez caso mais marcante disso seja o episódio no capítulo do “Vergalho”. Este capítulo mostra o negro Prudêncio, ex-escravo de Brás Cubas, maltratando outro negro, seu escravo. Brás observou que este era *“um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro (...) comprou um escravo e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera”*(MP; 582).

Por fim, resta a figura de Quincas Borba. Ele parece a encarnação do espírito da obra. Sua filosofia encerra as justificativas morais para a manutenção dos pensamentos senhoriais e, mais que isso, ao egoísmo: que aparece como lei de conservação das espécies. Ele também nega o trabalho. Ao receber proposta de Brás para *“regenerar, de o trazer ao trabalho e respeito”* nega-a de forma categórica respondendo *“positivamente que não queria trabalhar”*(MP; 574).

Note-se que o *“trazer ao trabalho e respeito”*, não representa necessariamente um tipo de valoração especial ao trabalho. Conforme Chalhoub, o convite *“apenas reproduz a velha máxima senhorial de que os despossuídos haviam de trabalhar para desfrute dos proprietários.Deviam na verdade ‘servir’, inserir-se em relações de favor ou dependência(...)”* (Chalhoub, 2003; 103). É justamente dessa estrutura de favor que Quincas parece tentar fugir. Talvez a negação da dependência seja a razão dele se recusar a buscar mais dinheiro na casa de Brás:

“ – Não quero saber onde mora, atalhou Quincas Borba. Se alguma vez nos virmos, dê-me outra nota de cinco mil-réis; mas permita-me que não a vá buscar na sua casa. É uma espécie de orgulho” (MP; 574)

Ir buscar dinheiro na casa de um senhor pode significar criar vínculos de dependência, ao passo que uma doação esporádica e casual, não o comprometeria. Se faz necessário na lógica de Quincas fugir da dependência porque, afinal, a riqueza deve vir com a luta entre os seres. A sobrevivência, em sua estrutura de pensamento, significa o extermínio do próximo. Nessa lógica, o enriquecimento pela herança seria a forma de se atingir a abastança. Machado de Assis oferece novamente uma denuncia de um país que não estrutura seu desenvolvimento no trabalho, mas na exploração. Quincas Borba representa a filosofia moral dessa lógica de pensamento.

O capítulo final das Memórias, “*Das Negativas*”, ressalta mais uma vez esse valor de negação do trabalho. Ao apontar os aspectos positivos do balanço da sua vida não deixa de mencionar que:

“(...) coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto” (MP, 639).

II

Dom Casmurro

Assim como em “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, “*Dom Casmurro*” é narrado em primeira pessoa. Mas o discurso toma um aspecto totalmente diverso ao livro anterior, pois, ao contrário daquele, o narrador-personagem está vivo. Vivo e sujeito a opinião, “*este tribunal anônimo e invisível, em que cada membro acusa e julga*” (MP; 612). Embora esta citação pertença às “*Memórias Póstumas*”, serve bem a “*Dom Casmurro*”. Este é um livro de autodefesa, em que, aparentemente, o narrador personagem acusa para não assumir a própria culpa. Ele articula as idéias para que o leitor assuma seu ponto de vista.

Bentinho chega a sugerir que o leitor insira fatos que ele mesmo não pode narrar. A despeito da suposta traição de Capitu, ele apresenta como efetiva ao final do livro, mas não fornece nenhuma prova, apenas suposições. É a possibilidade do leitor de

preencher as “lacunas” que permite a condenação, ou a absolvição, de Capitu. A passagem a seguir é reveladora:

*“E antes seja olvido que confusão; explico-me. Nada se emenda bem nos livros confusos, mas **tudo se pode meter nos livros omissos**. Eu quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que eu faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e e evocar as coisas que não achei nele(...).*

*É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; **assim podes também preencher as minhas**” (D.C, 870-1).¹³*

É certo que seu livro é um dos livros omissos. Dom Casmurro, faz um convite ao leitor que imagine aquilo que ele não escreveu. Se a imaginação for caluniosa a responsabilidade é do leitor, e não dele. Dom Casmurro apenas orienta o sentido que o pensamento do leitor deve tomar.

O ponto central da trama não está no agregado, José Dias, mas na amiga, namorada e esposa, Capitu. Contudo, Dom Casmurro tenta aproximar esta personagem, que supostamente não era agregada, da imagem de um agregado. Ele a insere, e a família dela, num ponto hierárquico mais baixo. O motivo é simples, a família de Capitu faz parte do grupo de pessoas livres e sem propriedades, salvo pela casa comprada graças a um premio de loteria. Em diversos momentos Dom Casmurro faz referência aos trajes pobres que Capitu usava; sobre o espelho de Capitu, ele pede ao leitor que “*perdoai a barateza*”. E acrescenta que ela “*namorava o piano da nossa casa, velho traste inútil, apenas de estimação*” e “*lia nossos romances*” (DC; 841); parece, portanto, sugerir que a amiga está ligada favor, ou pelo menos, possui uma condição social hierarquicamente inferior a dele.

A narrativa de Dom Casmurro deixa transparecer também que havia certa autoridade de D. Glória sobre Pádua. Pádua só cede ao desejo de sua esposa de comprar uma casa com o dinheiro ganho na loteria mediante os conselhos de D. Glória. Também teria desistido de se matar por ordem dela. A forma como a história é narrada deixa evidente que D. Glória não faz uma súplica, mas impõe sua autoridade:

*“Minha mãe foi achá-lo a beira do poço, e **intimou-lhe** que vivesse. Que maluquice era aquela de parecer que ia ficar desgraçado, por causa de uma gratificação menos, e perder um emprego interino? Não, senhor, devia ser homem, pai de família imitar a mulher e a filha...*

¹³ Não há grifo no original.

Pádua obedeceu; confessou que acharia forças para cumprir a vontade de minha mãe” (DC; 826).¹⁴

O fato de D. Glória poder “intimar” e Pádua “obedecer” e “cumprir a vontade” indica sua subordinação, ainda que relativa. Provavelmente se a família de D. Glória não estivesse no topo da pirâmide, não teria a mesma influência. Não obstante, Pádua tenta afastar de si a imagem de agregado:

“Se algum dia perder sua mãe e seu tio, – cousa que eu, por esta luz que me alumia, não desejo, porque são boas pessoas, excelentes pessoas, e eu sou grato às finezas recebidas... Não, eu não sou como os outros, certos parasitas, vindos de fora para desunião das famílias, aduladores baixos, não; eu sou de outra espécie; não vivo papando os jantares nem morando em casa alheia...” (DC; 862).

Pádua faz uma referência direta a José Dias, que é o tipo ideal do agregado: mora com a família, tem nela sua subsistência. Mas Pádua, embora não haja nada que prove sua dependência em relação à família de Bentinho, age de modo subalterno. É muito difícil determinar quais foram as “finezas recebidas” da família de Bentinho; e se elas teriam criado algum vínculo de dependência; mas a narração de Dom Casmurro sobre o comportamento de Pádua demonstra um comportamento muito semelhante ao do Senhor Antunes, pai de Estela, em Iaiá Garcia.

O senhor Antunes é descrito por Machado de Assis como um tipo subalterno, adaptado à dependência. Assim como o senhor Antunes, Pádua teria o desejo, e a esperança, de casar a filha com uma pessoa do topo da hierarquia. Bentinho seria um “bilhete de loteria”: garantia da ascensão social. Quando Bentinho parte para o seminário, Pádua mostra-se deveras triste. Dom Casmurro percebe na atitude interesse:

“Tinha os olhos úmidos deveras; levava a cara dos desenganados, como quem empregou em um só bilhete todas as suas economias e esperanças, e vê sair branco o maldito número, – um número tão bonito!” (DC; 862)

Mais uma vez não é possível determinar se essa suposição é real ou decorrência da idéia permanente de Dom Casmurro de que todos conspiram contra ele.

¹⁴ Não há grifo no original.

A sua atitude de autodefesa e acusação é generalizada. Como observou Helen Caldwell (2002), Dom Casmurro narra seu bom caráter e sua ingenuidade, enquanto atribui aos outros ao seu redor, José Dias e Capitu, reflexão e cálculo. Tal orientação dificulta perceber até que ponto existe interesse do agregado e da amiga, ou é simples tentativa de manipulação do leitor.

Ele aponta com muita insistência na capacidade de reflexão de Capitu:

“Capitu refletia. A reflexão não era coisa rara nela (...) tinha já idéias atrevidas, muito menos que as outras que lhe vieram depois; mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se, hábeis, sinuosas, surdas e alcançavam o fim proposto, não de saltos, mas aos saltinhos” (DC, 828-9).

“Era minuciosa e atenta; a narração e o diálogo, tudo parecia remoer consigo” (DC; 841).

“Capitu refletia, refletia, refletia...” (DC; 855)

Ele soma a essa capacidade de reflexão conspiratória a sua capacidade de dissimulação. Em várias passagens ela consegue manter a tranquilidade e as aparências enquanto ele deixava transparecer que alguma coisa tinha ocorrido. Tudo isso, para encaminhar para a idéia de que Capitu seria *“enganadora por natureza, dissimulada de nascença”* (Caldwell, 2002; 39). É o que ocorre quando a mãe de Capitu aparece logo após o primeiro beijo dos dois:

“Ouvimos os passos no corredor; era D. Fortunata. Capitu compôs-se depressa, tão depressa que, quando a mãe apontou à porta, ela abanava a cabeça e ria. Nenhum laivo amarelo, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontâneo e claro (...)” (DC; 845).

“(...) Capitu não se dominava só em presença da mãe; o pai não lhe meteu mais medo. No meio de uma situação que me atava a língua, usava da palavra com a maior ingenuidade desse mundo. A minha persuasão é que o coração não lhe batia nem mais nem menos” (DC; 850).

A idéia de cálculo se estende ao agregado. Toda a fala de José Dias é percebida por ele com a finalidade de agradar e manter sua condição. O cálculo estaria inclusive no seu modo de caminhar: *“um vagar calculado e deduzido, um silogismo completo, a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão”* (D.C; 813).

Mesmo o lazer de José Dias seria obtido, com os recursos da família de Bentinho, por meio de discursos e manipulações; como ocorre no dia em que ele queria ir

ao teatro e encontrou resistência de D. Glória. Ao invés de teimar com a negativa, ele falou em louvor ao teatro concluindo que era uma escola de costumes. D. Glória ao cabo, pagou as entradas dele e de Bentinho.

Não teve o mesmo êxito em conquistar uma viagem à Europa. Desde que Bentinho pediu o apoio de José Dias para não entrar no seminário e, ao invés disso, estudar leis em São Paulo, José Dias teve a idéia dos estudos de Bentinho fossem realizados na Europa; José Dias, evidentemente, o acompanharia. Seu empenho em ajudar Bentinho a fugir ao seminário era também, ou principalmente, decorrente do desejo de retornar à Europa, onde ele já teria estado muitos anos antes. Tanto que, quando Bentinho sugere a possibilidade de estudar medicina no próprio Rio de Janeiro, José Dias descarta a possibilidade rejeitando a eficiência da escola alopática, usada na medicina tradicional. Até que ponto a recusa da alopatia em relação à homeopatia é resultado de uma crença real, ou um artifício para convencer o outro a ir à Europa é difícil determinar.

José Dias teria se agregado à família de Bentinho após curar um feitor e uma escrava da fazenda do pai de Bentinho, se fazendo de médico homeopata. Embora tenha confessado mais tarde não ser médico, continuou sob a proteção da família, pois, conforme Bentinho, ele teria o dom de se fazer necessário. Sempre cheio de superlativos e palavras de louvor, buscava agradar sempre. Dom Casmurro via nisso premeditação:

“E não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham antes do cálculo que da índole” (D.C, 814).

Toda essa tentativa de acusação e auto defesa de Bentinho, torna obliqua a prerrogativa de inviolabilidade da vontade senhorial, que parece ser transformada na crença de que todos conspiram contra ele. A prerrogativa, contudo, não está ausente. Mas a ingenuidade, seja real ou simulada na narração, de Bentinho faz essa prerrogativa parecer antes com um desejo que com uma convicção.

Nos romances anteriores não há dúvida dos senhores quanto ao tipo de comportamento esperar de seus inferiores hierárquicos. A madrinha de Guiomar, jamais duvidou que pudesse determinar com quem a agregada se casaria. Valéria também não cogitou a possibilidade de Luís Garcia se negar a fazer seu pedido, ainda que fosse um pedido incômodo a este. E mesmo Brás Cubas, com todo o seu sarcasmo, pensava que a existência das pessoas era justificada pela utilidade que elas teriam para ele. Bentinho parece romper essa idéia. Ao invés da certeza da subordinação ele aparenta ter a certeza da tentativa de golpe por parte dos agregados.

No início da narrativa, José Dias lembra à mãe de Bentinho, D. Glória, sobre a necessidade de cumprir a promessa de tornar Bentinho padre. Ele faz referência ao risco de que, não o ordenando já, poderiam haver dificuldades mais tarde, uma vez que Bentinho parecia inclinado ao namoro com Capitu. Bentinho ouvia escondido a conversa. Ficou bastante irritado com o agregado. Entretanto, ele demonstra a irritação de forma infantil. O que não impede de se perceber certa fragilidade da situação do agregado:

“(...) É um sujeito muito ruim; mas, deixe estar que há de me pagar. Quando eu for dono da casa quem vai para a rua é ele; você verá, não me fica um instante. Mamãe é boa demais; dê-lhe atenção demais.” (D.C, 828)

A possibilidade se expulsar o agregado, a despeito da imaturidade de Bentinho, é real. E José Dias a compreende bem. Ele nunca perde a oportunidade de louvar a todos da casa. Afirma com freqüência que D. Glória é uma santa e que sua família “*abaixo de Deus, era tudo*” (D.C, 815). Quando indagado por tio Cosme se a família estava abaixo ou acima de Deus ele confirma sua alegação: abaixo. O cuidado de colocar a família abaixo de Deus não é sem propósito. O agregado conhecendo a fé de D. Glória sabia exatamente a posição em que Deus deveria ficar. A afirmação agradou à senhora. Talvez, se ela não fosse tão devota, a afirmação fosse outra.

Bentinho não recebe menos elogios que D. Glória. A atenção e zelo prestados a Bentinho, indica certa consciência de que sua situação depende também desse membro da família; seja porque Bentinho haveria de se tornar um dia dono das propriedades da família, seja porque D. Glória adorava o filho e poderia não admitir um agregado que o tratasse mal.

O fato de Bentinho compreender que possui certo poder sobre o agregado, entretanto, não indica que compreenda necessariamente a estrutura do favor. Capitu trata o tema com muito mais lucidez. Ao invés de pensar José Dias de forma maniqueísta, ela parece perceber a situação do agregado e procura tirar proveito dela. A investida dela em ter José Dias como um aliado para impedir a ordenação de Bentinho deixa esse ponto evidente:

“(...) Não lhe fale acanhado. Tudo é que você não tenha medo, mostre que há de vir a ser dono da casa, mostre que quer e que pode. Dê-lhe bem a entender que não é favor. Faça-lhe também elogios; ele gosta muito de ser elogiado. D. Glória presta-lhe muita atenção; mas o principal não é isso; é que, tendo ele de servir a você, falará com muito mais calor que outra pessoa” (D.C; 830).

A orientação de Capitu é para que Bentinho haja como um senhor, ciente da inviolabilidade da vontade senhorial. Ao invés de se colocar numa posição de vítima. O senhor deve dominar a situação e não pedir proteção a terceiros. Pedir ajuda aos parentes, ou ao padre, seria colocá-lo em posição análoga ao de um dependente. A ajuda, se viesse, seria um ato de boa vontade e, por isso mesmo, incerta, instável e fluida.

Muito diverso é o posicionamento que Capitu pede para ele assumir. Dar a entender que “*não é um favor*”, implica dizer que é uma **obrigação**, afinal, agregado não deve nunca romper com a prerrogativa da inviolabilidade da vontade senhorial. Ele mostraria, dessa forma, que José Dias está preso por um vínculo que não permite recusa. A estrutura do favor tira o caráter de “favor” do ato.

É importante fazer aqui uma distinção conceitual. As diversas formas de se compreender um mesmo termo podem gerar confusão, e obscurecer o seu sentido (Merton, 1970). O “*favor*” da frase de Capitu significa gentileza, ou ato espontâneo; feito por empatia ou benevolência. Uma pessoa externa, como o Padre Cabral, sem vínculos de dependência, poderia intervir por Bentinho por esse tipo de favor. Isto, contudo, não teria menor efetividade, uma vez que não há a obrigação gerada pela dependência.

O favor a que o agregado se prende tem um sentido mais amplo. Trata-se da estrutura de favor. Longe da benevolência desinteressada, ela implica em uma imposição. Ela é orientada pela autoridade. É a obrigação moral e a necessidade que obrigam às ações

e não a simples disposição livre e desinteressada. Por isso mesmo, a defesa da causa feita por ele teria “*muito mais calor*”.

O tratamento, contudo, é ambíguo. Simultaneamente à autoridade, Bentinho deveria expressar, apreço e familiaridade. Essa ambigüidade é típica da estrutura de favor. Nela o dependente é tratado com familiaridade e proximidade. Ele freqüenta a casa e come à mesa do senhor é, portanto, tratado de forma aparentemente igualitária, mas “*o tratamento igualitário entre superiores e inferiores, na sociedade considerada, fez parte de um forte sistema de dominação, encobrindo as distâncias sociais efetivamente existentes*” (Franco, 1997; 80). Se por um lado existe a aproximação entre senhores e agregados, por outro se explicita sua incapacidade moral e desclassificação social (idem).

Capítulo IV

Quincas Borba

O agregado e o arrivista

O romance “*Quincas Borba*” é subsequente às “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”; não apenas pela ordem cronológica, como também o próprio texto representa uma continuação da história anterior. A personagem Quincas Borba é o elo entre as duas obras; embora não seja a personagem principal em nenhuma das duas. Tanto em uma, quanto na outra ele representa um tipo de pensamento e de ideologia, nos moldes do Darwinismo social e do positivismo, próprias da classe senhorial. A forma como esse pensamento é apropriado pelos personagens principais, entretanto, não é exatamente a mesma nas duas obras. E por isso mesmo, a proximidade entre “*Quincas Borba*” e “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*” é em alguns casos menor que existente entre este último e o “*Dom Casmurro*”

A personagem principal de “*Quincas Borba*”, Rubião, embora tenha se tornado um senhor, por meio de herança, diverge muito da imagem e da estrutura de pensamento dos senhores. Falta-lhe o princípio da autoridade (Moog;1956). Suas manias de grandeza não são suficientes para que ele pense que o mundo foi feito para servi-lo, como em “*Memórias Póstumas*”; nem possui a idéia de que todos conspiram contra ele, perspectiva de Dom Casmurro que também centraliza as ações dos outros em si. Rubião é mais crédulo e, ao menos a princípio de sua trajetória como senhor, menos autoritário. Brás Cubas e Dom Casmurro percebem o interesse na ação das pessoas; Rubião crê na boa fé.

A narrativa em primeira pessoa de “*Memórias Póstumas*” e de “*Dom Casmurro*” também aproxima esses dois romances em relação ao “*Quincas Borba*”. Os dois primeiros romances representam dois senhores que narram – e manipulam – suas

histórias, oferecendo ao leitor apenas as suas versões dos fatos acontecidos. Já Rubião parece não ter sequer consciência, ou ter uma consciência muito vaga, das coisas que o rodeiam para contar sua própria versão. Ele se mostra ingênuo e incapaz de entender plenamente a dinâmica de uma lógica da qual ele não fazia parte originariamente.

O próprio Quincas Borba sempre lembrava a Rubião que ele era ignaro e, portanto, incapaz de compreendê-lo e de alcançar o significado da filosofia do “*humanitismo*”. Se a lógica do “*humanitismo*” equivale a lógica senhorial, é certo que ele não pudesse realmente fazê-lo. Rubião, se possuía o desejo de ser rico e de ser socialmente reconhecido, ele pensava sua situação como um golpe da fortuna, e não como uma coisa natural e um direito indiscutível.

A simples mudança do *status* econômico não é, por si só, suficiente para a mudança da atitude e da forma de pensar dessa personagem. Rubião teria conquistado o poder econômico, mas o capital simbólico não está necessariamente vinculado ao econômico (Bourdieu, 2002). Ele não ignora totalmente a diferença entre o *status* puramente econômico e o *status* de origem simbólica, não obstante não sabe reconhecer exatamente quais elementos diferem entre um e outro; é o que se percebe quando uma baronesa passa por ele:

“Mas o caso particular é que ele, Rubião, sem saber porque, e apesar do seu próprio luxo, sentia-se o mesmo professor antigo de Barbacena” (QB; 696).

Rubião é mais generoso que Brás e Bentinho. Sua generosidade é também mais espontânea em relação às outras personagens. Estes pensam sempre nos atos como um instrumento de obter vantagem. Brás devolve uma moeda de ouro achada por ele; o valor era pequeno e tinha o benefício de ser reconhecido por outros pela sua honestidade. Ele não devolve, contudo, um embrulho que encontrou contendo cinco contos de réis. Pensa, para justificar a si mesmo a diferença de atitude, em fazer com esse dinheiro alguma caridade. Efetivamente ele “doa” esse dinheiro para uma pessoa, D. Plácida; contudo, a doação nada mais é que uma forma de pagamento pelo fato de a agregada acobertar seus romances clandestinos.

O egoísmo em Bentinho é menos perceptível em relação ao dinheiro. Dom Casmurro pouco faz referência a seu interesse por dinheiro, mais importante para ele é deixar transparecer o possível interesse dos outros. No entanto, come o doce destinado à Capitu, quando esta estava aflita demais para pensar em doces. Ele também sugere que as pessoas ao redor de sua família, José Dias principalmente, assim estão por interesse. Além disso, ele pouco se perturba com as situações que possam causar sofrimento à terceiros. Coloca-se como se a vítima sempre fosse ele mesmo. Tendo criado, baseado somente em suposições, uma situação de sofrimento para a esposa e para o filho, ele, ainda assim, afirma que comia bem e não dormia mal.

Já Rubião é capaz de atos realmente desinteressados. Quando um dos freqüentadores de sua casa, Freitas, adocece, ele doa dinheiro à mãe do amigo sem pensar em compensação ou reconhecimento:

“– A senhora deve ter tido os seus apertos de dinheiro, disse Rubião; e, vendo-a morder o beijo e baixar os olhos: Não se envergonhe; necessidade aflige, mas não envergonha. Eu o que queria era que a senhora aceitasse alguma cousa, que lhe vou deixar para acudir a despesa; pagará um dia se puder...”

Tinha aberto a carteira, tirou seis notas de vinte mil réis, fez um bolo de todas elas, e deixou-lho na mão. Abriu a porta e saiu. A velha, espantada, nem teve alma para agradecer; só ao rodar do tálburi, é que correu à janela, mas não podia ver o bem-feitor” (QB; 716).

Quando o amigo morreu Quincas foi ao enterro e prestou homenagens. Já Bentinho só pensou em ir ao enterro do Manduca, para poder perder um dia de aula no seminário, ficando mais tempo com Capitu; Além do gosto de andar de carro. Manduca era um rapaz leproso com quem ele havia travado uma polêmica, relativamente longa, sobre a Guerra da Criméia; mas Bentinho nunca teve intenção de manter relações de intimidade com o rapaz. Sua justificativa é simples: *“que intimidade poderia haver entre a doença dele e a minha saúde?”* (DC; 896). Mais uma vez, tem-se um exemplo do horror que a suposta inferioridade e degeneração das pessoas podem causar. Uma perspectiva dentro dos moldes naturalistas. Rubião, ao contrário, não tinha esse tipo de preocupação.

Contrastando Rubião com Quincas Borba, pode-se perceber formas muito distintas de concepções de mundo. O primeiro não perde de todo seu caráter de agregado; o segundo, quando mendigo, não deixou de pensar como senhor. Quincas Borba, que

também devia sua fortuna a uma herança, não tinha a mesma índole de Rubião. Na sua infância, ele sempre representava um príncipe, um general, uma autoridade. Se mais tarde ele empobreceu e se tornou mendigo, isso não o fez pensar como um agregado; nem mesmo aceitar a condição de agregado.

A filosofia de Quincas está repleta de construções nos moldes do Naturalismo. A justificativa filosófica que ele obtém para a morte dramática da avó exemplifica um pouco desse pensamento:

“– Foi no Rio de Janeiro, começou ele, defronte da Capela Imperial, que era então Real, em um dia de grande festa; minha avó saiu, atravessou o adro, para ir ter à cadeirinha, que a esperava no Largo do Paço. Gente como formiga. O povo queria ver entrar as grandes senhoras nas suas ricas traquitanas. No momento que minha avó saía do adro para ir à cadeirinha, um pouco distante, aconteceu espantar-se uma das bestas de uma sege; a besta disparou a outra imitou-a, confusão, tumulto, minha avó caiu, e tanto as mulas como a sege passaram-lhe por cima. Foi levada em braços para uma botica da Rua Direita, veio um sangrador mas era tarde; tinha a cabeça rachada, uma perna e ombro partidos, era toda sangue; expirou minutos depois.

– Foi realmente uma desgraça, disse Rubião.

– Não.

– Não?

– Ouve o resto. Aqui está como se tinha passado o caso. O dono da sege estava no adro, e tinha fome, muita fome, porque era tarde, e almoçara cedo e pouco. Dali pode fazer sinal ao cocheiro; este fustigou as mulas para ir buscar o patrão. A sege no meio do caminho achou um obstáculo e derribou-o; esse obstáculo era minha avó. O primeiro ato dessa série de atos foi um movimento de conservação: Humanitas tinha fome. Se em vez de minha avó, fosse um rato ou um cão, é certo que minha avó não morreria, mas o fato era o mesmo; Humanitas precisava comer” (QB, 647-8).

Nesse trecho, pode-se perceber como Quincas Borba utiliza a fome, que é expressão de um instinto animal, para justificar todos os acontecimentos. A comoção, a moral, a tragédia são desconsideradas por ele. O mundo seria, nessa perspectiva, regido exclusivamente pelos impulsos: *“Humanitas precisa comer”*. Todos os seres humanos são bestializados dentro dessa lógica, uma vez que apenas o impulso animal é relevante.

Quincas Borba também procura justificar a exploração e a guerra. Seu raciocínio muito se aproxima do darwinismo social. Conforme Sevcenko (2003), a teoria do darwinismo social *“foi vulgarizada como uma teoria geral do comportamento e da ação humana tornando-se o credo por excelência da Belle Époque”* (idem; 100) O

conceito está bem expresso na idéia da razão da existência das pestes, que permitiria a prevalência da lei do mais forte:

“Aparentemente, há nada mais contristador que uma dessas terríveis pestes que devastam um ponto do globo? E, todavia, esse suposto mal é um benefício, não só porque elimina os organismos fracos, incapazes de resistência, como porque dá lugar à observação, à descoberta da droga curativa” (QB; 649).

Ele cria uma alegoria para explicar a Rubião a utilidade da guerra; Em sua alegoria, supõe a existência de duas tribos e um único campo de batatas. Este seria suficiente para alimentar apenas uma das tribos; da luta pelas batatas, faz-se a guerra. A conclusão de Quincas Borba é que, sem a guerra, ambas as tribos morreriam de fome; e nesse caso, a morte de uma das tribos representa a possibilidade de sobrevivência da segunda:

“Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor as batatas” (QB; 649).

Nesse sentido, a guerra não é a destruição, mas a sobrevivência e manutenção. Extrapolando o pensamento para a escravidão, pode-se pensar que esse tipo de exploração é vital, no sentido em que permite a manutenção da sobrevivência do explorador. Rubião não consegue compreender essa lógica. Sempre fica nele o questionamento: *“Mas a opinião do vencido?”* Talvez pelo fato de ser um vencido, a alegoria se torne de difícil compreensão para Rubião. Mas seus pensamentos, após a morte de Quincas Borba expressam a mesma lógica de *“sobrevivência”* pela supressão; Afinal, foi a morte de Quincas Borba que permitiu Rubião desfrutar da riqueza do amigo. Se não morresse Quincas Borba, ou se ele tivesse se casado com a irmã de Rubião, este não seria seu herdeiro universal e não desfrutaria de seus bens:

“Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia ser uma desgraça...” (QB; 643).¹⁵

¹⁵ Não há grifo no original.

Desgraça de uns, fortuna de outros; a alegoria se repete por todo o livro como um refrão. Nesse ponto se dá a maior aproximação de Rubião com a lógica senhorial: não importa a dor alheia, desde que ela sirva para saciar os desejos próprios. Rubião sente-se, contudo, culpado por esse tipo de pensamento, ainda assim não contém o contentamento por sua ventura.

Aparentemente, à medida que a loucura de Rubião vai se consolidando, sua proximidade com a lógica senhorial aumenta. Ele chega, por fim, ao máximo do que pode representar uma hierarquia nessa sociedade: o imperador. Não é possível, entretanto, determinar até que ponto Machado de Assis procura associar a lógica senhorial à loucura. Mas é interessante perceber o trajeto semelhante de Rubião e Quincas Borba. Foi no aprimoramento do que seria a filosofia representante do pensamento senhorial, o *Humanitismo*, que Quincas Borba enlouquece; e ele já apresentaria antes disso, um grão de sandice.

Outra diferença entre “*Quincas Borba*” e os outros dois romances da segunda fase de Machado de Assis, é que este pouco faz referência aos agregados; entretanto, mostra um grupo de pessoas que querem enriquecer e “subir” aproveitando-se dos outros: os *arrivistas* (Sevcenko, 2003). Diversamente ao agregado, o *arrivista* não está preso à vontade senhorial, não tem medo de subverter a ordem. Buscam uma forma de eles mesmos tornarem-se senhores, recorrendo, antes ao golpe, que ao favor (*idem*).

Os *arrivistas* são representantes de um novo momento social. Nicolau Sevcenko (2003) os enquadra no início do período republicano, especialmente entre 1889 a 1904; quando teriam ocorrido diversas crises políticas e econômicas no país. Dentre elas, o Encilhamento, que teria permitido a transferência de fortunas seculares para as mãos de pessoas capazes de aproveitar a situação.

A Política do Encilhamento, como ficou conhecida, teria sido criada para “*atender as necessidades da circulação monetária em face da intensificação das transações da vida econômica e financeira em geral*” (Prado Jr., 1970; 218) e para estimular a industrialização do país; para tanto, vários bancos estariam autorizados a emitir moeda, conforme as necessidades financeiras, respaldados em títulos da dívida pública (*Idem*).

Essa liberação favoreceu um grande movimento especulativo e a criação de uma série de empresas que existiam tão somente no papel (*idem*). O encilhamento foi, portanto, um dos símbolos do *arrivismo*, uma vez que ele permite o enriquecimento de um novo grupo, desvinculado das oligarquias tradicionais; enriquecimento este, em geral, ilícito. Baseando-se nos golpes às grandes fortunas.

O romance “Quincas Borba”, contudo, ocorre antes do período republicano; John Gledson (2003) o situa entre 1867 e 1871. A queda do gabinete, da qual fala o Dr. Camacho, é provavelmente referência à troca feita por Pedro II do gabinete Liberal de Zacarias de Góes pelo Conservador de Itaboraí; ocorrida em 1868. Outra referência seria a queda de Napoleão III em 1870, que coincidiria com a queda de Rubião (Gledson, 2003).

Entre o período em que se passa o romance e a Proclamação da República, se passam dezoito anos. Contudo, os quadros sociais que vão formar o novo regime já vinham se desenhando; a negação do modo de vida tradicional e o desejo de modernização e aproximação com a Europa, especialmente com a França, já se evidenciam.

Para esse grupo, eufórico em relação à *Belle Époque*, falar francês, tocar piano, ler os romances franceses eram coisas fundamentais para ser aceito numa sociedade que sobrevalorizava a cultura européia. Isto já pode ser evidenciado quando Sofia insiste para sua prima da roça, Maria Benedita, aprenda francês e piano; e discursa sobre essas duas coisas como se fossem imprescindíveis. Quando a mãe desta, Maria Augusta, argumenta que a filha sempre viveu sem essas coisas e que elas não teriam serventia para uma moça da roça, Sofia contra-argumenta que, sem elas, a prima teria dificuldade de arranjar casamento.

Outra manifestação da suposta negação do tradicional e assimilação do europeu se dá em relação à questão servil. Ao mudar para a Corte, Quincas Borba se vê obrigado a substituir seu escravo por um criado espanhol, ainda que tal medida lhe causasse desconforto. Já então a presença de escravos negros era vexame; a escravidão deveria ser escondida. Um Brasil, ao molde europeu, deveria ser branco e livre, como o eram os europeus (Sevcenko, 2003). É com essa óptica que Palha convence Rubião sobre a “*necessidade de ter criados brancos*” (QB; 643).

No entanto, a troca é apenas de fachada; o criado espanhol substitui os “*crioulos*” de Rubião, apenas onde ele poderia ser visto pela sociedade. Em nenhum momento se fala na necessidade de que sejam abolidos os escravos. O pajem de Rubião, embora não pudesse estar na sala ou na cozinha, não foi liberado, mas apenas “*degradado a outros serviços*” (idem).

Não só o escravo não é dispensado, como se defende a existência da propriedade servil. O próprio Palha, que teria convencido Quincas Borba da necessidade de ter criados brancos, discursa sobre a legitimidade do direito de posse sobre os escravos; o que mais uma vez mostra um liberalismo de aparências:

“Cristiano Palha mal disse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil (...)” (QB; 658).

Essa atitude contraditória é mais uma denúncia contra o liberalismo de fachada que existia no Brasil. O gosto pelos ideais franceses era tão somente uma tentativa de se ver francês e mostrar, aos europeus, que o Brasil poderia ser tão europeu quanto eles. A mudança que a sociedade já começava a sofrer no sentido da transição do império para a república, ainda que traga um novo grupo ao quadro social, não representa uma mudança estrutural profunda. Em alguns momentos, é tão somente uma troca de oligarquias.

Em outras palavras, a pirâmide social continua sendo uma pirâmide; ainda depois de ter-se abolido a escravidão. O liberalismo, nesse sentido, é válido como ornamento:

“Pela lógica, com esta paixão por tudo que era francês, o mazombo devia ser politicamente um espírito liberal, amante do trinômio liberdade, igualdade, fraternidade. Acontecia porém, que o mazombo, como os demais seres vivos não era um ser lógico. Ao contrário, era um feixe de contradições. Politicamente, no Brasil, salvo as exceções, ele tendia mais para os regimes de autoridade que para os democráticos. O liberalismo, no seu entender, estava muito bem – e olhe lá! – para França ou para os povos de alto índice cultural. Mas no Brasil com a ignorância da crassa maioria da população, uma população de mestiços, isto não era possível. Igualdade política? Era só o que faltava! Onde é que viu o seu voto valer tanto quanto o do seu lacaios ou o da sua lavadeira?” (Moog, 1956; 152).¹⁶

¹⁶ Mazombo era o filho de pais portugueses, nascido no Brasil.

É certo que não havia, por parte do senhor, o interesse de manter a lógica a qual se refere Vianna Moog. A suposta negação do tradicional também não elimina o gosto por títulos e nem as vaidades. O próprio Rubião tem desejo de possuir títulos e nobreza. E sente prazer no reconhecimento. Quando Freitas afirma que o modo de vida de Rubião é de um fidalgo, este fica envaidecido, afinal, para ele “*fidalgo, ainda que por comparação, é palavra que se ouve bem*” (QB; 663).

O Casal Cristiano e Sofia Palha preocupa-se ainda mais com a questão de *status*, uma vez que não completaram o seu trajeto de ascensão social. Com a perspectiva da ascensão é que eles se aproximam de Rubião, pelo fato de este ser rico; e pela consolidação dessa ascensão, eles se afastam de todos aqueles seus convivas antigos, incluindo-se o próprio Rubião, já então louco e sem dinheiro.

A estratégia de Sofia para se aproximar das pessoas de um patamar social mais elevado que o seu, foi montar uma comissão para ajudar o estado de Alagoas, que então sofria com uma epidemia. Sofia estava bem menos preocupada com as esmolas do que com o grupo com quem iria conviver:

“As senhoras escolhidas não eram da roda de Sofia (...) Às vezes, à noite antes do chá, parecia dormir na cadeira de balanço; não dormia, fechava os olhos para considerar-se a si mesma, no meio das companheiras, pessoas de qualidade. (QB; 721).

Após consolidada as reações com esse grupo, Sofia apressa-se romper com tudo que representava a posição social antiga:

“Cortou as relações antigas, familiares, algumas tão íntimas que dificilmente se poderia dissolver. Mas a arte de receber sem calor, ouvir sem interesse e despedir-se sem pesar, não era das suas menores prendas; e uma por uma, foram indo as pobres criaturas modestas, sem maneiras, nem vestidos, amizades de pequena monta, de pagodes caseiros, de hábitos singelos e sem elevação. Com os homens fazia exatamente o que o major contara, quando eles a viam passar de carruagem, – que era sua, – entre parêntesis. A diferença é que nem os espreitavam para saber se a viam. Acabara a lua-de-mel com a grandeza agora torcia os olhos para o outro lado, conjurando, de um gesto definitivo, o perigo de alguma hesitação. Punha assim os velhos amigos na obrigação de não lhe tirarem o chapéu” (QB; 761).

Não era suficiente trocar de amigos. Fazia-se também necessário trocar de modos. Sofia se preocupava em observar e imitar os hábitos e maneiras das novas companheiras. Se ouvia uma delas fazer referência a uma revista desconhecida por ela, ela corria no dia seguinte para fazer uma assinatura. Além disso, vexava-se quando o marido tratava os outros com os mesmos modos obsequiosos de outrora:

“O marido é que pecava por turbulento, excessivo, derramado, dando bem a ver que o cumulavam de favores, que recebia finezas inesperadas e quase imerecidas. Sofia, para emendá-lo, vexava-o com censuras e conselhos, rindo:

‘Você esteve hoje insuportável; parecia um criado.’

‘Cristiano, fique mais senhor de si, quando tivermos gente de fora (...)’” (QB; 671).

As atitudes subalternas não condizem mais com a nova situação social: a ascensão completa. Os superlativos e obséquios são marcas dos dependentes, que necessitam agradar para manter sua situação; situação superada pelo casal. Note-se que, se o arrivista não é exatamente um agregado, também não foge completamente à sua lógica; ao menos, não o modelo de arrivista apresentado por Machado de Assis. Vários elementos da estrutura de favor permanecem; por exemplo, a existência da necessidade de se estar vinculado a pessoas de *status* superior. Mesmo os vínculos de dependência não estão completamente extintos; mas ela se faz em um plano diverso, menos centrada no âmbito da família e da casa.

A dependência de Palha no início do romance é financeira e comercial. Contudo, a manutenção da obtenção de recursos de Palha não se dá pela lógica de mercado. Rubião investe e se associa a Palha por motivos personalistas: a amizade, a intimidade com a família e, mesmo, ou talvez principalmente, pela paixão que tem por Sofia. Se investir em Palha fosse um negócio economicamente viável, talvez o gerente do banco não tivesse feito recusas às suas idéias; mas Rubião não pensava em investimento e Palha, por sua vez, agia com Rubião como se de fato, a estrutura de favor estivesse presente.

Quando Rubião se muda para Botafogo, Palha lhe presta “*grandes serviços*” (QB; 661), e o acompanha em todas suas compras e ajustes. No momento que Sofia fala ao

marido sobre a declaração de amor feita por Rubião a ela, apesar do incômodo que ele sente pela situação, tenta apaziguá-la, pois, afinal Palha tinha dívidas com o amigo.

Se por um lado o modelo personalista dos vínculos travados pelos arrivistas se assemelha ao dos agregados, por outro as suas fidelidades parecem mais fluidas. Isso ocorre provavelmente porque na corte, na cidade do Rio de Janeiro, a situação do homem livre, de alguns deles pelo menos, é menos precária, seja economicamente, seja politicamente.

Ademais a superação da dependência econômica obtida por Palha gera a superação das necessidades de vínculos com Rubião. Este só não é plenamente abandonado pelo casal em sua loucura, porque uma das senhoras do novo círculo de amizades de Sofia se comove com sua situação e os compele a ajudá-lo. A ajuda é, entretanto, resultado de uma demanda social – manter o vínculo com tal senhora da alta sociedade – e não de um sentimento moral de dívida.

O contraste com José Dias é marcante. Este mantém sua índole subalterna até o momento de sua morte. Mesmo consciente da morte próxima ele trata Bentinho com afeto e traz na última palavra que profere o seu traço característico: o superlativo. Estilo que sempre foi considerado por Bentinho como um aspecto que revelava sua subserviência e cálculo.

Em Quincas Borba, Freitas é a personagem do romance que tem as feições mais próximas as de um agregado. Nunca deixa de fazer suas refeições na casa de Rubião e de fumar seus charutos; além ter um comportamento subserviente e bajulador:

“Freitas elogiava tudo, saudava cada prato e cada vinho com uma frase particular, delicada, e saía de lá com as algibeiras cheias de charutos, provando assim que os preferia a quaisquer outros.” (QB; 633).

Numa sociedade moldada pela vaidade, essa categoria de pessoa não era bem-vinda; afinal, sua convivência “*não lhe traria nenhuma consideração pública*” (idem). Foi o que pensou Rubião no início. No entanto, a subserviência e os excessos de obséquios agradavam a Rubião, uma vez que lhe aflagavam a vaidade. Talvez por isto, Rubião passou a ter sempre consigo quatro ou cinco “*habitados*”; estes, ao molde dos agregados,

jantavam sempre em sua residência e desfrutavam de seus charutos; entretanto, é difícil estabelecer o grau de dependência dessas pessoas.

Ao pensar na possibilidade de vir a se casar, as noivas imaginadas por Rubião são depositárias de algum título; os convidados seriam os “*de primeira ordem, generais, diplomatas, senadores, um ou dous ministros, muitas sumidades do comércio*” (QB; 713); e a cerimônia muito luxuosa. O desejo de título chega ao ponto de Quincas Borba assinar o nome de algum nobre como se fosse o seu; e atinge o extremo com a sua loucura, quando pensa ser Napoleão III.

Sua vaidade existe desde o princípio quando recebe a herança e tem o desejo de mostrar a todos seu novo *status*; o comportamento de prepotência, entretanto, só aparece na medida em que a loucura avança; Ele chegou a ter “*um impulso inexplicável, – dar-lhes a mão a beijar*” (QB; 721), mostrando o gosto pela grandeza e, também, o início de sua loucura. Nos momentos de razão continua o mesmo homem tímido.

Ainda que Rubião não encarne, de forma plena, a lógica senhorial, muitos são os aspectos assimilados dessa lógica. A negação do trabalho, como não podia deixar de ser, é uma de suas características. Seu pensamento é mesmo inverso ao da ética protestante. Esta prega que o único modo de vida aceitável por Deus é o cumprimento das obrigações e do trabalho; o homem deve primar pela glória de Deus e cumprir o plano que Deus tem para ele. Isso implica em trabalhar para a concretização de sua obra (Weber, 2002). Rubião conclui ser inútil e infecundo o trabalho:

“(...) a verdade é que ‘mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga’. Tanto não era impossível enriquecer que estava rico.” (QB; 655).

Mais uma vez, a conclusão é de que o modo efetivo de ascender nesta sociedade é a herança e a exploração, e não o trabalho. Uma vez que Rubião ascendeu, vai esvaecendo em seu espírito a preocupação com o vencido. Ele não encarna plenamente o senhor, mas também não foge totalmente à lógica senhorial. É certo que, após receber a herança, a filosofia de Quincas Borba, que até então, não tinha sentido para Rubião, torna-se bem mais clara à sua compreensão:

“(...) a fórmula viveu no espírito de Rubião por alguns dias: – Ao vencedor as batatas! Não a compreendera antes do testamento; ao contrário, vimos que a achou obscura e sem explicação. Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe na mão” (QB; 657).

Essa idéia já estava presente em “*Memórias Póstumas*” no caso do vergalho. Tendo o ex-escravo Prudêncio um vergalho na mão, não se perturba em fazer padecer seu escravo do mesmo sofrimento que ele havia sofrido: muda-se a posição, muda-se a perspectiva; a lógica, contudo, é uma só: explorar e não ser explorado.

Uma explicação proposta por Machado de Assis é a teoria sobre a “*solidariedade do aborrecimento humano*”(MP; 560) de Brás Cubas. Ele observa que o impulso inicial, dado a uma bola de bilhar, é transmitido a uma terceira bola, ainda que essa nunca tenha tido contato com a primeira. Dessa mesma forma, ocorreria entre os seres humanos; transfere-se a outros, o aborrecimento recebido de um terceiro. O que é explicado pela transferência de aborrecimentos é sintomático, entretanto, da presença de hierarquia. Faz parte da lógica hierárquica, a progressão entre subordinadores e subordinados.

O caso do diretor do banco, em “*Quincas Borba*” também exprime essa forma de pensamento:

“Era o diretor do banco, o que acabara de fazer uma visita de pêsames ao Palha (...) Convém dizer, para explicar a indiferença do homem, que ele tivera, no espaço de uma hora, comoções opostas. Fora primeiro à casa de um ministro de Estado, tratar do requerimento de um irmão. O ministro, que acabara de jantar, fumava calado e pacífico. O diretor expôs atrapalhadamente o negócio (...) trazia na boca um sorriso constante e venerador; e curvava-se, pedia desculpas. (...) Saiu humilhado, vexado de si mesmo. Não era o negócio que o afligia, mas os cumprimentos que fez, as desculpas que pediu, as atitudes subalternas, um rosário de atos sem proveito. Foi assim que chegou à casa do Palha.

Em dez minutos tinha a alma espantada e restituída a si mesma, tais foram as medidas do dono da casa, os apoiados de cabeça, e um raio de sorriso perene, não contando oferecimentos de chá e charutos. O diretor fez-se então severo, superior, frio, poucas palavras (...) Copiou do ministro o gesto lento. Saindo, não foram dele as cortesias, mas do dono da casa.

Estava outro, quando chegou à rua (...)” (QB; 723).

O fato é que a hierarquia existente não permite que a resposta a uma humilhação recebida seja orientada ao seu agente causador (Gledson, 2001). Isso poderia acarretar em conseqüências indesejáveis, uma vez que existia a privatização dos meios políticos. A solução, portanto, é manifestar a frustração no membro de escala inferior.

Conclusão

Até o final do século XIX, a economia brasileira se sustentava no modo de produção escravista e monocultora. A grande lavoura imperava em detrimento da produção de autoconsumo; a exportação era considerada mais importante que lavoura de subsistência. Uma vez que o consumo no país era reduzido, já que se restringia às classes dominantes e estas se contentavam com a importação de bens.

Uma das conseqüências desse modo de produção, era a polarização entre senhores e escravos. Como não poderia deixar de ser, a escravidão teve bastante visibilidade, afinal, era no escravo que praticamente toda a economia brasileira se sustentava. O ponto inverso desta hierarquia, o senhor, também não passaria despercebido: para haver explorados, deve haver exploradores.

Menos evidente era a grande massa de homens livres e pobres. Esses homens e mulheres viviam em uma sociedade onde o trabalho era essencialmente destinado aos escravos. Esse uso trazia ao homem livre conseqüências psicológicas e materiais: a desvalorização do trabalho, uma vez que esse era tido como atividade para escravos; e falta de integração na produção mercantil, desemprego.

Soma-se a essa situação o fato de que, no Brasil, o Estado era praticamente ausente. Desde a colonização do país, a função do Estado estava mais ligada à cobrança de impostos que à prestação de serviços sociais. O poder pessoal dos grandes proprietários estava frequentemente acima das leis ditas impessoais. O favorecimento dado por eles àqueles que os rodeavam era certo. Recorrer a um senhor foi, amiúde, a alternativa encontrada para obter-se o que muitas vezes era um direito, mas, no entanto, o Estado privatizado não fornecia.

Nessa delicada conjuntura social, o homem livre e pobre, dispensável ao sistema produtivo, se via obrigado a unir-se a um senhor. Torna-se um agregado. O agregado obtém proteção do senhor, e deve a ele subordinação. Estava montada a estrutura do favor, que, fortemente hierarquizada, suprimia a autonomia do agregado. Este, se quisesse sobreviver a esse tipo de estrutura, estava privado até mesmo da possibilidade de revolta social.

A impossibilidade de revolta social, contudo, não suprime a própria humanidade. Como outros, o agregado tinha também desejos e ambições. Revoltar-se contra o senhor era antes privar-se totalmente da possibilidade de conquistar qualquer benefício. A manipulação será, nesse contexto, a maneira mais profícua de se conseguir alguma coisa.

Assim ocorre nos romances de Machado de Assis. O contraste entre o pressuposto de vontade senhorial inviolável e a tentativa de um viver mais autônomo, implica em conflitos que irão ser, em vários dos romances, o ponto a partir do qual Machado de Assis desenvolve suas tramas.

Existe nisso uma linha sinuosa que margeia entre a sobrevivência e a dignidade, entre a necessidade e a gratidão, entre o afeto real e a subordinação. Nos vários romances as reações dos agregados, os tipos de agregado, e mesmo, seus valores se distinguem; permanece, contudo, a necessidade conciliatória, ainda que esta seja profundamente marcada pelo autoritarismo da estrutura. Permanecem também as tentativas de manipular a vontade senhorial como única alternativa do agregado driblar as dificuldades e alcançar seus próprios desejos.

Esse movimento se dá antes pela conciliação do que pela revolta. O agregado machadiano, ainda que possa buscar dignidade, não entra em conflito direto com o senhor. Ele tem consciência da fragilidade de situação e esta consciência o remete a formas obliquas de conquistar sua frágil vontade.

Seguindo tal lógica, Guiomar, em “*Mão e a luva*”, articula para conseguir se casar com o homem que ela mesma escolheu, Luís Alves; embora a baronesa, sua madrinha, desejasse vê-la casada com seu sobrinho, Jorge. Mas justamente por Guiomar

reconhecer sua total subordinação à madrinha que esta cede a ela o direito de escolher seu futuro marido.

Também por meio de subterfúgios é que Helena consegue autorização para passear a cavalo e, dessa forma, visitar seu pai. Ou, como o caso de José Dias, que alcança a ida ao teatro após fazer um discurso em louvor dessa arte. Do simples desejo à necessidade de manutenção da existência, as manipulações permanecem, embora possam entrar em conflito com os próprios valores dos agregados. D. Plácida que tinha horror ao adultério e a uma vida amorosa fora da vida conjugal, aceita o caso amoroso, e contribui para sua perpetuação, entre Virgília e Brás Cubas com a finalidade de garantir sua precária existência.

No caso de D. Plácida, a necessidade é mais forte que a dignidade. Contudo, a busca pela manutenção da dignidade é também recorrente. Helena prefere a morte à vergonha de sua situação fraudulenta. Estela escolhe não casar com o homem por quem era apaixonada para não continuar submetida à estrutura do favor. Eugênia aceita com lucidez, resignação e, mesmo, orgulho a rejeição de Brás a união dos dois.

Lucidez, aliás, é uma característica marcante dos agregados machadianos. Eles são sempre muito conscientes da fragilidade de sua situação. Mesmo Estela, que nega a vida agregada, não entra em conflito direto com Valéria, pois sabe que a liberdade plena não é realmente possível nessa sociedade. Negar a estrutura não equivale em Machado de Assis, em revoltar-se contra ela. A revolta indicaria justamente falta de consciência, pois a forma como a sociedade estava estruturada impedia a existência de alguém que se opusesse diretamente aos senhores. Por isso mesmo a conciliação é muito marcante nos romances. Mas longe de indicar passividade, indica conveniência.

A consciência por parte dos senhores não possui a mesma lucidez. Baseados na prerrogativa da inviolabilidade da vontade senhorial. Estes pouco se questionam sobre o funcionamento da estrutura social em que estão inseridos. Por isso mesmo são frequentemente mais ingênuos que os agregados. A crença no poder pessoal impede que eles percebam nitidamente as manipulações por parte dos agregados.

Dom Casmurro e Brás Cubas demonstram mais desconfiança e ceticismo em relação aos agregados. Contudo, Dom Casmurro não percebe as manipulações de forma clara. Interpreta-as muitas vezes equivocadamente; ainda assim, a percepção é forçada pela necessidade de se fazer vítima a partir da culpabilidade das pessoas que o rodeiam. Mesmo Brás Cubas, que possui a vantagem de refletir por toda eternidade, é frequentemente cegado pelo seu próprio ego. Ele frequentemente parece crer que as ações das pessoas se orientam pela existência dele.

Seja o agregado retratado como vítima da situação a qual é submetido, seja ele percebido como um bajulador interesseiro, Machado de Assis não toma ao agregado uma característica fundamental: a humanidade. Se as doutrinas científicas da época – às mesmas usadas como justificativa de dominação por parte dos senhores – percebiam o indivíduo de forma animalésca e, portanto, descaracterizava o agregado como um agente social, Machado de Assis resgatava o ser moral permitindo a ele o direito ao cálculo e a perfídia.

Essa era mais uma sutileza do pessimismo irônico de Machado de Assis: a capacidade de humanizar por meio da relativização. Uma alma plenamente virtuosa é também uma alma subordinada. Uma pessoa exclusivamente má é também uma pessoa animalésca. A existência social implica em um constante diálogo com a existência moral, negá-lo é também negar o indivíduo.

Machado de Assis não negou os indivíduos. Sua obra mostrou que a luta pelo poder, por interesses pessoais e pela autonomia perpetuam, posto que a sociedade seja rigidamente hierarquizada. Afinal, antes de ser hierárquica ela é dinâmica; seja nos romances de Machado de Assis, seja nos conflitos da vida real.

1Referências Bibliográficas

Alencastro, Luiz Felipe. *A vida privada e a ordem privada no Império*. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Alencar, José de. *Senhora*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

Araújo, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

Bomfim, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

Bosi, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 5ªed.

Caldwell, Helen. *O Otelo Brasileiro de Machado de Assis*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

Candido, Antonio. *Dialética da malandragem*. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

-----*Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. 10 ed.

----- *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. 9 ed.

Carpeaux, Otto Maria. *Dialética da literatura brasileira* in: Furtado, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. 2ªed.

Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

-----*Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Costa, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 7 ed.

Coutinho, Afrânio. *Estudo crítico: Machado de Assis na literatura brasileira*, in: *Machado de Assis: Obras Completas* vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. 10ª reimpressão da 1ª edição.

DaMatta, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco Ltda, 1984.

Elias, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Faoro, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001. 4ªed.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 2ªed.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Os homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 4ªed.

Freud, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Freyre, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003. 48ªed.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 34ª ed.

Gledson, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo : Paz e Terra, 2003. 2ªed.

----- *Uma lição de história: “Conto de Escola” de Machado de Assis*. In: *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

- Holanda**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 26ed.
- Marins**, Alvaro. *Machado e Lima: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004.
- Marx**, Karl & **Friedrich**, Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 1984.
- Merton**, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- Moog**, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1956. 3ªed.
- Pereira**, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e bibliográfico*. Belo Horizonte: Edusp, 1988.
- Piza**, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. 2ed.
- Prado Jr.**, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. 12ª ed.
- Ribeiro**, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- Rios**, Sebastião Júnior. *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis*. Tese de Doutorado da Universidade de Brasília. Brasília, 1998.
- Romero**, Sílvio. *O Brasil Social e os elementos que o plasmaram*. In: *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1901.
- Schwarz**, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000. 5ªed.
- *Machado de Assis: um debate*. In: *Novos Estudos* nº29. Cebrap, março de 1991.
- *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. 34ªed.
- Sevcenko**, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2ªed.

Slenes, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*. In: *História da vida privada no Brasil* vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Sodré, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. 10ªed

Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Velloso, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. In: *Estudos Históricos: identidade nacional*. Nº2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Veríssimo, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

Ventura, Roberto. *Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Weber, Max. *Economia e sociedade*. (Vol I e II). Brasília: Editora UnB, 2000. Vol.4, 4ed
----- *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Obras de Machado de Assis

Machado de Assis. *O Velho Senado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. vol. 37

Machado de Assis. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. 10ª reimpressão da 1ª edição. Vols. 1, 2 e 3.

Romances, vol. 1

Ressurreição

A Mão e a Luva

Helena

Iaiá Garcia

Memórias Póstumas de Brás Cubas

Quincas Borba

Esaú e Jacó

Memorial de Aires

Contos, vol.2

Pai contra Mãe

Teoria do Medalhão

O Alienista

Crítica, vol.3

O ideal do crítico

Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade

Eça de Queiroz: O Primo Basílio